

RELATÓRIO & CONTAS - 2015



AGÊNCIA NACIONAL
DE INOVAÇÃO

ÍNDICE

ANI – INOVAÇÃO EM COLABORAÇÃO	2
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
RESUMO DA OPERAÇÃO EM 2015.....	32
RELATÓRIO ANUAL AUTÓNOMO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO	60
CONTAS DE 2015	82
ANEXO ÀS CONTAS DE 2015.....	92
Parecer do Fiscal Único	133
Certificação Legal das Contas	135

ANI – INOVAÇÃO EM COLABORAÇÃO

INOVAÇÃO E COLABORAÇÃO SÃO O NOSSO ADN

Portugal vive uma dinâmica particularmente intensa de afirmação de uma cultura de inovação, sobretudo nas empresas que, tendo a sua sobrevivência cada vez mais exposta a pressões competitivas colocadas pela globalização e pela velocidade de criação de conhecimento, procuram reagir e desenvolver vantagens competitivas, o que as obriga a inovar e, sobretudo, a colaborar e partilhar com outros o risco, e o prémio, de grandes investimentos em Investigação e Inovação – I&I.

Temos de facto cada vez mais empresas a inovar e, sobretudo, a fazê-lo em colaboração. Se olharmos para o que foi o fenómeno da I&I em colaboração ao longo dos últimos anos percebemos que, se o terceiro quadro comunitário de apoio QCA3 (programa de fundos estruturais 2000/07) quebrou o tabu – a I&I em colaboração entrou definitivamente na agenda, mas ainda com pouca expressão – o QREN (programa de fundos estruturais 2007/13) nos trouxe a quantidade – relativamente ao QCA3 o número de projetos foi multiplicado por quatro e o incentivo atribuído aumentou mais de cinco vezes. Por outro lado, o aumento significativo da procura evidenciada nos 1^{os} concursos do PT2020 não deixa dúvidas relativamente ao ADN colaborativo da inovação nacional, com 275 candidaturas apresentadas que representaram um investimento total candidatado de 240 milhões de euros, para um universo de 382 empresas, cujo resultado se evidencia na figura 1.

I&D em Colaboração “Entidades não empresariais SI&I” - Empresas

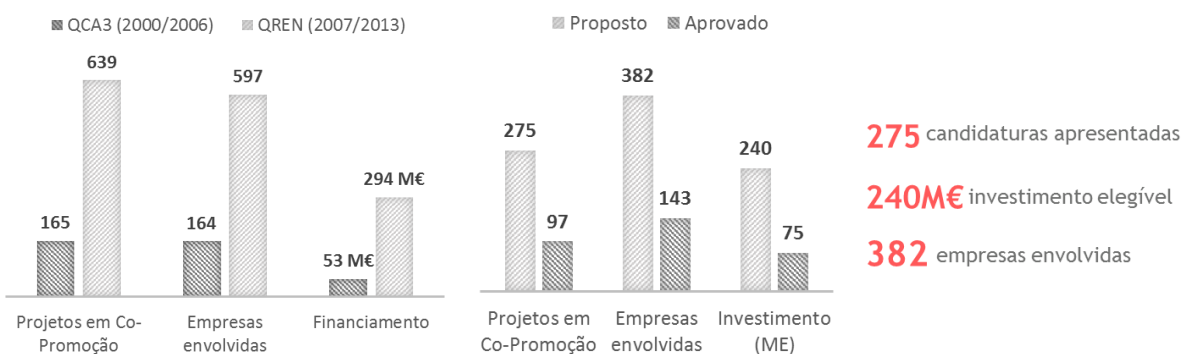


Figura 1: Evolução dos Indicadores de Projetos de I&I em Colaboração no QCA3 , QREN e 1^{os} concursos PT2020

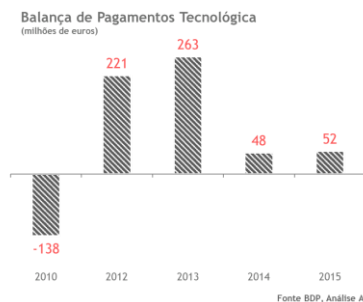
A inovação, sobretudo a inovação em colaboração, é de facto responsável pelo enorme aumento de competitividade da economia nacional¹, e o país mantém-se no grupo de economias que apresentam maiores ganhos na performance dos seus esforços de inovação. Não devemos por assim estranhar que o país se posicione hoje entre as economias com maior capacidade de influencia nas tendências de inovação a nível global², ou que seja capaz de atrair eventos com a dimensão da Web Summit.

E começa a ser possível notar as consequências destas tendências! O país venceu um desequilíbrio histórico na sua balança pagamentos tecnológica, acumulando um saldo positivo de cerca de 600 milhões de euros entre 2012/15, e o investimento direto estrangeiro dá sinais muito claros de confiança na capacidade de I&I de Portugal: as intenções de IDE em I&I em Portugal aumentaram mais de 4 vezes entre 2013/2014, sendo que a I&I é a função de negócio que recolhe mais intenções de IDE em Portugal, à frente de funções como o fabrico ou a logística. Entre muitos exemplos que poderiam ser mencionados destacamos o projeto de I&D “Innovative Car HMI”, realizado em parceria pela Bosch Car Multimédia Portugal e a Universidade do Minho (UMinho), que tem como objetivo o desenvolvimento de soluções que vão moldar o futuro da mobilidade, contando com um investimento de cerca de 55 milhões de euros e o registo de 22 patentes até 2018, assim como a contratação de mais de 90 engenheiros e 170 bolseiros. Este projeto corresponde à segunda fase da parceria de I&D entre a Bosch e a UMinho, sendo que a primeira fase, entre 2012 e 2015, contou com um investimento de 19 milhões de euros.

I&I vence desequilíbrio histórico na balança pagamentos

+3x
valor 2010-15

+3x
exportações de
serviços de I&I



IDE: prioridade à I&I nas funções de negócio

>4x
aumento de intenções de IDE
em I&D 2014 vs. 2013

45%
identificam I&D como
função de negócio que
deverá atrair mais IDE

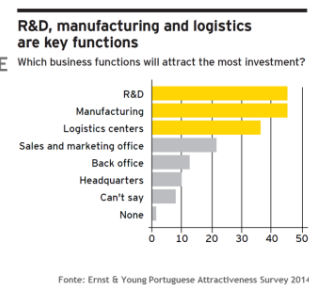


Figura 2: Evolução da Balança de Pagamentos Tecnológica e Intenções de IDE no I&I

¹ Portugal sobe 12 posições no Global Competitiveness Report do WEF, muito impulsionado pelos pilares da inovação, tecnologia e ciência.

² Portugal ocupa lugar no Top 20 de países que melhor influenciam a inovação mundial segundo Relatório publicado pela Fundação Norte-Americana para a Tecnologia de Informação e Inovação.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
NOTA DE ABERTURA	7
CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA	8
Missão	8
Visão	9
Modelo de Governação: Órgãos Sociais	9
Estrutura Orgânica	12
Resumo da Estratégia	14
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	17
Indicadores de Gestão	17
Atividade desenvolvida ao longo de 2015	19
Perspetivas e Desenvolvimento Estratégico em 2016	19
Proposta de Aplicação de Resultados	31

NOTA DE ABERTURA

O ano de 2015 representou o primeiro ano de atividade da ANI. Foi, como esperado, recheado de desafios para a nova empresa. A diversidade e densidade dos temas, bem como o calendário associado, contribuíram para um atraso significativo na aprovação da estratégia e da atividade, prejudicando a capacidade de assegurar, atempadamente, os meios necessários à sua implementação.

Logo no início do ano a empresa viu-se confrontada com a necessidade de dar resposta satisfatória e simultânea a duas grandes prioridades. Uma de cariz externo, que consistia em assegurar, em paralelo, o encerramento do QREN (processo herdado com atraso muito significativo), com os trabalhos de preparação do arranque do Portugal 2020. Outra de cariz interno, consistindo em aprofundar o rápido diagnóstico da realidade da empresa e o plano estratégico realizado no final de 2014, e iniciar a planear a atividade, reestruturação e reposicionamento da empresa.

Foi possível, graças um esforço assinalável da equipa, alcançar um conjunto de metas que contribuíram decisivamente para afirmar o posicionamento da ANI junto dos seus principais *stakeholders*. Permitimo-nos destacar a definição e o lançamento dos instrumentos de apoio ao I&D empresarial do Portugal 2020, o acolhimento da equipa de promoção do Programa-Quadro Horizonte 2020 e, sobretudo, o encerramento, em pouco mais de 12 meses, de cerca de 430 projetos do QREN, emitindo ordens de pagamento a clientes em valor superior a 110M€, o que significou um máximo no financiamento à economia. Tivemos ainda a oportunidade de lançar um conjunto de iniciativas que, reunidos os recursos necessários, permitirão reforçar o reposicionamento e reestruturação da Agência Nacional de Inovação.

O Conselho de Administração agradece o empenho de toda a equipa da ANI, dos senhores membros do Conselho Consultivo, dos acionistas, das tutelas sectoriais e financeira, e de todos os *stakeholders* cujo entusiástico apoio permitiu alcançar os encorajadores resultados que aqui se apresentam.

Ao longo de 2016 pretendemos manter o rumo de renovação da empresa, acrescentando talento e energia para apoiar mais e melhor inovação em colaboração no SI&I nacional. Contamos com todos!

O Conselho de Administração:

(José Carlos Caldeira)

(Paulo Sá e Cunha)

(Miguel Barbosa)

CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

A ANI – Agência Nacional de Inovação, S.A. resulta do reposicionamento da AdI – Agência de Inovação, Inovação Empresarial e Transferência de Tecnologia S.A, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, constituída por escritura pública no ano de 1993.

A ANI mantém natureza societária da sua antecessora sendo por isso uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, e encontra-se na dependência, respetivamente, do membro do Governo responsável pela área da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do membro do Governo responsável pela área da Economia que, sem prejuízo dos poderes conferidos por lei ao membro do Governo responsável pela área das Finanças, assumem em articulação o exercício das competências legalmente atribuídas à tutela sectorial, através da participação acionista, paritária, da FCT I.P. e do IAPMEI I.P., no capital social da empresa.

A empresa tem um capital social, no valor de 5.176.376,50 euros, e integra a noção de empresa pública detida de forma indireta, estando sujeita ao âmbito de aplicação subjetivo do Decreto-Lei n.º 113/2013, de 7 de agosto - Regime do Sector Público Empresarial do Estado (RJSPE).

Missão

A ANI espelha o alinhamento entre as políticas de ciência e de economia, tendo como principal objetivo promover o reforço da competitividade nacional através da valorização e comercialização do conhecimento científico e tecnológico e a sua transformação em crescimento económico.

Neste contexto, e de acordo com o definido pelos Estatutos, a ANI tem como missão:

- Reforçar a transferência do conhecimento para o tecido económico;
- Aumentar a participação das entidades não empresariais do Sistema I&I (ENE SI&I) e empresas nas redes internacionais de I&I;
- Reforçar o investimento empresarial em I&I;
- Promover um ambiente social favorável ao empreendedorismo tecnológico.

Visão

A ANI ambiciona afirmar-se como referência de credibilidade e excelência no Sistema Nacional de Investigação e Inovação, assumindo – com grande proximidade às empresas e infraestruturas científicas e tecnológicas – um papel de grande relevância na coordenação política e estratégica da cadeia de valorização e comercialização do conhecimento.

Em Portugal, a ANI será reconhecida pelos seus *stakeholders* como um *HUB* para a inovação tecnológica, permitindo não apenas o acesso a financiamento, mas igualmente toda uma rede de serviços e parceiros especializados que promovem de forma integrada a I&D Empresarial, a Inovação Colaborativa e o Empreendedorismo de Base Científica e Tecnológica."

No plano internacional, a ANI irá integrar o grupo das agências europeias de maior referência nesta área de atividade - e será capaz de se afirmar como a “porta de acesso” à Europa do Sistema Nacional de I&I.

Modelo de Governação: Órgãos Sociais

Atento à abrangência temática e à ambição que confiou à ANI, decidiu o Governo dotar a empresa de um modelo de governação que lhe permita assumir uma posição central no diálogo estratégico ciência-economia e, conseqüente, de absoluta paridade ao nível dos organismos que operam a ação governativa nestas duas áreas.

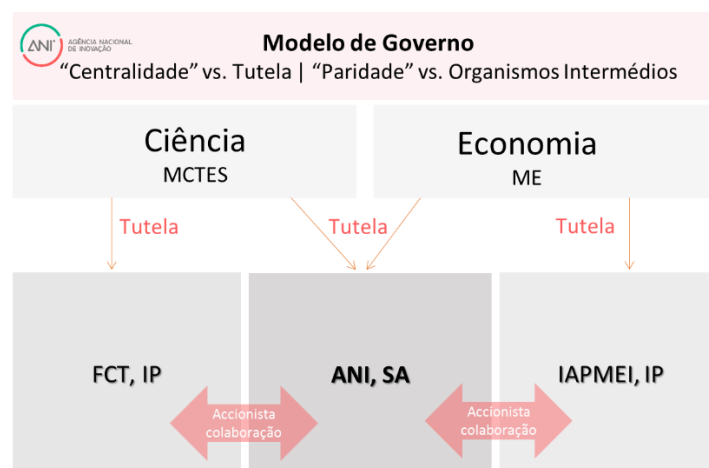


Figura 3: Modelo de Governação da ANI

O modelo de governo apresentado na figura anterior procura sublinhar a dependência tutelar sectorial partilhada – e estrategicamente alinhada – entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e o Ministério da Economia.

De acordo com os estatutos da empresa, são órgãos sociais da ANI a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Consultivo, e o Fiscal Único. A figura seguinte representa o modelo delineado para o relacionamento entre os diferentes órgãos e garante o alinhamento necessário entre os acionistas e tutelas sectoriais.

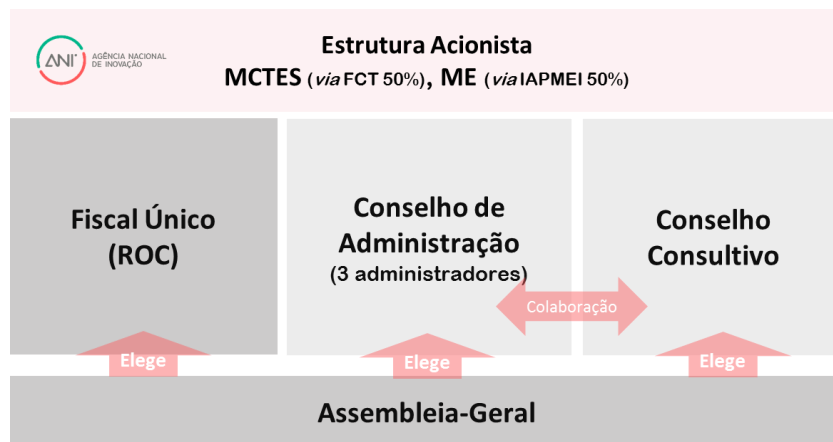


Figura 4: Estrutura Acionista e Órgãos Sociais da ANI

Assembleia Geral

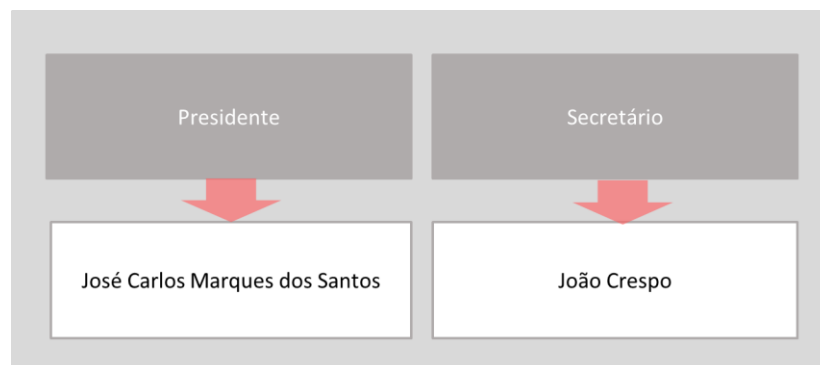


Figura 5: Composição da Mesa da Assembleia Geral

Conselho de Administração

A ANI é gerida por um Conselho de Administração (CA), composto por três membros, eleitos pela Assembleia Geral. O Conselho de Administração tem os mais amplos poderes de representação da Sociedade, competindo-lhe a definição da orgânica interna e elaboração dos respetivos regulamentos, determinando a orientação da atividade da Sociedade, autorizando as operações relativas ao seu objeto, representando-a em juízo ou fora dele, constituindo mandatários com os poderes que entender, e desempenhando as demais funções que por lei ou pelos estatutos da Sociedade lhe sejam cometidas.

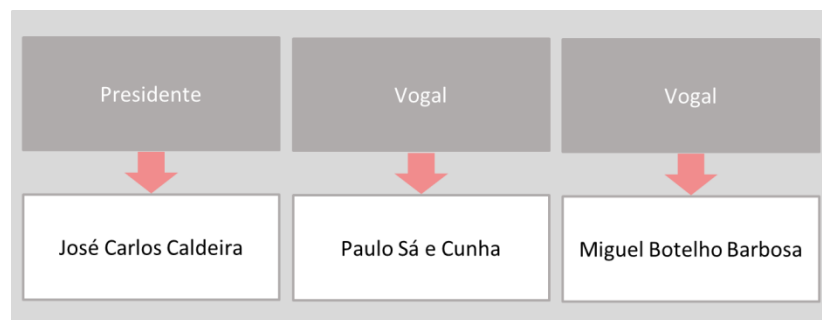


Figura 6: Composição do Conselho de Administração

Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo acompanha e apoia a atividade do CA, e é constituído por um número par de personalidades, provenientes em números iguais da comunidade científica e empresarial, incluindo ainda um representante de cada um dos acionistas.

Os elementos que compõem o Conselho Consultivo são escolhidos pela Assembleia Geral, e a sua função é aconselhar o Conselho de Administração sobre as opções da Sociedade, emitindo pareceres não vinculativos, designadamente, sobre o plano de atividades e orçamento, e o relatório de gestão e contas, ambos a apresentar à Assembleia Geral, e ainda sobre outras questões que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração.

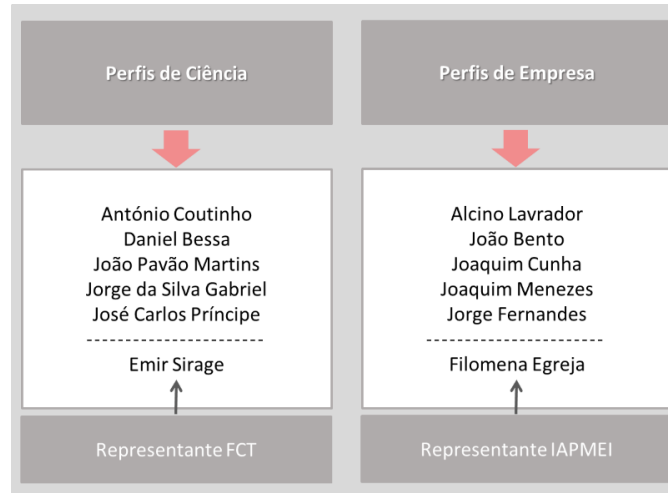


Figura 7: Composição do Conselho Consultivo

Órgão de Fiscalização – Fiscal Único

Entenderam os acionistas que a manutenção da figura do Fiscal Único se justifica atendendo à dimensão da sociedade, ao reduzido número de administradores e por não ser incompatível com o previsto no artigo 33.º do DL 133/2013, porquanto a designação do Fiscal Único tem cobertura legal no CSC.

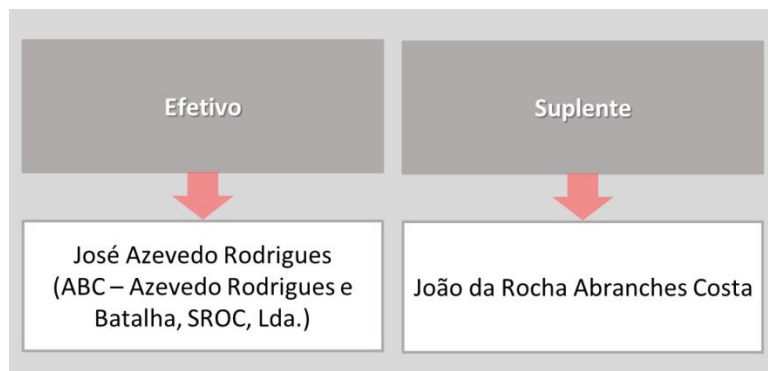


Figura 8: Composição do Órgão de Fiscalização

Estrutura Orgânica

A estrutura organizacional da ANI procura maximizar a capacidade de resposta no desempenho das funções asseguradas pela empresa, tendo por base as seguintes orientações determinadas pela gestão:

Orientação ao NEGÓCIO , com a simplificação e racionalização do modelo de gestão	Alinhamento da estrutura com as actividades da cadeia de valor Separação entre unidades core e funções de suporte transversal
Orientação à EFICIÊNCIA desenvolvendo competências dedicadas	Reforço das competências de planeamento e controlo Reforço das competências de desenvolvimento corporativo Abordagem segmentada à gestão de clientes e parceiros
Orientação COMERCIAL E AO CLIENTE , que permita desenvolver e alargar a oferta de serviços	Aprofundamento das competências comerciais e de gestão de cliente com enfoque na promoção dos sistemas de incentivos e na prestação de serviços a terceiros.

Figura 9: Orientações determinadas pela gestão e impacto na empresa

O modelo de organização interna da ANI, representado na macroestrutura apresentada na figura seguinte, prevê 5 direções: 3 grandes áreas de negócio (Gestão de Incentivos, Projetos e Internacionalização, e Políticas e Promoção da Inovação) e 2 áreas corporativas ou de suporte (Estratégia Corporativa e Apoio Logístico). As 3 áreas de negócio, compreendem um conjunto de unidades de negócio que irão apoiar empresas e outras entidades, numa perspetiva de “front office” da ANI para o exterior. As áreas corporativas incluem igualmente um conjunto de unidades especializadas.

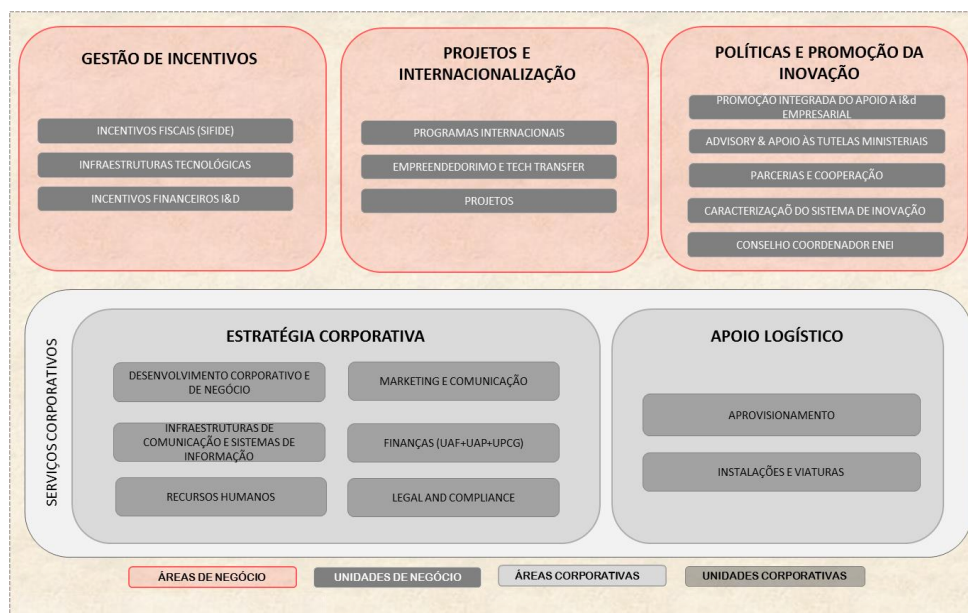


Figura 10: Macroestrutura Orgânica

Resumo da Estratégia

Na sequência da elaboração de um diagnóstico do estado da empresa, das suas reais capacidades e disponibilidades de recursos (humanos, financeiros, infraestrutura), o Conselho de Administração dedicou boa parte do seu tempo ao desenvolvimento de um Plano Estratégico, de grande ambição, que define os principais objetivos estratégicos de médio e longo prazo da empresa, o posicionamento ambicionado para a marca ANI, os 7 principais eixos de atuação da organização, bem como as linhas de ação prioritárias para cada um dos eixos referidos.

Neste contexto, foi apresentado ao Conselho Consultivo, tendo merecido a sua ampla aprovação, um Plano Estratégico, que define os principais objetivos estratégicos, o posicionamento ambicionado para a ANI e os 7 principais eixos de atuação da organização no médio/longo prazo, bem como as linhas de ação prioritárias para cada um dos eixos referidos.

Os objetivos estratégicos de médio e longo prazo, definem a ambição da empresa para o seu âmbito de atuação a nível nacional e internacional.

Conforme referido anteriormente a ANI tem como visão afirmar-se como referência de excelência no Sistema Nacional de Inovação, pretendendo assumir um papel de relevância crescente na coordenação de políticas e estratégias para a cadeia de valorização do conhecimento.

Ambiciona-se assim uma ANI ainda mais próxima das empresas e das entidades não empresariais do Sistema de I&I (ENE SI&I), aportando valor às suas atividades de inovação, e reconhecida como elemento de credibilidade nas ações de apoio ao sistema, o que deverá ser alcançado assumindo um posicionamento da empresa, perante os seus *stakeholders*, de um *HUB* para a inovação, permitindo não apenas o acesso a financiamento mas igualmente a um conjunto de serviços e uma rede de parceiros especializados que promovam de forma integrada a I&D Empresarial, a Inovação Colaborativa e o Empreendedorismo de Base Científica e Tecnológica, intervindo de forma especializada ao longo de toda a cadeia de valor:

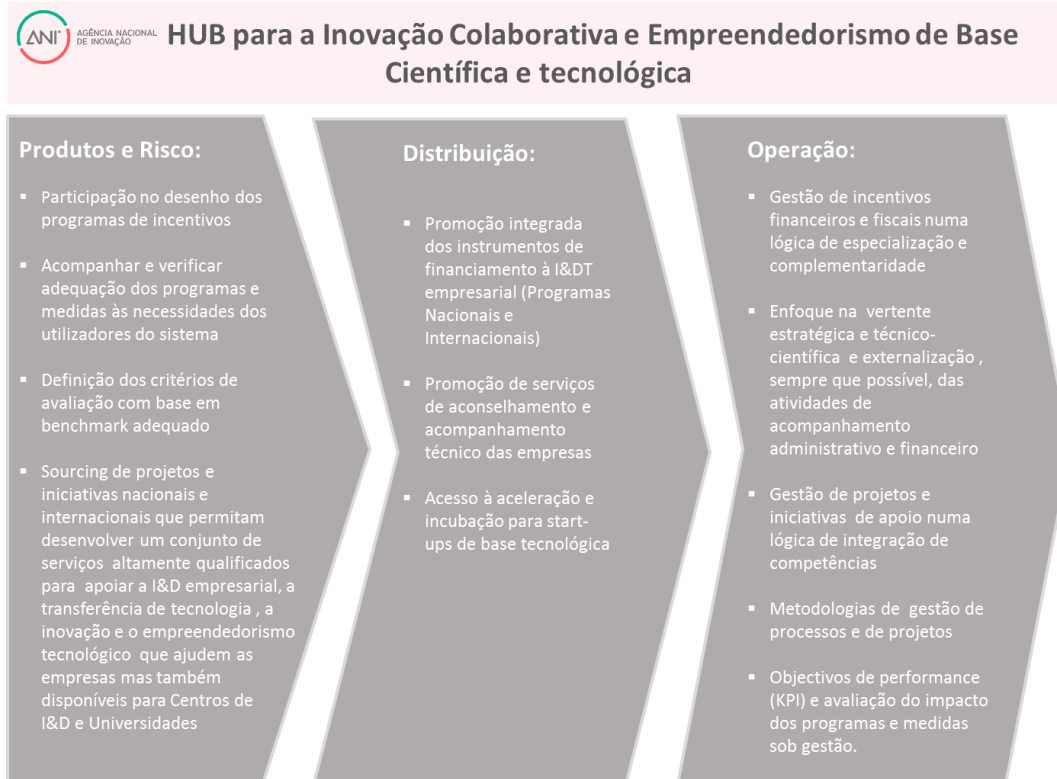


Figura 11: Posicionamento da empresa e intervenção ao longo da cadeia de valor

Foi definido um conjunto de eixos estratégicos de atuação da organização no médio/longo prazo, assim como as respetivas de linhas de ação:

<p>1. Aumentar o investimento em I&D e a sua componente privada</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Trazer novos atores para o sistema, sobretudo empresas e PME; • Dinamizar a geração de mais projetos de I&D; • Desenvolver e operacionalizar novos instrumentos de apoio que incentivem um maior investimento em I&D, sobretudo por parte das empresas; • Promoção ativa dos apoios ao investimento em I&D.
<p>2. Dinamizar a valorização e transferência do conhecimento</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Dinamizar a preparação do conhecimento científico para a sua exploração e promover a sua disseminação; • Promover e apoiar a transferência do conhecimento científico para as empresas através de instrumentos de apoio financeiro.
<p>3. Aumentar a internacionalização do Sistema de I&I</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Dinamizar a participação nacional nos programas e iniciativas internacionais; • Promoção da valorização dos resultados dos projetos internacionais por entidades portuguesas; • Reestruturação e coordenação global da rede nacional de apoio e promoção integrada dos programas.
<p>4. Dinamizar empreendedorismo tecnológico</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conceção e operacionalização das medidas e dos instrumentos de incentivo à valorização de conhecimento científico, visando o lançamento de novas iniciativas empresariais; • Coordenação da rede UTEN e articulação com outras iniciativas nesta área.
<p>5. Inteligência: Caracterizar e avaliar o Sistema de I&I</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamento e Caracterização (dinâmica) do SI&I e dos seus principais atores, integrando sistemas existentes e desenvolvendo novos; • Estabelecimento de parcerias e colaborações com entidades internacionais congêneres e com entidades especializadas na avaliação de sistemas de inovação; • Avaliação e benchmarking do SI&I; • Publicitação e promoção, nacional e internacional, do SI&I português.
<p>6. Desenvolver as propostas e recomendações para a política de IDI</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à Presidência do Conselho Coordenador da Estratégia Nacional de Especialização Inteligente.
<p>7. Ajustar o posicionamento ANI e reunir recursos e competências essenciais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterização do mercado, produtos e serviços e do seu desempenho; • Reestruturação, requalificação e redimensionamento da equipa; • Requalificação das infraestruturas IT/IS; • Desenvolver e comunicar a marca ANI.

Figura 12: Eixos estratégicos e linhas de atuação da empresa

A implementação destes eixos de atividade permitirá à ANI prestar serviços de assistência técnica na gestão de incentivos e outros instrumentos de política pública, e na gestão de programas, projetos e iniciativas, nacionais e internacionais, que permitam disponibilizar às empresas, empreendedores, Centros de I&D e Universidades, um conjunto de serviços altamente qualificados no apoio à I&D empresarial, à transferência de tecnologia, à inovação tecnológica e ao empreendedorismo de base tecnológica, e serviços de *policy advisory* e apoio às tutelas Ministeriais.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Indicadores Operacionais

		2013	2014	2015		
DESEMPENHO GLOBAL	Promoção do I&D - Reuniões com Clientes ¹	211	574	995		
	Evolução Nº Colaboradores	56	57	84		
	Volume de Atividade (opex+capex)	2.4M€	3.4M€	3.3M€		
	Apoio em Programas sob Gestão/Promoção ANI ²	189M€	210M€	292M€		
	Programas/Projetos sob Gestão ³	3	3	7		
	Medidas de Incentivo ⁴	3	3	11		
GESTÃO DE INCENTIVOS	INCENTIVOS FINANCEIROS (QREN/PT2020)	Nº Candidaturas Analisadas ⁵	452	n.a.	269	
		Nº Novos Projetos Apoiados	179	0	101	
		Projetos Encerrados	0	180	248	
		Nº Projetos Ativos no fim do período	376	314	236	
		Pagamentos a Promotores ⁶	Valor	42M€	55M€	58M€
			Quantidade	1236	2035	2323
		Pedidos Pagamento Processados ⁷	1290	2023	1892	
		Visitas de Encerramento / Acompanhamento	65	272	308	
	INCENTIVOS FISCAIS	Nº Candidaturas Analisadas	948	1058	1062	
		Crédito Total Aprovado	147M€	154M€	155M€	
		Taxa de Aprovação	78%	82%	82%	
	PROJETOS E INTERNACIONALIZAÇÃO	PROGRAMA QUADRO EUROPEU (7 ^o PQ/H2020- Pilares II e III)	Propostas Apresentadas PT	2183	1414	1529
			Projetos Aprovados PT	357	204	159
			Projetos Coordenados	78	29	27
Financiamento PT Total a Concurso			126M€ 10.110M€	77M€ 8.708M€	79M€ 7.932M€	
Financiamento Médio por Projeto Aprovado			354k€	379k€	499k€	
Taxa Financiamento Captado PT			1,2%	1,8%	2,0%	
Taxa "Break – Even" ⁸			1,3%	1,3%	1,3%	
Taxa Sucesso PT Taxa Sucesso UE			16.3% 15.8%	14.4% 11.7%	10.3% 9.9%	
Taxa Sucesso Participantes Apoiados pelo GPPQ			24%	30%	19%	
Nº Ações Promoção Organizadas			160	215	287	
EUROSTARS			Nº Candidaturas Submetidas	5	4	11
		Nº Candidaturas Aprovadas	0	1	2	
		Pagamentos a Promotores	427k€	814k€	369k€	
PROJETOS		Nº de Candidaturas Apresentadas pela ANI	1	2	12	
		Nº de Novos Projetos Internacionais	0	1	2	
		Financiamento Aprovado	0€	25k€	503k€	
		Nº Eventos de Brokerage Organizadas	2	4	6	

Quadro 1: Indicadores Operacionais ANI

1.As intervenções junto de clientes no âmbito do H2020 apenas figuram em 2015, ano em que regressa à ANI grande parte da equipa do Gabinete de Promoção do Programa Quadro – GPPQ;
2. 2013/2014: Programas Incentivo sob Gestão ANI (QREN, SIFIDE e Eurostars); 2015: Programas Incentivo sob Gestão ANI (QREN, SIFIDE e Eurostars), Programas Promovidos pela ANI (H2020);
3. 2013/2014: QREN/SIFIDE/EEN; 2015: QREN/SIFIDE/EEN/PT2020/H2020/ESA/Eurostars;
4. 2013/2014: QREN (I&D Copromoção/I&D Mobilizadores), SIFIDE; 2015: QREN (I&D Copromoção/I&D Mobilizadores), SIFIDE, PT 2020 (Programas Mobilizadores, Núcleo de I&D em Copromoção, Demonstradores em Copromoção/Individuais, I&DT em Copromoção, Internacionalização da I&D, Propriedade Industrial), Eurostars;
5. Em 2014 não estiveram abertos concursos no âmbito do QREN SI I&DT;
6. Ordens pagamento emitidas. A ANI emite ordens mas não processa os pagamentos (não é o organismo pagador);
7. Pedidos de pagamento intercalares e pedidos de reembolso final;
8. "Break-even" – Diferença entre o contributo de Portugal para o financiamento do Programa Quadro H2020 e o financiamento captado por entidades portuguesas.

Indicadores de Gestão

Indicadores de Gestão da Agência Nacional de Inovação	
	<i>valores em €</i>
Indicadores de Resultados 2015	
Custos	4 068 269
Custos com Pessoal	1 865 849
FSE	2 202 420
Rendimentos Operacionais	4 212 328
Serviços e Atividades de Apoio ao SI&I	35 509
Projetos Europeus	98 707
Sistema de Incentivos	2 251 448
Internacionalização	979
Financiamento Base	1 668 896
Outros	156 788
EBITDA	144 059
Margem de EBITDA	3%
Investimento	13 318
EBITDA-Investimento	130 741
Indicadores de Gestão Externa 2015	
Volume de Negócios (Opex+Investimento)	4 081 587
Despesa Desagregada (%)	
Rácio da Despesa com Pessoal	46%
Rácio da Despesa com FSE	54%
Rácio da Despesa em Investimento	0%
Receita Desagregada (%)	
Serviços e Atividades de Apoio ao SI&I	1%
Projetos Europeus	2%
Sistema de Incentivos	55%
Internacionalização	0%
Financiamento Base & Outros	45%
Indicadores de Gestão Interna 2015	
Rácio de Cobertura da Despesa Operacional (p/ origem do rendimento)	
Sistemas de Incentivos e Apoio ao SI&I	56%
Projetos Europeus e Internacionalização	2%
Financiamento Base	41%

Quadro 2: Indicadores de gestão ANI

Atividade desenvolvida ao longo de 2015

A atividade da empresa ao longo do ano de 2015 é profundamente marcada pela necessidade de, sob enormes constrangimentos operacionais, dar resposta a duas grandes prioridades. Uma de cariz externo, ou de desenvolvimento de negócio, que consistiu em assegurar o encerramento do QREN (processo que se encontrava ainda com um atraso muitíssimo expressivo) e preparar o arranque do Portugal 2020. Outra, de cariz interno, ou de desenvolvimento corporativo, que consistiu em aprofundar o diagnóstico preliminar à realidade da empresa, realizado no final de 2014, e iniciar o reposicionamento da empresa, elaborando um plano para a sua reestruturação, requalificação e redimensionamento.

Para resumir a atividade de 2015 da ANI em duas palavras escolheríamos: disponibilidade e eficiência.

Disponibilidade porque a empresa orientou de forma irreversível a sua atividade e disponibilidade para os seus clientes, mais do que triplicando os índices de atividade comercial relativamente a 2013, e aumentando 73% relativamente a 2014.

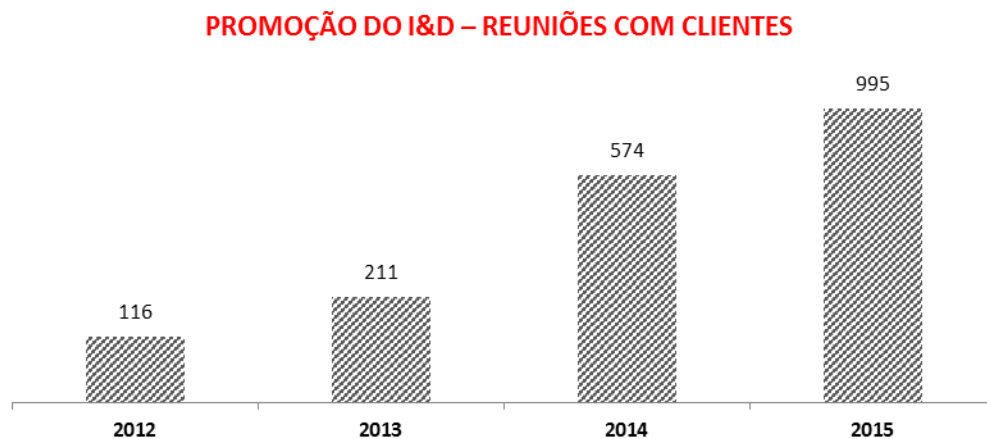


Figura 13: Atividade Comercial ANI – Interação com clientes

Eficiência, dado que ao significativo aumento de atividade – cujos níveis tinham já disparado no último trimestre de 2014 – corresponde uma trajetória dos custos operacionais numa dimensão significativamente mais contida e que aponta para níveis de eficiência operacionais bastante superiores.

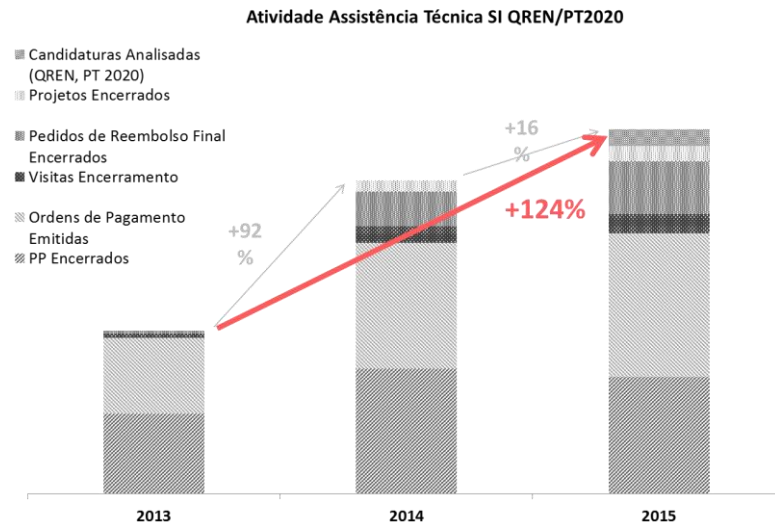


Figura 14: Evolução níveis atividade sistemas de incentivos

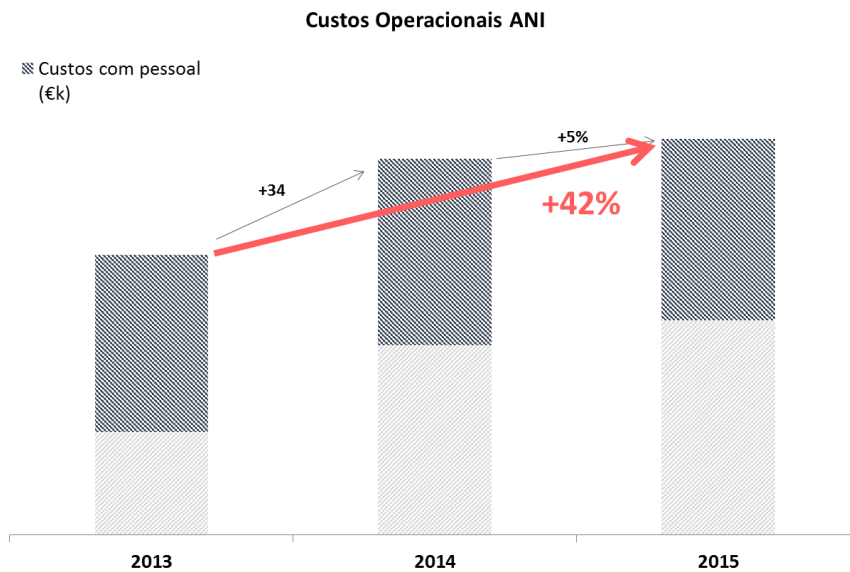


Figura 15: Evolução custos operacionais ANI

Desenvolvimento de Negócio

O trimestre inaugural de 2015, na esteira do último trimestre de 2014, foi particularmente intenso nos trabalhos – conforme já referido, bastante atrasados – de encerramento do QREN, bem como na preparação do Portugal 2020. Esta sobreposição justificou um pico absolutamente extraordinário de trabalho, ao qual a empresa teria de responder positivamente dispondo de um quadro de pessoal limitado e legalmente impedida de contratar novos colaboradores.

De facto, em outubro de 2014 a empresa não só não tinha ainda encerrado nenhum dos mais de 600 projetos que aprovou e acompanhou no âmbito do QREN, como vinha acumulando um stock considerável de pedidos de pagamento que não processava – por não dispor dos instrumentos técnicos para o fazer – o que a impedia de emitir ordens de pagamento aos seus clientes.

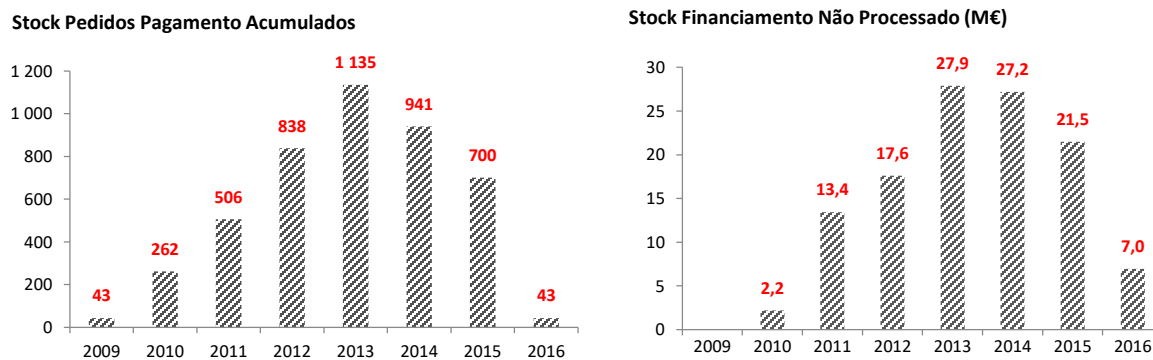


Figura 16: Evolução processamento pedidos pagamento de promotores e stock de financiamento não processado

Era assim imperativo tomar de imediato medidas extraordinárias que permitissem recuperar rapidamente o atraso registado e acelerar o ritmo de financiamento à economia. A empresa viu-se na obrigação de reforçar o recurso à contratação de serviços que assegurassem, como asseguraram, o pontual cumprimento das atribuições da ANI no âmbito do QREN. De facto, só assim, a partir de outubro de 2014, foi possível acelerar substancialmente a atividade e, com um desempenho assinalável, cumprir, ultrapassando em alguns casos, as metas definidas para dezembro de 2015.

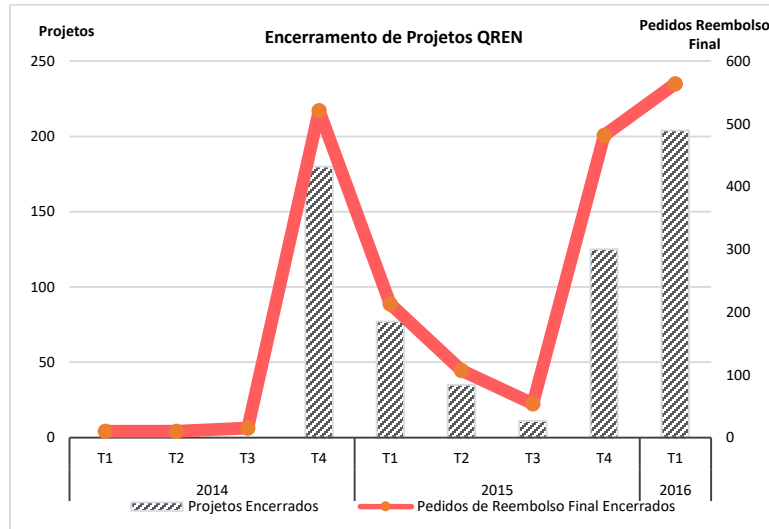


Figura 17: Evolução do encerramento projetos QREN (I&DT Co-Promoção e Mobilizadores)

Nos quinze meses a dezembro de 2015, tinha sido invertida a polaridade na performance de processamento de pedidos de pagamento e registado um máximo no financiamento da economia, com a emissão de mais de 4000 ordens de pagamento, num montante superior a 110M€.

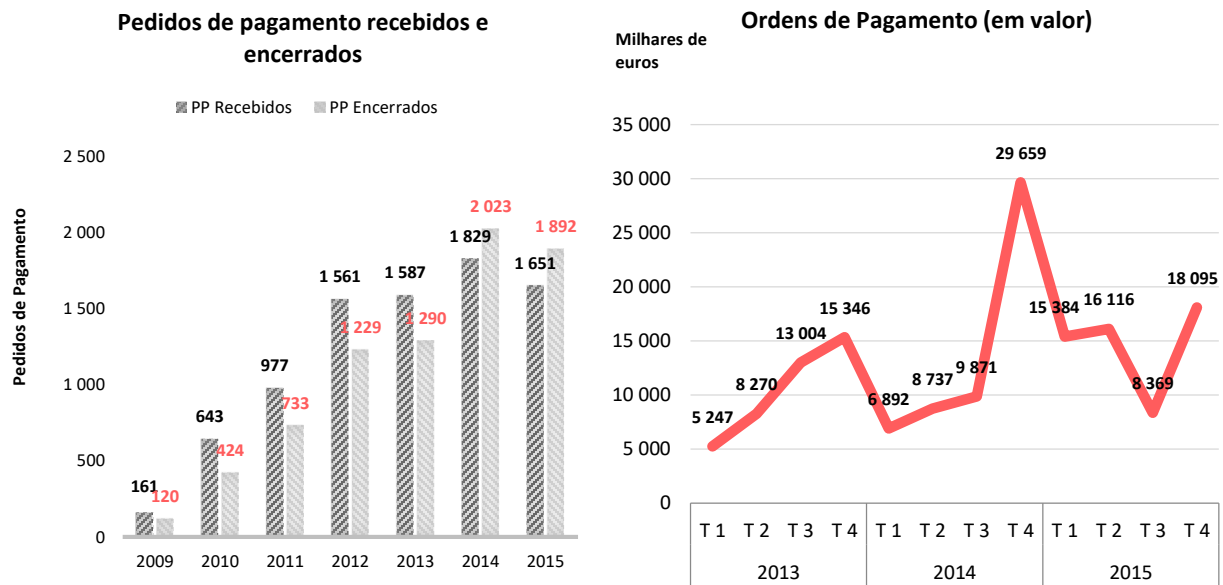


Figura 18: Evolução do processamento de pedidos de pagamento e emissão de ordens de pagamento

Esta inversão fica irremediavelmente associada ao enorme aumento de atividade que a empresa promoveu no último trimestre de 2014 com o arranque da nova ANI.

O reforço da contratação de serviços permitiu ainda fazer uma gestão cuidada da alocação dos melhores recursos da empresa. Uma vez que boa parte do trabalho a executar no processamento de pedidos de pagamento consistia na execução de tarefas de índole administrativa e financeira, isto é, non-core e de baixo valor acrescentado para a qualificação do SI&I, a contratação permitiu à ANI alocar os seus recursos de maior talento e experiência a tarefas de maior exigência e valor acrescentado. Isto é, aos trabalhos de acompanhamento e encerramento técnico-científico dos projetos QREN, e às complexas negociações que permitiram desenhar novos instrumentos de apoio à I&D empresarial e às infraestruturas tecnológicas, a lançar no Portugal 2020.

Esta foi uma linha de trabalho na qual a ANI depositou particular empenho tendo contribuído decisivamente para que, de entre todos os sistemas de incentivos às empresas do Portugal 2020, os incentivos à I&D empresarial sejam os que apresentam maior grau de inovação (relativamente ao QREN) ao nível dos instrumentos de apoio. As principais linhas de inovação residem numa maior integração dos apoios disponíveis, na criação de instrumentos que permitam levar mais conhecimento ao mercado, na promoção de uma maior abertura do sistema de I&I à colaboração e redes internacionais, na inserção de recursos humanos altamente qualificados, na promoção de parcerias estratégicas de médio-longo prazo entre empresas e entidades não empresariais do sistema e um esforço de simplificação das regras e formulários, procurando aproximá-los, tanto quanto possível, das boas práticas da Comissão Europeia no Programa-Quadro Horizonte 2020.

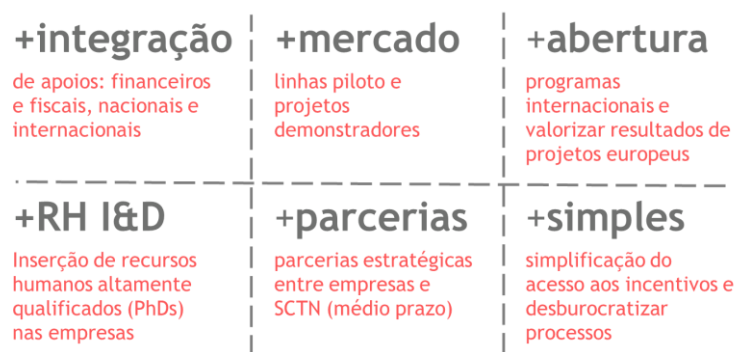


Figura 19: Principais propostas ANI de inovação dos sistemas de incentivos à I&D empresarial no Portugal 2020

Deve também notar-se que, na sequência desse processo, a ANI viu triplicar o número de instrumentos de apoio cuja gestão lhe foi confiada para o Portugal 2020 (relativamente ao QREN), e que são as seguintes

tipologias: I&DT em Co-Promoção, Programas Mobilizadores, Demonstradores (Individuais e em Co-Promoção), Internacionalização da I&D, Propriedade Industrial.

O Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial, SIFIDE, aumentou ligeiramente os níveis de procura apresentados nos anos mais recentes, em que cerca de um milhão de empresas recorre anualmente ao sistema e vem sendo aprovado crédito fiscal em torno dos 150M€. De facto, em 2015, nas candidaturas recebidas relativas ao exercício fiscal de 2014, foi apresentada uma despesa em I&D de 541M€, relativamente à qual é solicitado um crédito fiscal na ordem dos 190M€. Destes, fechamos o ano com cerca de 136M€ de despesa empresarial em I&D já certificada, e um crédito fiscal aprovado de cerca de 62M€. Ainda no início do ano de 2015, tinha sido encerrado o processo relativo ao exercício fiscal de 2013, tendo sido certificados cerca de 350,6M€, isto é, sensivelmente 65% das despesas de I&D submetidas pelas empresas clientes deste sistema, e aprovado um crédito fiscal de 153,4M€.

Na área de negócio de projetos e internacionalização, a atividade desenvolveu-se ao longo de três grandes eixos. Numa primeira linha estivemos focados no reforço de uma atividade intensa no apoio à transferência de tecnologia através dos serviços de apoio à inovação prestados pela ANI no âmbito, entre outros, da rede de colaboração Enterprise Europe Network (Rede EEN). Numa segunda, mas não menos importante, linha de atividade o ano de 2015 foi dedicado à integração das atividades que transitaram da FCT, com destaque, entre outras, para a equipa do GPPQ H2020 – Gabinete de Promoção do Programa Quadro H2020, e à criação de uma competência no sector aeroespacial para apoiar a participação nacional nos programas europeus desta área. Foi também possível lançar o processo de transferência das atividades associadas à iniciativa EUREKA da FCT para a ANI, com destaque para o Programa EUROSTARS e lançar o seu primeiro concurso, no qual foram apresentadas dez candidaturas com participação portuguesa, tendo sido aprovadas duas. Por último, e de acordo com a diretriz estratégica de aumento da participação em projetos que permitam potenciar – e financiar – a disponibilização de serviços especializados de apoio e dinamização das atividades de inovação e empreendedorismo de base tecnológica, foi lançado um esforço significativo de desenvolvimento e geração de oportunidades de negócio que permitiu apresentar candidaturas a 12 projetos internacionais com um potencial de financiamento para a empresa superior a 2M€.

Em 2015, foi lançada a Área de Negócio de Políticas e Promoção da Inovação, efetuada uma primeira abordagem à estratégia e plano de promoção integrada dos apoios ao I&D empresarial, à transferência de tecnologia, à inovação tecnológica e ao empreendedorismo de base tecnológica. Apesar da grande

limitação ao nível de recursos especializados, foi possível, ao longo do ano, prestar o apoio necessário às tutelas ministeriais numa perspetiva de aconselhamento sobre políticas de inovação, e lançar a atividade de dinamização do Conselho Coordenador da ENEI.

Desenvolvimento Corporativo

Do ponto de vista do desenvolvimento corporativo, 2015 foi um ano de profunda aprendizagem, reflexão, planeamento e lançamento do novo posicionamento da ANI.

A empresa esteve particularmente focada no aprofundamento do diagnóstico elaborado no último trimestre de 2014, que visava, ainda que de modo preliminar, avaliar as suas reais capacidades e disponibilidades de recursos (humanos, financeiros, infraestrutura). Foi possível concluir prontamente que todo o processo de transição da AdI para a ANI deixou a organização sem uma orientação clara e, mais grave, fortemente limitada em termos de recursos, competências, capacidades ou meios.

Para que se possa aferir a dimensão da empreitada de desenvolvimento corporativo que a empresa enfrenta, importa resumir o essencial das principais conclusões a que foi possível chegar:

a) *Debilidade profunda da infraestrutura de planeamento, controlo de gestão e de compliance:*

A empresa não dispunha, por mais rudimentar que fosse, de um Sistema de Monitorização e Controlo de Gestão que permitisse aferir com um mínimo de exatidão, tempestividade e abrangência, a sua performance.

Por outro lado, o enquadramento jurídico e administrativo das empresas públicas participadas havia sofrido grandes alterações ao longo dos últimos anos, resultando num enquadramento recente, disperso e confuso, sobre o qual poucos haviam já desenvolvido a experiência necessária para adaptar de forma eficiente as suas operações. Alertado para este facto, o CA decidiu envolver de modo substancialmente mais intenso, a assessoria jurídica externa da empresa. Foi também decidido dar prioridade à criação de uma unidade de *compliance* e apoio legal interno que permita à empresa operar de acordo com os requisitos legais, designadamente os da contratação pública,

bem como do setor público empresarial. Esta unidade criada no final de 2015, está a dar os primeiros passos na qualificação da operação da ANI.

b) Equipa desagregada e com grande insuficiência na dimensão e geometria:

Devemos salientar a ausência de funções instrumentais à boa gestão de uma organização, e o facto de, em algumas das funções existentes, existir um claro desalinhamento entre o nível de competência exigível e aquele de que a empresa dispõe.

Já sobre a gestão da mesma, foi possível identificar um conjunto de regulamentos e ordens de serviço, claramente datados, desconexos, muito orientados aos processos administrativos, e sem uma política de recursos humanos integradora e coerente.

c) Tecnologias de informação e comunicação desligadas do negócio

O terceiro alarme soou no campo das tecnologias de informação e comunicação. Esta área, vinha sendo gerida de modo informal e voluntarista, não servia o negócio nem a sua eficiência operacional, e sem o cuidado integrador de uma gestão estratégica.

A ANI dispõe de uma infraestrutura de comunicações e sistemas de informação obsoleta e desadequada. As soluções de comunicações não promovem a convergência tecnológica, e estão desintegradas do ponto de vista tecnológico e contratual. A infraestrutura tecnológica apresenta riscos elevados de segurança e de rutura iminente. Os sistemas de informação coexistem de forma dispersa, suportados numa enorme diversidade de tecnologias, sem qualquer tipo de integração, e com procedimentos de manutenção assentes em rotinas manuais e não documentadas.

Esta realidade, associada ao novo mandato e efetivo aumento, no âmbito e no volume, da atividade da organização, determinou que o principal desafio corporativo do início de 2015 residisse na elaboração de

um plano que permita lançar a reestruturação, requalificação e redimensionamento da empresa, tornando-a mais eficiente e capaz de desempenhar a missão que lhe foi confiada.

Este plano encontra-se plasmado no Plano de Atividades e Orçamento 2015-2017 (PAO 2015-2017), e resulta de um processo altamente participado pelos colaboradores da empresa, gerido “de baixo para cima”, o que contribuiu para consolidar o alinhamento organizacional em torno de desafios e objetivos comuns. Este plano foi ainda amplamente discutido e consensualizado com o Conselho Consultivo da empresa, tendo sido finalmente aprovado – apenas em setembro – pelas tutelas sectoriais e financeira.

Encerrado que estava o processo de definição estratégica, planeada e aprovada a atividade, era finalmente chegado o momento da execução e do lançamento, na prática, da nova Agência Nacional de Inovação, operando a obrigatória reestruturação, redimensionamento e requalificação da organização. Este esforço arrancou por isso em 2015, estando previsto que se estenda, pelo menos, ao longo dos anos de 2016/17, e assenta, no essencial, nas seguintes dimensões:

- a) Reestruturar: foi apresentada – e aprovada – uma candidatura ao Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA) para o financiamento de um projeto de reestruturação do modelo operacional e de gestão da empresa que prevê um investimento na ordem dos 2M€ ao nível dos sistemas de informação de gestão e infraestrutura de comunicação e de informática;
- b) Requalificar: ainda no âmbito da candidatura ao SAMA acima referida foi considerado um montante de investimento emblemático em atividades de formação que permitirá apetrechar a equipa da ANI com as competências necessárias e as atitudes compatíveis com o novo mandato e posicionamento tutelarmente definido para a empresa.
- c) Redimensionar: foi iniciado no último trimestre de 2015 um processo de seleção e recrutamento para a contratação de um conjunto alargado de recursos humanos que visa, no essencial, acomodar a incorporação do efetivo da FCT envolvido nas atividades transferidas para a ANI (crescimento inorgânico), iniciar a consolidação da equipa de gestão de sistemas de incentivos (crescimento orgânico), lançar novas atividades, e colmatar falhas sérias de competências e

capacidade de liderança e direção, sobretudo em algumas áreas de suporte que estavam seriamente desequipadas.

Do ponto de vista corporativo importa ainda assinalar o desafio que representou, e continuará a representar ao longo dos próximos anos, o processo de redimensionamento em curso na empresa. Aprovado o PAO 2015-2017 foi diligenciada a autorização para o recrutamento de mais de 60 novos colaboradores, tendo a mesma sido concedida já no decorrer do último trimestre do ano.

Sem um recurso dedicado à gestão de recursos humanos, a empresa não dispunha sequer de um descritivo funcional para as funções existentes, algumas delas a reforçar neste processo, e teriam de ser definidos rapidamente cerca de 20 novos perfis funcionais com alguma complexidade.

Perante a necessidade de proceder de forma expedita a um expressivo aumento do seu efetivo, e em face de tais constrangimentos, resultava claro que a condução, pela própria organização, de um processo com esta dimensão era naturalmente inexequível e inoportável, tendo a empresa decidido:

- a) Em nome da prudência, envolver de imediato a sua assessoria jurídica externa, para que acompanhasse o processo desde o seu início, avaliasse eventuais contingências, e validasse a legalidade das suas diferentes fases;

- b) No respeito pelas melhores práticas de gestão de projetos e de recursos humanos, recorrer à contratação de serviços especializados para a gestão do projeto e para o recrutamento e seleção. Presidiu, justificadamente, uma preocupação pela sensibilidade deste processo e o cuidado com o rigor, isenção, transparência, e sobretudo confidencialidade, que deveriam ser seu apanágio.

Este processo, apesar da sua complexidade, foi gerido com assinalável sucesso e em tempo recorde. Foi também um processo totalmente aberto, amplamente divulgado e participado, e que envolveu os atuais colaboradores da empresa (tendo alguns destes sido selecionados para novas funções). Na sua sequência a empresa admitiu cerca de 30 colaboradores até ao final de 2015, estando prevista a sua conclusão ao longo de 2016.

A par destas iniciativas, mais estruturantes e de maior impacto, foi também possível iniciar um primeiro esforço de redesenho e melhoria dos processos mais críticos, com o objetivo de promover a melhoria da eficácia e eficiência organizacional, bem como do cumprimento dos requisitos legais e as boas práticas da governação do setor público empresarial, lançar um primeiro esforço de criação de uma nova imagem e

comunicação da empresa, assegurar a atividade corrente do ponto de vista administrativo e financeiro, recuperar um atraso significativo na submissão de pedidos de pagamento pela atividade de assistência técnica realizada no âmbito dos sistemas de incentivos financeiros, recuperar um conjunto de cofinanciamentos de assistência técnica que não haviam sido pagos à empresa, diligenciar junto dos acionistas no sentido de serem regularizados um conjunto de pagamentos em atraso envolvendo montantes significativos, lançar uma primeira abordagem para um site internet novo, reforçar significativamente o esforço de presença nos órgãos de comunicação social, organizar dois “Fins de Tarde da Inovação” (eventos que se tornaram já emblemáticos e se prevê reeditar em 2016), e organizar, no âmbito da parceria com a COTEC o 12º Encontro Nacional de Inovação.

Perspetiva e Desenvolvimento Estratégico em 2016

Estão lançadas bases sólidas para que possamos encarar 2016 com elevados índices de motivação e dedicar redobrado empenho à implementação do Plano Estratégico da empresa, o que se fará sentir ao nível da cultura e do modelo de negócio. Contamos com uma equipa motivada, cada vez mais diversificada e em crescimento, com o compromisso das tutelas, dos acionistas e demais parceiros.

A **Área de Negócio de Gestão de Sistemas de Incentivos**, deverá reforçar o enfoque em atividades de maior valor acrescentado, como as componentes de avaliação e acompanhamento técnico-científico de projetos. Para tal será necessário aprofundar a operação integrada de um conjunto alargado de instrumentos, rever o seu modelo operacional – acrescentando eficiência e uma dimensão de gestão e serviço ao cliente – e redimensionar a equipa, capacitando-a para a intervenção técnico-científica.

A **Área de Negócio de Projetos e Internacionalização**, terá a sua atividade alargada pelo esforço de desenvolvimento de negócio feito em 2015. 2016 será dedicado ao aprofundamento da integração da equipa do GPPQ, e ao reforço das atividades de desenvolvimento de negócio que alavanquem a disponibilização de serviços e atividades de apoio à inovação e empreendedorismo de base tecnológica.

A **Área de Negócio de Políticas e Promoção da Inovação** deverá prosseguir o trabalho de promoção integrada dos programas de financiamento e reforçar significativamente o seu papel de apoio à conceção e lançamento de medidas de política pública de apoio à inovação. As prioridades temáticas incluem, a criação de sinergias potenciadas pela integração de fundos europeus (Horizonte 2020 e FEDER – PT2020), dinamização das Infraestruturas Tecnológicas e de novas formas de organização e dinamização do sistema de I&I (como Laboratórios Colaborativos), programas de apoio ao empreendedorismo de base científica e à colaboração entre empresas e entidades do SCTN, numa lógica de inovação aberta.

Do ponto de vista do **Desenvolvimento Corporativo**, em 2016 continuará a merecer particular destaque o esforço de reestruturação, requalificação e redimensionamento da empresa, que contribuirá decisivamente para consolidar o seu novo posicionamento e relação com o cliente, adicionar eficiência aos processos e eficácia ao desempenho da missão que lhe foi confiada, através de uma clara aposta na reengenharia, simplificação e desmaterialização de processos, no desenvolvimento e integração dos sistemas e infraestruturas tecnológicas de suporte aos novos modelos de atendimento e no desenvolvimento de competências da estrutura de recursos humanos.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício no valor de 70.102,34 € (setenta mil, cento e dois euros e trinta e quatro cêntimos) seja aplicado da seguinte forma:

- 3.505,12 € (três mil, quinhentos e cinco euros e doze cêntimos) para reforço da Reserva Legal, nos termos do n.º 1 do Artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais;
- 66.597,22€ (sessenta e seis mil, quinhentos e noventa e sete euros e vinte e dois cêntimos) para Resultados Transitados.

Aprovada a proposta, os Capitais Próprios da Agência Nacional de Inovação, S.A., passarão a apresentar os seguintes valores:

Capital realizado	5.176.376,50 €
Reservas legais	193.249,90 €
Resultados transitados	-997.920,90 €
Excedentes de revalorização	127.904,52 €
Outras variações no capital próprio	25.667,88 €
Capital Próprio	4.528.783,02 €

Quadro 3: Proposta de aplicação de resultados

RESUMO DA OPERAÇÃO EM 2015

RESUMO DA OPERAÇÃO EM 2015.....	32
GESTÃO DE SISTEMAS DE INCENTIVOS.....	34
Unidade de Negócio de Incentivos Financeiros à I&D	35
Unidade de Negócio de Incentivos Fiscais	38
Unidade de Negócio de Infraestruturas Tecnológicas	40
PROJETOS E INTERNACIONALIZAÇÃO	41
Unidade de Negócio de Projetos	41
Unidade de Negócio de Transferência de Tecnologia e Empreendedorismo de Base Tecnológica	44
Unidade de Negócio de Coordenação Nacional de Programas Internacionais	44
POLÍTICAS E PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO	55
Unidade de Negócio de Promoção Integrada do Apoio à I&D Empresarial	55
Unidade de Negócio <i>de Advisory</i> e Apoio às Tutelas Ministeriais	56
Unidade de Negócio <i>de Parcerias</i> e Cooperação	56
Caracterização do Sistema de Inovação	59
Conselho Coordenador ENEI	59

GESTÃO DE SISTEMAS DE INCENTIVOS

A Área de Negócio de Gestão de Sistemas de Incentivos tem a maior relevância no contributo que a ANI pretende dar ao reforço da competitividade nacional, gerindo sistemas de incentivos financeiros e fiscais que permitem apoiar a valorização do conhecimento científico e tecnológico e a sua transformação em desenvolvimento económico e social.

A Gestão de Sistemas de Incentivos encerra um dos grandes desafios organizacionais da ANI. Em 2015 foi iniciada uma transformação operacional, que se deverá aprofundar e estender ao longo dos próximos anos e que, uma vez concluída, deverá permitir que a empresa se foque na gestão integrada de um conjunto alargado de instrumentos, privilegie a especialização tecnológica de avaliação e acompanhamento de projetos (em detrimento de um enfoque de perfil administrativo e financeiro), partilhe um conjunto de recursos relativamente aos quais não eram promovidas as sinergias desejáveis e, por outro, em virtude da nova missão e posicionamento definido para a empresa, integre na sua operação, uma dimensão de gestão e serviço ao cliente, que até ao momento não estava formalizada, e cuja atividade, apesar de ter sido já significativamente reforçada, necessita de ser enquadrada através de um modelo de gestão adequado.

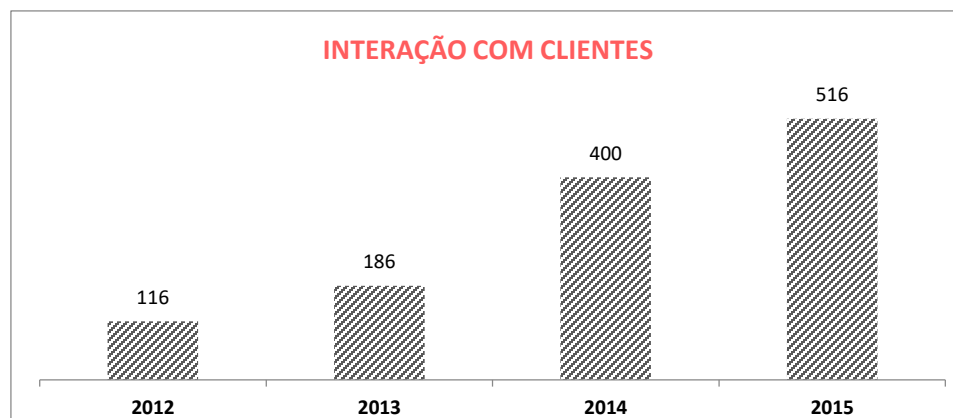


Figura 20: Gestão de Incentivos - reuniões com clientes e visitas in loco para o acompanhamento de projetos

Unidade de Negócio de Incentivos Financeiros à I&D

A Unidade de Negócio de Gestão de Sistemas de Incentivos Financeiros assegura, entre outras, as funções de gestão e acompanhamento das tipologias de investimento alvo de delegação de competências pelas Autoridades de Gestão, nomeadamente das competências de apoio, monitorização, gestão, acompanhamento e avaliação, certificação, auditoria e controlo de projetos.

No âmbito das duas medidas do QREN geridas pela ANI, em termos acumulados, no final de 2015 tinham sido consideradas elegíveis 691 candidaturas, que originaram 662 projetos contratados, dos quais foram executados 646.

Quadro Comunitário	Medida	AAC	Candidatura srecebidas	Candidatura s avaliadas	Decisão				Projetos contratadas	Projetos com execução
					Candidaturas elegíveis	Candidaturas elegíveis não financiadas	Candidaturas não financiadas	Desistências		
QREN+A3:L21	I&DT CoProm.	05/SI/2007	85	77	43		34		40	39
	I&DT CoProm.	09/SI/2008	207	188	75	27	85	1	74	70
	I&DT CoProm.	22/SI/2008	163	162	95	12	55		87	84
	I&DT CoProm. - Automóvel	02/SI/2009	8	8	6		2		6	6
	I&DT CoProm. - RNG	15/SI/2009	20	19	10	2	7		10	10
	I&DT CoProm.	16/SI/2009	130	123	56	15	47	5	52	52
	I&DT CoProm.	35/SI/2009	147	137	73	13	49	2	69	66
	Projetos Mobilizadores	36/SI/2009	16	16	14		2		14	14
	I&DT CoProm.	03/SI/2011	133	129	63		66		61	61
	I&DT CoProm.	13/SI/2011	182	173	69	1	101	2	67	65
	I&DT CoProm. - Aeronáutica	01/SI/2012	9	8	3		5		3	3
	I&DT CoProm.	08/SI/2012 fase 1	109	101	47		53	1	46	45
	I&DT CoProm.	08/SI/2012 fase 2	137	132	48	2	82		46	46
	I&DT CoProm.	08/SI/2012 fase 3	227	219	89		130		87	85
Total QREN			1,573	1,492	691	72	718	11	662	646
PT2020	I&DT CoProm.	08/SI/2015	192	191	82	3	105	1	81	
	Demonstradores CoProm.	09/SI/2015	46	46	14		32		12	
	Demonstradores Individ.	10/SI/2015	37	32	5		26	1	5	
Total PT2020			275	269	101	3	163	2	98	0

Quadro 4: QREN e PT2020: N.º de candidaturas por AAC

Os projetos executados envolveram a participação de 2147 promotores, um investimento elegível de cerca de 522M€ e um incentivo financeiro na ordem dos 344M€ ao qual corresponde uma taxa média de incentivo na ordem dos 66%.

Quadro Comunitário	Programa de Apoio	Nº Projectos	Nº Promotores	Nº Promotores Empresariais	Investimento Elegível (€)	Apoio Público (€)	Tx. Apoio Público
QREN	I&DT CoProm.	632	1,848	975	445,922,380	291,386,275	65%
	Projetos Mobilizadores	14	299	184	76,092,192	53,038,690	70%
Total QREN		646	2,147	1,159	522,014,572	344,424,965	66%
PT2020	I&DT CoProm.	81	246	120	67,260,104	43,381,399	64%
	Demonstradores CoProm.	12	35	20	7,401,070	4,454,139	60%
	Demonstradores Individ.	5	5	5	1,393,243	805,106	58%
Total PT2020		98	286	145	76,054,417	48,640,644	64%

Quadro 5: Projetos QREN e PT2020 financiados

De salientar um aumento de cerca de 14% do número de pagamentos efetuados em relação ao ano de 2014, no sentido de reduzir os prazos médios de pagamento aos beneficiários, contribuindo igualmente para o aumento da execução e encerramento do QREN.

Programa Operacional	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
PO FC	81	251	479	1,057	864	1,432	1,536	5,700
PO Norte	8	75	128	151	170	254	300	1,086
PO Centro	17	41	44	66	82	180	260	690
PO Lisboa	15	38	54	82	105	133	149	576
PO Alentejo				2		2	11	15
PO Algarve	1	1	4	15	15	34	67	137
Total	122	406	709	1,373	1,236	2,035	2,323	8,204

Quadro 6: Co-Promoção e Mobilizadores - Evolução dos pagamentos em quantidade (2009 -2015)

Relativamente ao Portugal 2020, na sequência dos primeiros Avisos de Abertura de Concurso das medidas do SI I&DT Co-Promoção e Demonstradores, a ANI recebeu 275 candidaturas, envolvendo 398 clientes e um investimento elegível de cerca de 237M€.

Estes números traduzem um aumento substancial da procura relativamente ao 1º aviso do QREN, em 2007. Foram submetidas mais do dobro das candidaturas, registando-se assim um aumento significativo

da participação das empresas, que duplicou na 1ª call do Portugal 2020, bem como das entidades não empresariais, o que espelha a grande procura por esta medida de incentivo.

Indicadores	PT2020 - 2015		QREN - 2007		PT2020 / QREN	
	Candidaturas entradas	Candidaturas apoiadas	Candidaturas entradas	Candidaturas apoiadas	Candidaturas entradas	Candidaturas apoiadas
Candidaturas	192	81	85	40	2.3	2
Investimento Total	188,972,918	69,106,585	75,050,407	32,026,986	2.5	2.2
Investimento Elegível	186,375,953	67,260,104	70,383,871	29,541,487	2.6	2.3
Apoio público aprovado		43,221,685		19,041,226		2.3
Empresas - Nº Participações	273	120	136	70	2	1.7
Empresas - Nº Entidades (sem repetições)	242	106	118	61	2.1	1.7
Entidades Não Empresariais - Nº Participações	279	126	98	50	2.8	2.5
Entidades Não Empresariais - Nº Entidades (sem repetições)	74	49	46	30	1.6	1.6

Quadro 7: Evolução da procura QREN – Portugal 2020

Das 275 candidaturas recebidas, 6 desistiram, pelo que apenas foram avaliadas 269. Destas, 101 foram consideradas elegíveis e 163 foram consideradas não elegíveis. Após a notificação das decisões, foram apresentadas 93 alegações contrárias pelos clientes, a analisar no 1º trimestre 2016. Os números finais do apoio público contratado só serão disponibilizados nessa altura.

Em termos das principais áreas tecnológicas, verifica-se que a área das TIC e Instrumentação representa cerca de 35% dos projetos, seguida da área das Tecnologias Agroalimentares e Bioquímica, com 25%, da área das Tecnologias dos Materiais e Construção, com cerca de 21% e da área de Engenharia Mecânica e Energia, com cerca de 19%.

Áreas Tecnológicas principais	Candidaturas	
	entradas	apoiadas
Tecnologias Agro-Alimentares e Bioquímica	67	24
Tecnologias dos Materiais e Construção	61	21
Engenharia Mecânica e Energia	45	19
TIC e Instrumentação	102	34
Total	275	98

Quadro 8: Áreas Tecnológicas das Candidaturas Portugal 2020 recebidas em 2015

Relativamente ao perfil dos clientes nas candidaturas apoiadas, verifica-se que 51% são empresas, das quais cerca de 72% são PME, sendo que 46,9% são micro e pequenas empresas. Verifica-se que das entidades não empresariais, 62% são entidades do ensino superior.

Tipos de Entidades (n.º de participações)	Candidaturas entradas	Candidaturas apoiadas
Empresa	383	145
Micro	121	27
Pequena	104	41
Média	91	36
Não PME	67	41
Entidade do Ensino Superior	205	88
Centro Tecnológico	26	10
Laboratório Associado	22	11
Laboratório de Estado	14	3
Outra Entidade Não Empresarial	72	29
Total	722	286

Quadro 9: Perfil dos clientes com candidaturas no Portugal 2020

Unidade de Negócio de Incentivos Fiscais

A Unidade de Negócio de Gestão de Incentivos Fiscais dedica-se exclusivamente ao SIFIDE, que é o sistema de concessão de crédito fiscal às empresas que realizam atividades de I&D, sendo o cálculo do crédito fiscal a atribuir às empresas e respetiva certificação das atividades de I&D da responsabilidade da Comissão Certificadora SIFIDE, composta pela ANI (que preside e coordena), pelo IAPMEI e pela FCT. No âmbito da Comissão Certificadora compete à ANI a gestão e operacionalização do *front office*, receção de candidaturas, análise de conformidade das candidaturas, avaliação técnica, cálculo do crédito fiscal e emissão da declaração de certificação.

O balanço do SIFIDE é extremamente positivo com cerca de um milhar de empresas a recorrer anualmente ao sistema. O crédito fiscal atribuído nos últimos exercícios atinge uma média de 150 milhões de euros anuais. A taxa de aprovação do crédito fiscal solicitado tem crescido significativamente ao longo dos anos e ronda, nos últimos exercícios, os 80%, o que demonstra que as empresas estão a utilizar maior rigor na preparação das candidaturas.

Os montantes de despesa em I&D declarados no exercício de 2014, acompanharam os registados no anterior, tendo sido apresentados cerca de 541 milhões de euros. O crédito fiscal solicitado no mesmo

exercício foi de 187 milhões de euros. Destes, em dezembro de 2015, estavam já certificados, cerca de 136 milhões de euros de despesa em I&D e aprovado um crédito fiscal de cerca de 62 milhões de euros.

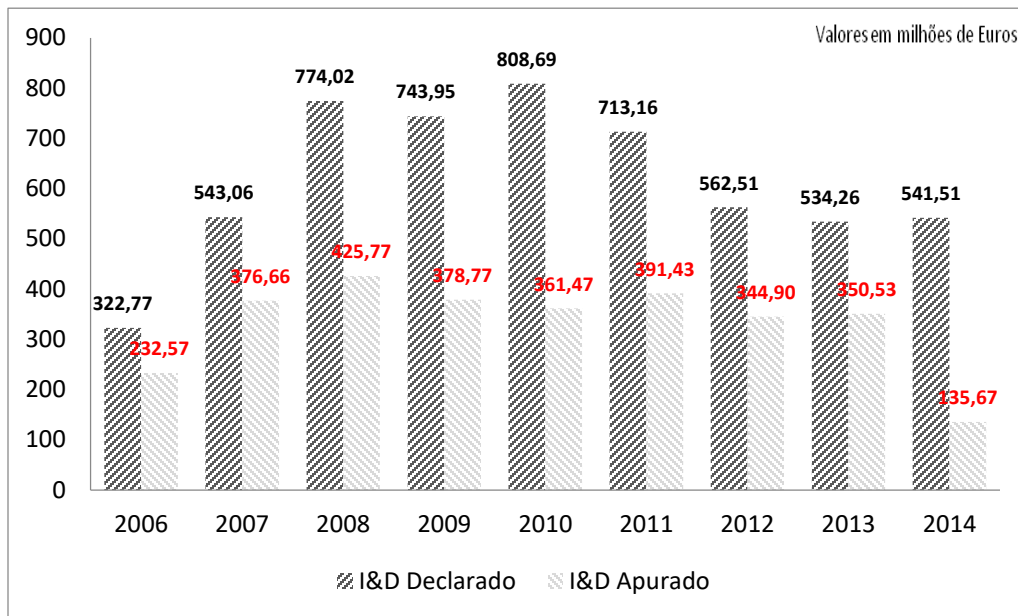


Figura 21: I&D declarado e I&D apurado (até dezembro 2015)

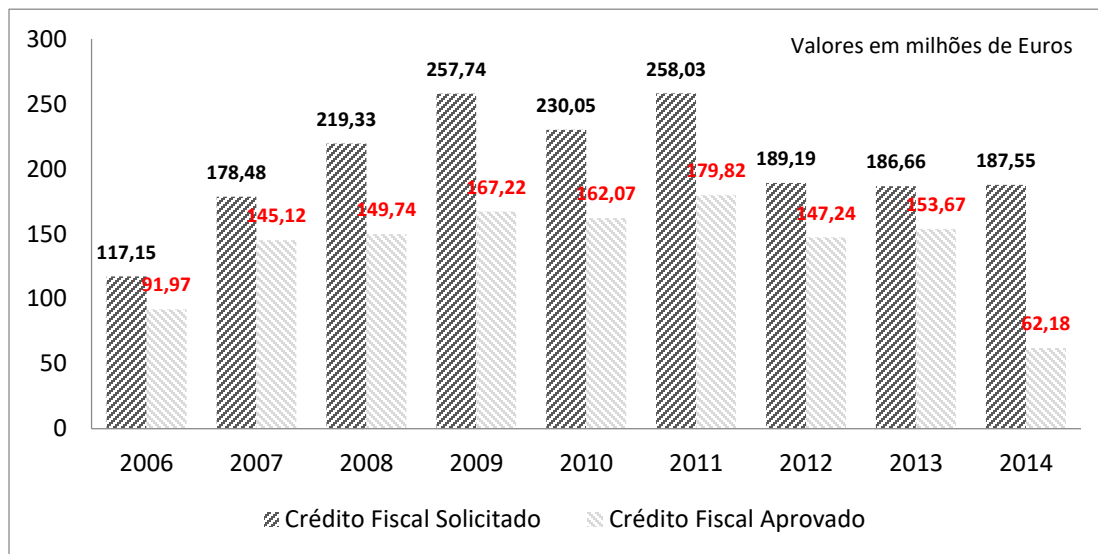


Figura 22: Crédito total solicitado e crédito aprovado (até dezembro 2015)

Unidade de Negócio de Infraestruturas Tecnológicas

A ANI é a entidade responsável pela coordenação e dinamização da rede nacional de Infraestruturas Tecnológicas, que engloba um conjunto vasto e diversificado de entidades, nomeadamente institutos de novas tecnologias, centros tecnológicos, parques de ciência e tecnologia e incubadoras de empresas de base tecnológica.

Neste âmbito, a ANI assegura, entre outras, funções de assistência técnica às Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais do QREN e, desde 2015, do Portugal 2020. Em 2015 estivemos envolvidos em negociações com estas autoridades para a realização de um mapeamento das IT, que será previsivelmente realizado ao longo de 2016.

PROJETOS E INTERNACIONALIZAÇÃO

Esta área de negócios, que até finais de 2014 não existia de modo formal dentro da organização, ganhou um papel e destaque reforçados, determinados sobretudo pelo novo âmbito de atividade da ANI.

Deste modo, muito rapidamente, e apesar da exiguidade da equipa envolvida nesta atividade, foi colocada uma ênfase na capacidade de gerar oportunidades para gerir e participar em programas, projetos e iniciativas, nacionais e internacionais, que permitam à ANI desenhar e implementar atividades, autonomamente ou através de redes e parcerias, numa lógica de complementaridade e de integração de competências, e disponibilizar às empresas, empreendedores, Centros de I&D e Universidades, um conjunto de serviços altamente qualificados no apoio à I&D empresarial, à transferência de tecnologia, à inovação tecnológica e ao empreendedorismo de base tecnológica.

Unidade de Negócio de Projetos

A Unidade de Negócio de Projetos, esteve focada em implementar os projetos em que a ANI participa – Enterprise Europe Network e PT Innovative – e, sobretudo, dedicada a um esforço muito significativo de desenvolvimento de negócio de deteção e procura de novas oportunidades para participar em projetos internacionais, tendo sido preparadas e submetidas, 12 novas candidaturas, 3 propostas ao Programa Interreg IV-C, 3 propostas ao Programa Interreg SUDOE e 6 ao Programa POCTEP, que implicam um financiamento à ANI no valor de 1.79M€.

Enterprise Europe Network

A 1 de janeiro de 2015 teve início um novo programa de trabalhos do projeto Enterprise Europe Network “EEN-Portugal” com uma parceria alargada que integra agora 12 parceiros nacionais: ANI, IAPMEI (Coordenador), ACIF – Associação Comercial e Industrial do Funchal, AEP – Associação Empresarial de Portugal, AIDA – Associação Industrial do Distrito de Aveiro, AIMinho – Associação Industrial do Minho, AIP – Associação Industrial Portuguesa, CCDRALg – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional

do Algarve, CCIPD – Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, CEC – Conselho Empresarial do Centro, INESC TEC – Tecnologia e Ciência e LNEG – Laboratório Nacional de Energia e Geologia.

O novo contrato cofinanciado pela Comissão Europeia estabelece a parceria da ANI como membro da EEN até 2020, com um financiamento de 421.200,00€ para o biénio 2015-2016, compartilhado em 60% através do Programa COSME.

No novo programa de trabalhos foi atribuído à Agência o acompanhamento privilegiado dos grupos sectoriais da Saúde e das Micro Nano Tecnologias, bem como a área territorial do Grande Porto.

No âmbito da EEN a ANI desenvolveu no ano de 2015 as seguintes atividades:

- Coorganização de 22 eventos de <i>brokerage</i> internacionais com um total de 81 participantes portugueses e 305 reuniões B2B;
- Participação em 9 ações de Divulgação , com apresentação da rede e dos seus serviços;
- Reunião para intercâmbio de boas práticas com Centro de Inovação da Roménia ;
- Divulgação de tecnologia e produtos inovadores portugueses e oportunidades de participação em projetos de I&D através da Bolsa de Tecnologia e Negócios (BTN) , que mantém online uma base de dados de Oferta e Procura de Tecnologias nacionais e internacionais contendo em média 10.000 perfis continuamente atualizados. Durante o ano 2015 o catálogo de perfis nacionais divulgou 227 perfis de tecnologias e/ou produtos, tendo a ANI dado seguimento a 146 manifestações de interesse . A BTN terminou o ano de 2015 com mais de 724 utilizadores registados , o que representou um aumento de 38% no total de utilizadores ativos, com 201 novos registos .

Quadro 10: Principais Atividades EEN 2015

Resultados:

Total de perfis de cooperação internacional promovidos pela ANI através da EEN	23
Total de manifestações de interesse recebidas pelos perfis portugueses	7
Total de manifestações de interesse enviadas por empresas portuguesas	139
Total de acordos comerciais	1
Total de parcerias resultantes em submissão de projetos europeus de I&D	3
Acordos em negociações	6

Quadro 11: Resultados Atividades EEN 2015

“Innovation PT”

Em paralelo com o projeto Enterprise Europe Network, decorre o projeto “Innovation PT” dinamizado por um conjunto de 5 parceiros EEN nacionais: ANI, IAPMEI (Coordenador), ACIF – Associação Comercial e Industrial do Funchal, CEC – Conselho Empresarial do Centro e INESC TEC – Tecnologia e Ciência.

Esta iniciativa dá continuidade ao trabalho iniciado com o projeto “Portugal Innovative 2014 e é financiada pelo Programa Horizonte 2020, com um orçamento ANI de 81.865,00€ para o biénio 2015-2016, e tem como objetivo apoiar, através de serviços consultoria especializada, os beneficiários do Programa “SME Instrument”, bem como um conjunto de PME dos diferentes países membros com elevado potencial de inovação e internacionalização.

A intervenção da ANI consiste na elaboração de um diagnóstico de inovação através da ferramenta de Innovation Scoring da COTEC, identificando as necessidades destas empresas em termos de gestão dos processos de inovação e acompanhando a implementação dos planos de ação desenvolvidos. Durante o ano 2015 a ANI trabalhou com 5 PME inovadoras de setores diversos, desde a área da saúde às novas tecnologias.

Unidade de Negócio de Transferência de Tecnologia e Empreendedorismo de Base Tecnológica

No âmbito do empreendedorismo de base tecnológica e tech-transfer, áreas onde a ANI tem uma vasta experiência e tradição, destaca-se a expectativa da integração na ANI da gestão de alguns programas até aqui apoiados pela FCT, que, embora previstas para 2015, as duas entidades entenderam atribuir um menor nível de prioridade do que, por exemplo ao H2020 ou ao sector aeroespacial.

No entanto, perspetiva-se que durante o ano de 2016 a ANI reúna as condições necessárias ao planeamento e implementação da transição da gestão destas iniciativas, pela definição de políticas e metodologias de acompanhamento e gestão das iniciativas, e ainda pela dinamização de um processo participado por um conjunto de *stakeholders*, internos e externos, com interesses nestes temas, tendo em vista o desenho de novas iniciativas e procura de oportunidades de financiamento.

Unidade de Negócio de Coordenação Nacional de Programas Internacionais

Departamento do Gabinete de Promoção do Programa Quadro Horizonte 2020

O GPPQ tem como missão potenciar a participação nacional no PQ, EURATOM e EIT, é composto por uma equipa de NCP – National Contact Points (Pontos de Contacto Nacionais) especializada em cada área temática, e desempenha as seguintes tarefas:

- Veículo de informação entre a CE e as entidades nacionais (instituições de I&D e empresas);
- Dinamização e apoio à participação de entidades nacionais;
- Acompanhamento da participação nacional nos projetos em curso;
- Atuar como helpdesk;
- Manter o website informativo e manter a publicação de fichas de divulgação;
- Coordenar a rede de NCPs (Pontos de Contacto Nacionais).

Dando sequência ao que havia sido determinado pelas tutelas sectoriais no âmbito do reposicionamento da ANI, foi dada prioridade ao acolhimento da equipa do GPPQ que até finais de 2014 se encontrava sob gestão exclusiva da FCT, mas que a partir de 2015 passou a ter uma gestão partilhada entre a FCT e a ANI.

Ao longo de 2015 foi iniciado um esforço significativo de integração desta equipa na ANI, tendo os NCPs ligados ao Pilar da Excelência Científica (I) e a programas transversais (Widening, Euratom, EIT e SwafS) permanecido nas instalações da FCT e os NCPs do Pilar II – Liderança Industrial, e Pilar III – Desafios Societais, sido deslocados para as instalações da ANI. Em dezembro de 2015 estavam nas instalações da ANI 14 NCPs.

Desta forma o GPPQ passou a promover preferencialmente todas as suas atividades com interesse para empresas através da ANI, tendo a sua proximidade às empresas facilitado os contactos e o acesso dos NCPs a este tipo de potenciais participantes no H2020. Deve assinalar-se que com esta transição se iniciou de imediato um esforço de promoção integrada dos apoios disponibilizados pelo H2020 e os apoios nacionais – PT2020 e SIFIDE – junto das empresas portuguesas.

Um dos principais instrumentos de esclarecimento e promoção da participação são as sessões públicas orgANizadas pelo GPPQ, normalmente em parceria com outras instituições do sistema científico e tecnológico nacional, associações empresariais e autoridades públicas nacionais e regionais. Ao longo de 2015, o GPPQ orgANizou 116 sessões públicas por todo o país. Nestes eventos foram registados 5.250 participantes. Estas sessões dividiram-se entre eventos tipo Roadshow de divulgação do Horizonte 2020, eventos temáticos e setoriais, Infodays, vários tipos de workshops de apoio à elaboração de propostas, e apresentações inseridas no âmbito de outros eventos não organizados pelo GPPQ.

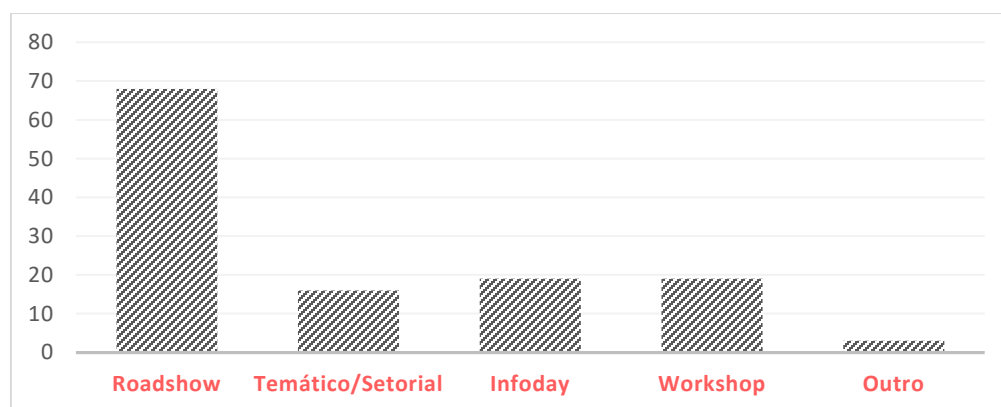


Figura 23: Número de eventos organizados pelo GPPQ em 2015, por tipologia

Avaliação global de desempenho dos NCPs do GPPQ

Uma das principais funções dos NCPs é assegurar um apoio adequado aos potenciais participantes nacionais nas atividades do Horizonte 2020. No entanto, a avaliação desse apoio é complexa devido à dificuldade em quantificar o verdadeiro impacto da prestação dos serviços de esclarecimento, acompanhamento e aconselhamento prestados. O NCP faz um trabalho continuado de promoção e aconselhamento em várias temáticas do Horizonte 2020, que apesar de potenciar o interesse e a capacitação das instituições nacionais, nem sempre culmina com a submissão de uma proposta ganhadora.

Nas calls de 2015, os NCPs deram apoio genérico a 298 propostas, apoio detalhado a 112 propostas, e procederam à revisão de 78 propostas. No total, foram 498 as propostas que tiveram alguma forma de apoio do GPPQ, o que representa um aumento de 7% em relação ao apoio prestado em 2014.

Pilar	Tema	Nº Sessões	Nº Participantes	Média
Pilar 1	ERC	10	355	36
	MSCA	11	472	43
	FET	10	513	51
	Infraestruturas	7	292	42
Pilar 2	ICT	30	1676	56
	NMPB	35	1561	45
	Espaço	19	1083	57
	Apoio às PME	23	908	39
	Fast Track to Innovation	16	738	46
Pilar 3	DS1 - Saúde	22	1335	61
	DS2 - Bioeconomia	33	1941	59
	DS3 - Energia	23	1311	57
	DS4 - Transportes	22	1250	57
	DS5 - Ambiente	27	1776	66
	DS6 - Sociedades	21	826	39
	DS7 - Segurança	16	763	48
Outros	Widening	3	345	115
	Science with and for Society	9	445	49
	EIT	1	229	229
	ECSEL	3	86	29
	BBI	2	120	60
	CleanSky	3	98	33
	FCH	1	29	29
	IMI	8	522	65
	RFCS	1	35	35
	SESAR	1	42	42

Quadro 12: Apoio do GPPQ às propostas com participação nacional submetidas nos concursos de 2015 do H2020.

Genericamente, a taxa de sucesso das propostas apoiadas pelos NCPs é superior à das restantes propostas submetidas. Em termos globais, a taxa de sucesso das propostas com apoio do GPPQ situa-se nos 19%, claramente superior à taxa de sucesso das propostas que não foram acompanhadas pelo GPPQ, que é de 7% (a taxa de sucesso média dos participantes nacionais e europeus é de 11,2%, conforme referido anteriormente).

Esta análise pode também ser feita para as propostas ao H2020 coordenadas por entidades nacionais, onde a responsabilidade do coordenador na preparação da proposta é maior e o apoio do GPPQ pode ser mais necessário. A taxa de sucesso das propostas apoiadas pelo GPPQ foi de 15%, substancialmente acima daquelas que não procuraram qualquer apoio e que foi de 7%. No total, beneficiaram de apoio genérico 90 propostas coordenadas por uma entidade nacional, 66 que tiveram apoio detalhado, e 69 propostas que foram revistas pelos NCPs.

Pilar	Tema	Total			Apoio Genérico		Apoio Detalhado		Verificação de Proposta		Sem contato	
		Propostas	Propostas	Taxa Sucesso	Propostas	Taxa Sucesso	Propostas	Taxa Sucesso	Propostas	Taxa Sucesso	Propostas	Taxa Sucesso
Pilar 1	ERC*	n.a.	7	14%	9	0%	11	0%	n.a.	n.a.		
	MSCA*	423	n.a.	0%	0	0%	4	50%	409	8%		
	FET	71	6	17%	5	0%	3	0%	57	2%		
	Infraestruturas	22	5	20%	12	50%	1	100%	4	0%		
Pilar 2	ICT	245	20	20%	6	20%	3	0%	219	10%		
	NMPB	151	55	25%	8	50%	7	14%	81	6%		
	Espaço	48	3	0%	1	0%	4	50%	40	3%		
	SME Instrument	158	5	20%	7	0%	32	13%	114	4%		
	Fast Track	34	2	0%	6	0%	0	0%	26	0%		
Pilar 3	DS1 - Saúde	167	6	0%	5	0%	1	0%	155	8%		
	DS2 - Bioeconomia	67	36	18%	3	33%	0	0%	28	11%		
	DS3 - Energia	145	9	33%	6	17%	3	0%	121	10%		
	DS4 - Transportes	5	2	50%	0	0%	1	100%	2	0%		
	DS5 - Ambiente	84	21	24%	18	44%	5	20%	40	13%		
	DS6 - Sociedades	208	2	0%	2	0%	2	0%	206	5%		
	DS7 - Segurança	136	76	14%	2	0%	0	0%	58	9%		
Assuntos Horizontais	Widening	78	43	19%	22	14%	1	0%	12	0%		
	Science with and for Society*	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
	EURATOM*	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Global para todos os temas		2042	298	19%	112	22%	78	15%	1582	7%		

Quadro 13: Apoio do GPPQ às propostas com coordenação nacional submetidas nos concursos de 2015 do H2020

Avaliação global da participação nacional no Horizonte 2020

Uma avaliação global dos resultados de 2015 permite inferir uma performance muito positiva da participação nacional no H2020, à semelhança dos resultados obtidos em 2014. Com o arranque do H2020 a participação nacional apresenta pela primeira vez uma percentagem de financiamento obtido superior à contribuição nacional. Este valor é superior a 1,30% (o contributo nacional para o orçamento comunitário durante o 7ºPQ) e ao valor que foi traçado como meta para Portugal no início do H2020 e que é a referência para o GPPQ no H2020: captação por entidades nacionais de 1,50% das verbas colocadas a concurso, o que representa aproximadamente o *break-even* com a contribuição nacional para o orçamento comunitário face ao orçamento global do H2020.

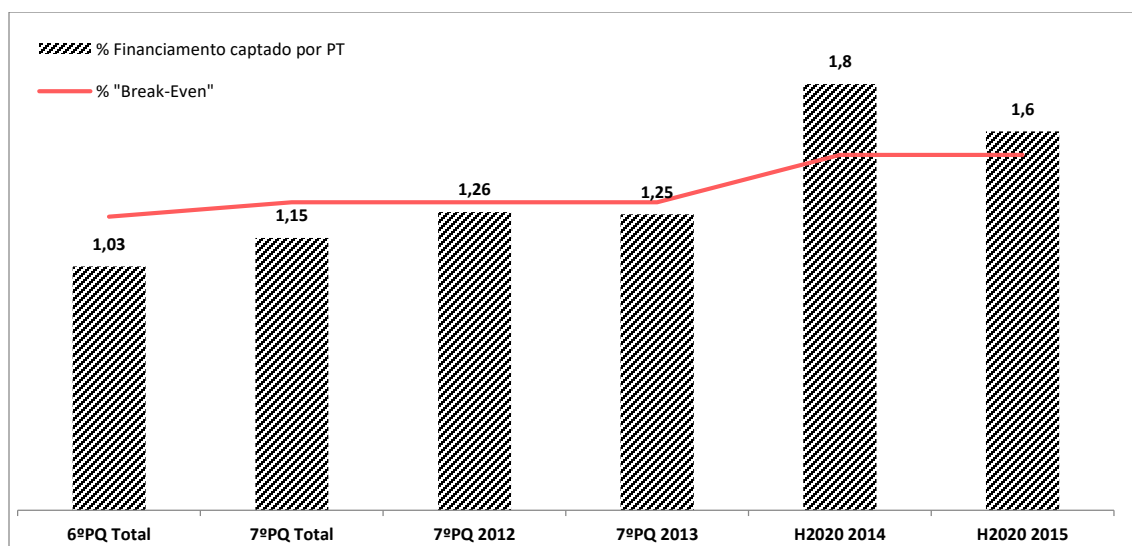


Figura 24: Análise da evolução do financiamento captado por Portugal

Uma análise geral permite constatar que os centros de investigação são responsáveis por mais de 40% do financiamento que Portugal conseguiu captar em 2015. Por sua vez, as entidades do ensino superior são responsáveis por 22% do financiamento nacional captado em 2015, o que coloca, juntamente com os centros de investigação, o sistema científico e tecnológico nacional como o principal responsável pela excelente participação nacional (63%). As empresas são responsáveis por 28% do financiamento captado a nível nacional em 2015. As restantes entidades (associações sem fins lucrativos, associações profissionais, fundações e administração pública) captaram cerca de 9%, o que é muito significativo, dado

que a sua participação começou a ser mais ativa apenas neste último programa-quadro e demonstram já uma capacidade considerável de captar financiamento.

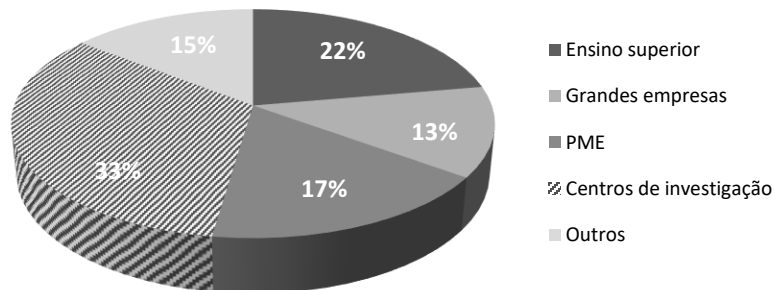


Figura 25: Participação Nacional no Horizonte 2020 em 2015, por tipo de entidade

A análise da participação nacional por Pilar do Horizonte 2020 demonstra claramente que o foco de cada uma das partes do Programa Quadro é muito específico (em termos de objetivos, enquadramento político, TRL das atividades financiadas) e atrai de forma diferente diferentes tipos de entidades nacionais.

No Pilar I – Excelência Científica, cerca de 61% do financiamento foi obtido por centros de investigação e as instituições de ensino superior conseguiram reter à volta de 33%. Apenas 1% foi captado por outro tipo de instituições que não correspondem ao meio académico/investigação ou empresarial. As empresas conseguiram 5% do financiamento, destacando-se um financiamento ligeiramente superior das PME em relação às grandes empresas

No Pilar II – Liderança Industrial, a participação das empresas assume um lugar de destaque e conta tanto com a maior percentagem de participação como com o maior volume de financiamento assegurado quando comparado com os restantes Pilares do H2020. Cerca de 42% do número de participações pertencem a entidades do meio empresarial que captam cerca de 48% do financiamento.

No Pilar III – Desafios Societais, é evidente um maior equilíbrio na distribuição da participação e do financiamento. Os centros de investigação e as entidades ligadas ao ensino superior conseguiram captar um financiamento de 48% com uma participação de 44%. Por sua vez, as empresas conseguem menos financiamento (34%), mas também com uma participação muito inferior (29%). No Pilar III há uma maior participação (27%) e maior capacidade de captar financiamento (18%) por parte das entidades que não

pertencem nem ao meio da investigação nem ao meio empresarial, dada a importância que os utilizadores finais, associações e outras instituições representam na cadeia de valor da inovação para a resolução de questões relacionadas com a sociedade e as suas necessidades em qualquer uma das áreas temáticas abrangidas pelo Pilar III.

Desta análise conclui-se que a participação e captação de financiamento pelas empresas é maior no Pilar II, como seria de esperar face ao seu enfoque nas necessidades da indústria.

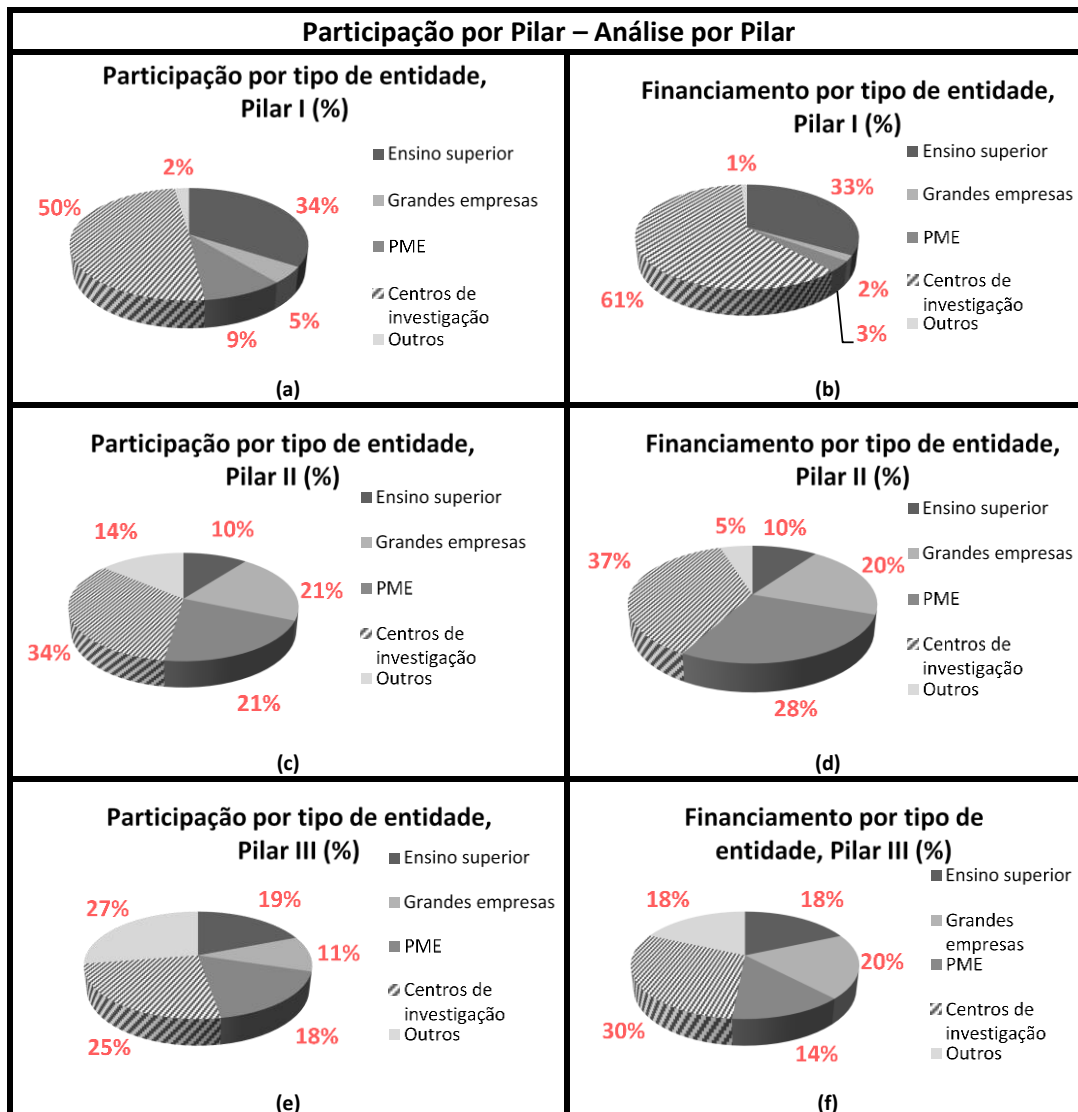


Figura 26: Gráficos representativos da distribuição da participação nacional e do financiamento captado por tipo de entidade por pilar em 2015

No Horizonte 2020, o envolvimento das empresas em atividades de I&D é uma prioridade importante. Para além dos tradicionais projetos em consórcio dentro das várias áreas temáticas, foram criados instrumentos de financiamento específicos para as empresas, de que se destacam o SME Instrument e o Fast Track to Innovation (FTI).

Em 2015, o GPPQ deu particular atenção ao SME Instrument, traduzida num número muito significativo de eventos de promoção e num forte apoio às PME durante a elaboração das suas candidaturas. Este esforço resultou em 9 propostas financiadas na 1ª fase deste programa, e num aumento da taxa de sucesso das propostas submetidas, que subiu de 5,4% em 2014 para 7,5% em 2015, acima da média europeia que foi de 7,4%, contrariando a tendência de um concurso que se tem tornado cada vez mais competitivo. Quanto à 2ª fase, não houve em 2015 nenhum projeto financiado com a participação nacional. Este concurso tem-se revelado muito mais competitivo do que era inicialmente previsto, com uma taxa de sucesso de 4,8% em vez dos 50% anunciados antes do arranque do Horizonte2020. Importa referir que neste concurso houve várias propostas nacionais muito bem classificadas, algumas que entre dezenas de propostas ficaram em 2º e 3º lugar, mas para as quais não houve financiamento disponível por apenas ser financiada uma única proposta na maioria das áreas temáticas.

Programa EUROSTARS

No início de 2015 foi desencadeado o processo de transferência das atividades associadas à iniciativa EUREKA da FCT para a ANI. O Programa EUROSTARS que resulta do esforço de colaboração entre a Iniciativa EUREKA e a Comissão Europeia (COM) e cujo acompanhamento transitou temporariamente entre 2013 e 2014 para a FCT, regressou agora à ANI para, como National Funding Body (NFB), dar continuidade à operacionalização nacional do programa (Edição EUROSTARS 2).

Com base na informação disponibilizada pelo Secretariado EUREKA (ESE), foi dado início durante o mês de janeiro 2015 ao processo de análise da versão então disponível do “Acordo Bilateral” (AB) a celebrar entre o ESE e a ANI. Em simultâneo foi criado um grupo de trabalho, entre a ANI e a FCT, para dar resposta a questões de operacionalização do programa EUROSTARS2, tendo em vista assegurar as necessárias condições de concurso ao financiamento público e à participação de promotores nacionais para a data de “cut off 4” de 17 de setembro de 2015. Os trabalhos deste grupo centraram-se fundamentalmente em três aspetos da operacionalização do programa: a elaboração do regulamento nacional para apoio a

projetos; uma proposta de modelo de financiamento com utilização de fundos estruturais; a publicitação do programa.

O regulamento nacional e a proposta de modelo de financiamento utilizando fundos estruturais tiveram a aprovação por parte da Secretária de Estado da Ciência a 28.07.2015 e do Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade a 20.07.2015.

Durante os meses de julho a setembro foi desencadeado um processo iterativo entre o ESE e os respetivos NFB's, onde a ANI analisou e comentou as evoluções das várias versões do AB produzidas por este. O processo culminou com a assinatura do AB por parte da ANI, no dia 20 de novembro.

Foram ainda realizadas um conjunto de reuniões formais com a FCT e em particular com o "National Project Coordinator-PT", para acerto de procedimentos e abordagens operacionais com vista a dar suporte à participação Portuguesa no cut-off 4 de 17 de setembro.

Portugal disponibilizou um milhão de euros de financiamento público para a participação nacional neste "cut-off". Das 327 propostas de projetos submetidas, dez tiveram participação portuguesa, das quais duas foram aprovadas pelo Painel Independente de peritos do EUROSTARS2 para integrar a "Ranking List", envolvendo um montante de incentivo global de cerca de 270 mil euros. Por se tratar da primeira participação nacional no EUROSTARS2, houve necessidade de criar novas ferramentas necessárias à submissão da candidatura para financiamento nacional e à análise de despesas e apuramento de incentivo – o Formulário e o FACI.

Departamento Aeroespacial

No âmbito das suas atribuições o DAE o estabeleceu por missão:

- Coordenar a participação nacional nos programas internacionais do setor aeroespacial, em estreita articulação com o GPPQ (H2020) e a FCT;
- Estabelecer e manter uma estratégia nacional para o aeroespacial e um plano de ação integrado;
- Promover sinergias entre mecanismos de financiamento nacionais, programas europeus e parcerias internacionais;
- Promover e disseminar programas e capacidades do setor a nível nacional e internacional.

Nesta área, importa destacar o trabalho desenvolvido pela ANI em 2015 na área do Espaço, em particular a representação nacional no Conselho da ESA, o que obrigou a um investimento significativo em tempo (para recolher informação, desenvolver competências e estabelecer contactos) e deslocações (mais de uma dezena de viagens internacionais realizadas em 2015 no âmbito das reuniões e iniciativas dinamizadas pela ESA ou relacionadas com o Espaço).

Foi também dinamizado o Portugal Space Day, em Bruxelas, no dia 11 de novembro, numa parceria que envolveu também a FCT e a AICEP.

Ainda neste contexto, neste período foram desenvolvidas as seguintes iniciativas e preparadas propostas para as tutelas: Antena de Perth; Programa SST (Space Surveillance and Tracking); Iniciativa SKA (Square Kilometre Array).

Acompanhamento de outras Iniciativas Internacionais

A nova ambição da ANI nas áreas de promoção da participação nacional nos programas e iniciativas europeias e de definição de políticas e promoção da Inovação levou-nos também a participar ativamente ou acompanhar um conjunto de iniciativas europeias, nomeadamente: grupos de trabalho promovidos pela CE; Plataformas Tecnológicas, *Joint Technologies Initiatives* (JTI) e Parcerias Público Privadas de I&D (PPP); etc.

Foram capitalizados os contactos, conhecimentos e experiência anteriores dos novos administradores nestas áreas, visando também posicionar a ANI como uma instituição de referência a nível internacional nas suas áreas de atuação. A representação da ANI em comités do Horizonte 2020 na área dos Materiais Avançados e das Tecnologias Avançadas de Fabrico e Transformação é disso exemplo, assegurando também representação nacional na plataforma tecnológica *Manufuture*, na iniciativa *Factories of the future* e noutras iniciativas relevantes.

Para além desta intervenção operacional, pretendeu-se reforçar também o envolvimento da ANI na tomada de posições nacionais no âmbito de discussões políticas e estratégicas em sede comunitária, reforçando a capacidade de intervenção da Agência no apoio à decisão, para além da sua capacidade enquanto executor de políticas públicas. Neste sentido, a ANI foi progressivamente envolvida, ao longo

de 2015, nos trabalhos de preparação de reuniões do Conselho da Competitividade da União Europeia, nas vertentes da I&I e do Espaço, e nos trabalhos de formulação de posições, a nível dos Grupos de Trabalho daquele Conselho, em articulação com a FCT, com a Representação Permanente de Portugal junto da UE (REPER) e com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE).

Por intermédio da FCT, na sua qualidade de representante nacional no ERAC – Comité de acompanhamento do Espaço Europeu de Investigação e Inovação, a ANI assumiu, a partir de 2015, a representação de Portugal em dois grupos de trabalho de *Mutual Learning Exercises* promovidos pela Comissão Europeia como instrumentos de apoio à implementação de políticas na área da I&I, nomeadamente os dedicados à avaliação de resultados de incentivos financeiros e aos incentivos fiscais.

POLÍTICAS E PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO

No que toca à promoção e políticas de inovação merece destaque a forma particularmente intensa como nos envolvemos na preparação do Portugal 2020, nomeadamente, assegurando a liderança do processo de definição dos instrumentos para o SI I&DT do Portugal 2020, colaborando na definição dos instrumentos do SI Inovação, Qualificação e Ciência, e elaborando uma primeira versão dos instrumentos para as Infraestruturas Tecnológicas. Foram ainda desenvolvidos trabalhos preparatórios para a elaboração do Mapeamento das Infraestruturas Tecnológicas (exigido pela Comissão Europeia, como condição *ex-ante* para o financiamento a estas entidades), já solicitado pela tutela e que esperamos realizar em 2015.

Unidade de Negócio de Promoção Integrada do Apoio à I&D Empresarial

Durante o ano de 2015 foi posto no terreno um primeiro esforço de promoção integrada do apoio à I&D empresarial aproveitando as sinergias resultantes da integração, na ANI, da equipa do GPPQ responsável pela promoção da participação portuguesa no Horizonte 2020, possibilitando alcançar uma dimensão internacional.

Ao longo do ano, foram realizadas várias ações de promoção, com destaque para:

- Elaboração de um referencial que reúne, de forma integrada, os principais instrumentos financeiros e fiscais de apoio à I&D empresarial, numa dimensão nacional e internacional, mapeando o seu papel de financiamento ao longo das diversas fases do ciclo de inovação;
- Realização de uma conferência (em parceria com a COTEC e outras entidades relevantes do sistema de I&I);
- Promoção de encontros ou workshops, em particular os Fins de Tarde de Inovação, sendo que o tema em destaque foi a promoção da colaboração enquanto motor da inovação e competitividade nacional, englobando sessões de *networking* informal entre todos os interlocutores da inovação em colaboração em Portugal, e em particular entre os colaboradores

da ANI e os seus principais clientes; e a dinamização de ações de promoção integrada dos instrumentos financeiros e fiscais de apoio à I&D empresarial, nacionais e internacionais, bem como das respetivas oportunidades. Englobam-se ações complementares de dinamização de parcerias e projetos quer para atrair novos clientes para o sistema de I&I bem como ter mais empresas e mais entidades do SCTN a colaborar e a investir em atividades de I&D.

Em função destas ações foi possível concretizar os principais objetivos estabelecidos na estratégia desenvolvida, sendo que em 2016 está previsto continuar o esforço encetado com vista a dinamizar e dar maior visibilidade à unidade de promoção integrada de apoio à I&D empresarial.

Unidade de Negócio de *Advisory* e Apoio às Tutelas Ministeriais

A Unidade de Negócio de *Advisory* e Apoio às Tutelas Ministeriais esteve particularmente empenhada na preparação do Portugal 2020, nomeadamente, assegurando a liderança do processo de definição dos instrumentos para o SI I&DT do Portugal 2020, colaborando na definição dos instrumentos do SI Inovação, Qualificação e Ciência, e elaborando uma primeira versão dos instrumentos para as Infraestruturas Tecnológicas.

Unidade de Negócio de Parcerias e Cooperação

Com a operacionalização desta Unidade de Negócio, a ANI, em 2015, iniciou o desenvolvimento de uma estratégia de alianças e parcerias que tem vindo a contribuir para sedimentar o posicionamento de referência ambicionado nos planos nacional e internacional.

1. Parcerias e Cooperação de Âmbito Nacional

COTEC Portugal

O desenho da parceria estratégica começou antes da entrada em funções do novo Conselho Administração, em outubro de 2014. De facto, no âmbito dos trabalhos preparatórios de reposicionamento da ANI, havia já sido delineada esta parceria estratégica, tendo a COTEC Portugal sido consultada sobre o conteúdo do plano para aquele reposicionamento – inicialmente a título informal e,

mais tarde, formalmente convidada pelas tutelas a assumir um papel de maior relevância junto do governo na definição da respetiva estratégia para a atividade da Agência.

Esta parceria permite à ANI sinalizar um posicionamento ainda mais próximo das empresas, uma vez que a COTEC é uma associação criada por empresas para promover a inovação empresarial.

Assim, em virtude da participação da COTEC no Conselho Consultivo da ANI, as duas instituições encarregaram-se de todo o trabalho de apoio às sessões do Conselho Consultivo da empresa realizadas em 2015. Ao longo do ano, a ANI e a COTEC tiveram ainda a oportunidade de reunir por várias ocasiões para iniciar um trabalho de reflexão sobre temas de interesse comum e identificar um conjunto de atividades a aprofundar e a implementar em colaboração muito próxima.

Unicer e Fundação de Serralves – Prémio Nacional Indústrias Criativas

A ANI estabeleceu uma parceria com a Unicer e a Fundação de Serralves no âmbito do Prémio Nacional Indústrias Criativas, uma iniciativa pioneira em Portugal, destinada a premiar pessoas com espírito criativo e empreendedor numa competição exclusivamente dedicada às Indústrias Criativas, dividida nas categorias de Arquitetura e Artes Visuais, Música e Artes do Espetáculo, Conteúdos e Novos Media e Turismo e Património.

A ANI participa como membro do Júri deste Prémio anual desde o seu lançamento, em 2009.

Parceria com a consultora GCI - “Green Projects Awards”

O *Green Project Awards* Portugal tem por objetivo mobilizar a sociedade para o desenvolvimento sustentável. Em abril de 2015, a ANI foi convidada a participar na 7ª edição deste concurso para coordenar o júri da categoria de produtos e serviços. Entre o período de abril a outubro, a ANI realizou a avaliação de um conjunto de propostas que lhe foram atribuídas, bem como coordenou e apresentou a proposta de hierarquia de mérito dos concorrentes para aquela categoria.

Câmara Municipal do Porto – Invest Porto

A convite do Município do Porto, foi assinado um protocolo de colaboração com a InvestPorto para apoiar o Município na atração de investimento para a cidade.

Câmara Municipal de Famalicão

A convite do Município de Famalicão, foi assinado um protocolo de colaboração para apoiar o tecido empresarial do Concelho.

2. Parcerias e Cooperação de Âmbito Internacional

TAFTIE

Em 2015, a ANI retomou os contactos com a TAFTIE – Associação Europeia de Agências de Inovação com posição de liderança nos seus países, no sentido de recuperar o estatuto de membro que, no passado, a ex-Adl já possuiu. A procura de adesão foi bem acolhida pela Associação, perspectiva-se concluir este processo ao longo do primeiro semestre de 2016.

HLWG EcoAP - Grupo de alto nível para a Eco-inovação

O EcoAp é a normal evolução do Plano de Ação da UE para as Tecnologias Ambientais (ETAP), focado na promoção das indústrias do ambiente, e tem por intenção colocar a eco inovação como elemento central de todas as políticas europeias. Para tal, a estrutura de governação do EcoAP foi estabelecida no âmbito da União para a Inovação, tendo como órgão de coordenação o respetivo Grupo de Trabalho de Alto Nível (HLWG EcoAP), onde têm assento os representantes dos Estados-membros da UE. Neste grupo de trabalho Portugal está representado pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA, I.P.), pela Agência Nacional de Inovação (ANI, S.A) e pela Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE). Durante o ano de 2015, houve duas reuniões do HLWG EcoAP, uma a 18-19 de março e outra a 21 de outubro, tendo a ANI participado em ambas.

Outras ações de âmbito internacional

A nível de cooperação bilateral, foram desenvolvidas colaborações com congéneres regionais da ANI no Norte de Espanha, nomeadamente a Agência Galega de Inovação (GAIN) e a Agência Basca da Inovação (INNOBASQUE), que, mesmo não tendo sido ainda formalizadas em acordos, resultaram em 6

candidaturas conjuntas submetidas ao programa INTERREG em 2015. Foi também estabelecido o contacto com o VTT, o qual resultou num diálogo inicial de troca de experiências e boas práticas.

No panorama exterior à UE, a ANI acompanhou os trabalhos preparatórios de algumas deslocações oficiais de membros do Governo com vista ao estabelecimento de acordos de cooperação bilateral nas áreas da I&I, tendo, em particular, contribuído ativamente para a conceção dos mesmos no que respeita à cooperação com Israel, com a Noruega, na vertente das tecnologias do mar, e à cooperação com a África do Sul em áreas tecnológicas com forte componente de proximidade do mercado. Resultou dos dois primeiros casos a integração da ANI na comissão mista de implementação dos acordos de cooperação bilateral (ainda que informalmente no caso do acordo com a Noruega), juntamente com a FCT, e do terceiro o estabelecimento de negociações com o Ministério da Ciência e Tecnologia da África do Sul para o desenvolvimento de um futuro acordo de cooperação bilateral entre a ANI e a TIA – Technology Innovation Agency daquele país.

Caracterização do Sistema de Inovação

Em 2015 foram identificados um conjunto alargado de parceiros e interlocutores que poderão ser envolvidos nesta atividade que, devido a fortes constrangimentos operacionais, não deverá arrancar antes do segundo semestre de 2016.

Conselho Coordenador ENEI

Em 2015 foi realizada a primeira reunião do Conselho Coordenador da ENEI.

RELATÓRIO ANUAL AUTÓNOMO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

RELATÓRIO ANUAL AUTÓNOMO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO	60
RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO DO SEE	62
Introdução	62
Missão e Objetivos Gerais da Empresa	62
Estrutura do Capital	65
Participações noutras entidades	65
Órgãos Sociais	66
Objetivos de Gestão	68
Gestão do Risco	68
Evolução do prazo médio de pagamentos	69
Diligências no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista	69
Remunerações	70
Código de ética e conduta	74
Estatuto do Gestor Público	74
Contratação Pública	75
Sistema Nacional das Compras Públicas	76
Frota Automóvel	76
Medidas de Redução de Gastos Operacionais	77
Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	78
Recomendações Resultantes de Auditorias do Tribunal de Contas	79
Informação a Constar do Site do SEE	79
Quadro Resumo do Cumprimento das Orientações Legais	80
Outras Informações Relevantes	81

RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO DO SEE

Introdução

Nos termos e para os efeitos do previsto no art. 54º do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (RJSPE), aprovado pelo DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, e no escrupuloso respeito pelas orientações de Sua Excelência a Senhora Diretora Geral de Tesouro e Finanças no ofício de 12 de fevereiro de 2016 com a ref. nº 713 desta direção geral, apresentamos, de acordo com as boas práticas, Relatório Anual Autónomo de Boas Práticas de Governo Societário. O presente relatório visa também dar nota do cumprimento dos Princípios de Bom Governo aplicáveis às empresas detidas pelo Estado que se encontram definidos na Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de março.

Missão e Objetivos Gerais da Empresa

Tendo por enquadramento o definido nas bases do Plano de Operacionalização da ANI – Agência Nacional de Inovação, que define os termos de referência para a Estratégia e a Atividade da Empresa, a nova ANI espelha o alinhamento entre as políticas de ciência e de economia, tendo como principal objetivo promover o reforço da competitividade nacional através da valorização do conhecimento científico e tecnológico e a sua transformação em crescimento económico.

Neste contexto, e de acordo com o definido pelos Estatutos, a missão da ANI define-se por:

- Reforçar a transferência do conhecimento para o tecido económico;
- Aumentar a participação do sistema científico e tecnológico nacional (SCTN) e empresas nas redes internacionais de I&I;
- Reforçar o investimento empresarial em I&I;
- Promover um ambiente social favorável ao empreendedorismo tecnológico.

Os objetivos de gestão da empresa para o ano de 2015 e seguintes estiveram e estão alinhados com os objetivos estratégicos referidos anteriormente e refletem o compromisso assumido com os seus acionistas, tutelas, e demais partes interessadas.

Estes objetivos integram um conjunto de indicadores denominados indicadores de performance, que, no seu conjunto, abarcam transversalmente a atividade da empresa e permitem aferir, ao longo do ano, a sua performance.

Apesar das francas melhorias já operadas durante o ano de 2015 a infraestrutura de planeamento e controlo de gestão revela ainda algumas fragilidades, pelo que a empresa não está em condições de identificar ou mensurar plenamente todos os indicadores que lhe permitam aferir de forma abrangente e detalhada, a sua performance, nem de definir, para todos os indicadores, metas específicas, mensuráveis, atingíveis e com um período claramente definido para serem alcançadas.

Deste modo, foi desenvolvido um profundo trabalho no sentido de definir e implementar, tão rapidamente quanto possível, um Sistema de Monitorização e Controlo de Gestão que permitisse aferir de forma exata, tempestiva e abrangente, a performance da empresa.

A empresa conseguiu, contudo, identificar um conjunto de indicadores aptos a mensurar com alguma facilidade e relativamente aos quais dispunha de informação suficiente à definição de objetivos específicos para o ano de 2015. Estes indicadores e respetivas metas foram os seguintes:

Indicadores de Gestão da Agência Nacional de Inovação

valores em €

Indicadores de Resultados		2015
Custos		4 068 269
Custos com Pessoal		1 865 849
FSE		2 202 420
Rendimentos Operacionais		4 212 328
Serviços e Atividades de Apoio ao SI&I		35 509
Projetos Europeus		98 707
Sistema de Incentivos		2 251 448
Internacionalização		979
Financiamento Base		1 668 896
Outros		156 788
EBITDA		144 059
Margem de EBITDA		3%
Investimento		13 318
EBITDA-Investimento		130 741

Indicadores de Gestão Externa		2015
Volume de Negócios (Opex+Investimento)		4 081 587
Despesa Desagregada (%)		
Rácio da Despesa com Pessoal		46%
Rácio da Despesa com FSE		54%
Rácio da Despesa em Investimento		0%
Receita Desagregada (%)		
Serviços e Atividades de Apoio ao SI&I		1%
Projetos Europeus		2%
Sistema de Incentivos		55%
Internacionalização		0%
Financiamento Base & Outros		45%

Indicadores de Gestão Interna		2015
Rácio de Cobertura da Despesa Operacional (p/ origem do rendimento)		
Sistemas de Incentivos e Apoio ao SI&I		56%
Projetos Europeus e Internacionalização		2%
Financiamento Base		41%

Estrutura do Capital

O capital social da Agência Nacional de Inovação, S.A., previsto no art.º 7º dos Estatutos, é de 5.176.376,50 € (cinco milhões, cento e setenta e seis mil, trezentos e setenta e seis euros e cinquenta cêntimos), integralmente subscrito e realizado e representado por 1.037.350 (um milhão, trinta e sete mil e trezentas e cinquenta) ações com valor nominal unitário de 4,99 € (quatro euros e noventa e nove cêntimos).

O capital social da ANI é detido:

Pela “FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P.” (“FCT”), titular de 518.675 (quinhentas e dezoito mil, seiscentas e setenta e cinco) ações, com o valor nominal global de 2.588.188,25 € (dois milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, cento e oitenta e oito euros e vinte e cinco cêntimos), as quais correspondem a 50% (cinquenta por cento) do capital social da Sociedade,

e

Pelo “IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.” (“IAPMEI”), titular de 518.675 (quinhentas e dezoito mil, seiscentas e setenta e cinco) ações, com o valor nominal global de 2.588.188,25 € (dois milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, cento e oitenta e oito euros e vinte e cinco cêntimos), que correspondem a 50% do capital social da Sociedade,

Durante o exercício de 2015 a estrutura acionista não sofreu qualquer alteração nem a distribuição do capital social.

Participações noutras entidades

A Agência Nacional de Inovação, S.A., não deteve durante o ano de 2015 quaisquer participações noutras entidades.

Órgãos Sociais

De acordo com os Estatutos da Empresa, são órgãos sociais a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Fiscal Único e o Conselho Consultivo.

Os titulares dos órgãos sociais em exercício durante o ano de 2015 foram eleitos em Assembleia Geral a 19 de setembro de 2014, tendo iniciado funções a 1 de outubro de 2014.

Os titulares dos órgãos sociais em exercício são os seguintes:

Assembleia Geral

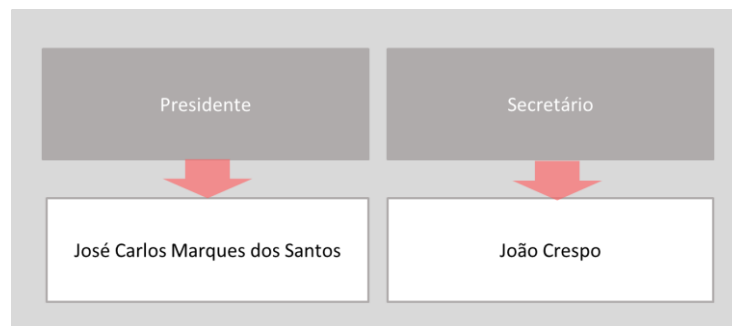


Figura 27: Composição da Mesa da Assembleia Geral

Conselho de Administração

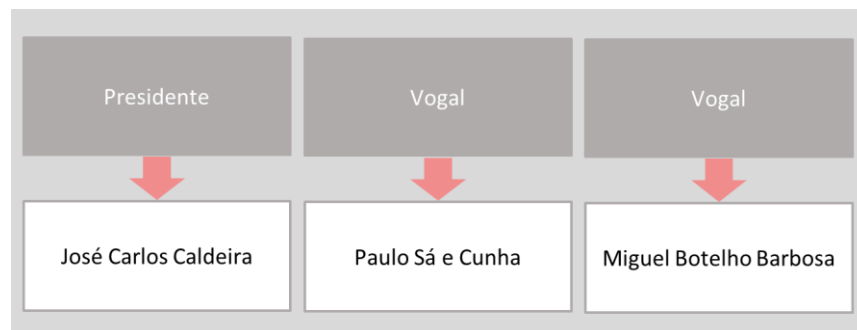


Figura 28: Composição do Conselho de Administração

Conselho Consultivo

Os estatutos da ANI contemplam a existência deste órgão, que tem por missão acompanhar e apoiar a atividade do CA. É constituído por um número par de personalidades, provenientes em números iguais da comunidade científica e empresarial, incluindo ainda um representante de cada um dos acionistas.

Os elementos que compõem o Conselho Consultivo são escolhidos pela Assembleia Geral, e a sua função é aconselhar o Conselho de Administração sobre as opções da Sociedade, emitindo pareceres não vinculativos, designadamente, sobre o plano de atividades e orçamento, e o relatório de gestão e contas, ambos a apresentar à Assembleia Geral, e ainda sobre outras questões que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração.

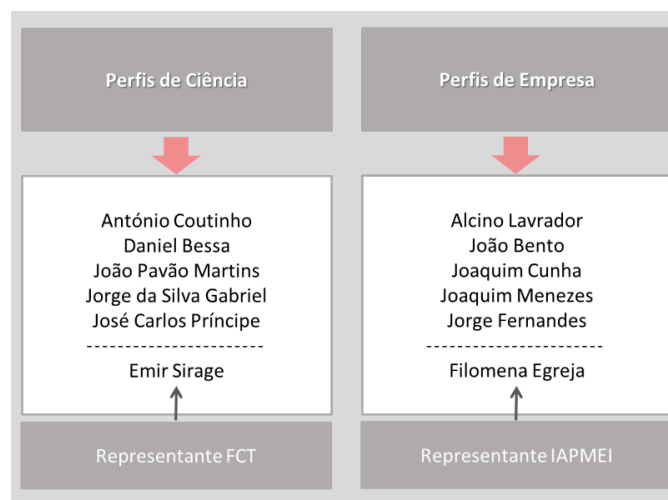


Figura 29: Composição do Conselho Consultivo

Órgão de Fiscalização – Fiscal Único

Entenderam os acionistas que a manutenção da figura do Fiscal Único se justifica atendendo à dimensão da sociedade, ao reduzido número de administradores e por não ser incompatível com o previsto no artigo 33.º do DL 75-A/2014, porquanto a designação do Fiscal Único tem cobertura legal no CSC.

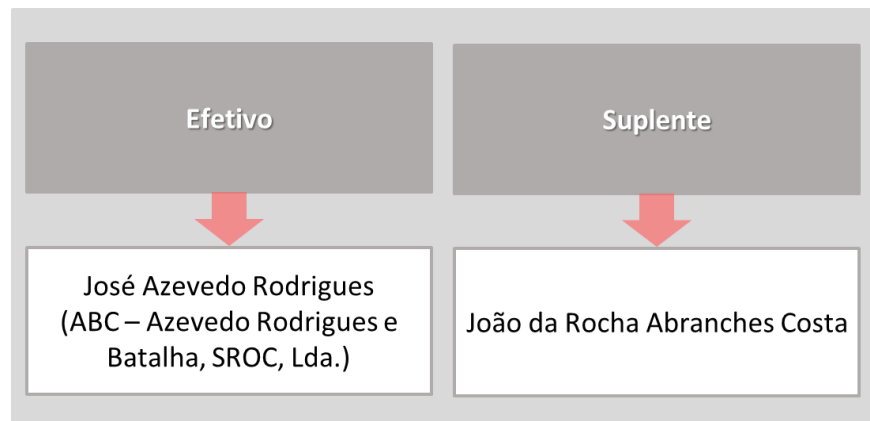


Figura 30: Composição do Órgão de Fiscalização

Objetivos de Gestão

De acordo com a informação transmitida pelo anterior Conselho de Administração, não foram acordados com os acionistas e tutelados os objetivos de gestão da empresa para 2015.

Ainda assim, no seu relatório de atividades de 2015, procurando seguir as boas práticas de governo das sociedades, designadamente do bom governo do Setor Empresarial do Estado, e numa perspetiva de contribuir para a criação de uma cultura de reporte e apresentação de resultados, o Conselho de Administração entendeu apresentar, com valores de 2015, o conjunto de indicadores de gestão propostos para aferir a performance da nova ANI no ano de 2015 e seguintes.

Gestão do Risco

A Gestão do Risco, embora presente na preocupação das diferentes administrações e órgãos de fiscalização da empresa, vem sendo feita de forma informal e desestruturada, não existindo procedimentos documentados para realizar a avaliação do risco e respetivas medidas de cobertura. Deste modo, o atual Conselho de Administração decidiu que, em 2015, a empresa iria desenvolver um processo de gestão de risco, aplicado de forma transversal a toda a organização, envolvendo as direções de áreas de negócio e corporativas, que permita sistematizar metodologias para identificar, analisar e avaliar os

principais riscos que pudessem colocar em causa o alcance dos objetivos estratégicos. Dado que não foi, em 2015, possível concluir a reorganização da empresa, não foi também possível cumprir cabalmente este desiderato tendo, contudo, sido desenvolvidos esforços e obtidos já alguns resultados relevantes.

Evolução do prazo médio de pagamentos

Em correspondência com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, verifica-se um aumento de 2.5 dias do prazo médio de pagamentos em 2015 face a 2014. A evolução deste indicador deve-se essencialmente a um aumento significativo do volume de pagamentos realizados em 2015, nomeadamente a peritos externos, aliado a um processo de tramitação burocrática consideravelmente exigente.

PMP	2014	2015	Var. 2015/2014
Prazo (dias)	41	43.5	2.5

Quadro 14: Evolução do prazo médio de pagamentos

Dívidas Vencidas (€)	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1.º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	NA	NA	NA	NA	NA
Aq. de Capital	NA	NA	NA	NA	NA
Total					

Quadro 15: Dívidas vencidas 2015

Diligências no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista

Em sede de Assembleia Geral, realizada a 28 de setembro de 2015, foi discutido, apreciado e deliberado pelos Acionistas o Relatório de Gestão, a proposta de aplicação de resultados e o Parecer do Fiscal Único relativo ao exercício de 2014, sem qualquer ressalva ou recomendação adicional.

A ANI tem zelado pelo cumprimento de todas as recomendações dos Acionistas, ainda que informais, efetuando as diligências necessárias à sua concretização e melhoria do seu desempenho.

Remunerações

Órgãos Sociais

Informação referente aos Órgãos Sociais em funções de 2014 a 2017 (nomeados em Assembleia Geral de 19/09/2014):

Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2015 (€)		
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3) = (1)-(2)
2014 - 2017	Presidente	José Marques dos Santos	-	-	-	-
2014 - 2017	Secretário	João Crespo	-	-	-	-

Quadro 16: Identificação Assembleia Geral 2014-2017

Conselho de Administração

As remunerações do Conselho de Administração foram determinadas pela Assembleia Geral da Sociedade, em 19 de setembro de 2014 (Ata nº 30) e conformam-se pelo disposto nas seguintes disposições:

- N.º 1 do artigo 12.º da Lei nº 12-A/2010³, de 30 de junho, que veio estabelecer que a remuneração fixa mensal ilíquida dos gestores públicos executivos e não executivos, incluindo os pertencentes ao sector público local e regional, e dos equiparados a gestores públicos, é reduzida, a título excepcional, em 5%;
- Artigo 2.º da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, que define nova redução salarial de 10%;
- Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e no n.º 4 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, no artigo 29.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, no artigo 41.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro e no artigo 41.º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro que impedem a atribuição de prémios de gestão;
- Em 2015 manteve-se o pagamento do subsídio de Natal em duodécimos, nos termos do Artigo 35, da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro.

³ Na redação da Lei n.º 83-C/2013, de 31/12.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma	Data	(Identificação Entidade)	Pagadora (O/D)
2014 - 2017	Presidente	José Carlos Caldeira Pinto de Sousa	AG	19/09/2014	-	-
2014 - 2017	Vogal	Miguel Botelho Gomes Barbosa	AG	19/09/2014	-	-
2014 - 2017	Vogal	António Paulo Sá e Cunha	AG	19/09/2014	-	-

Quadro 17: Composição Conselho de Administração 2014-2017

Membro do CA (Nome)	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Valores Mensais Bruto €	
	(S/N)	(A/B/C)	Remuneração Base	Despesas de Representação
José Carlos Caldeira Pinto de Sousa	S	C	5.722,75 €	1.831,28 €
Miguel Botelho Gomes Barbosa	S	C	3.662,57 €	1.465,00 €
António Paulo Sá e Cunha	S	C	3.662,57 €	1.465,00 €

Quadro 18: Remunerações mensais do Conselho de Administração de 2014-2017

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Variável	Fixa**	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3) = (1) - (2)
José Carlos Caldeira Pinto de Sousa	-	102,596.07 €	102,596.07 €	12,142.67 €	90,453.40 €
Miguel Botelho Gomes Barbosa	-	69,177.41 €	69,177.41 €	8,214.44 €	60,962.97 €
António Paulo Sá e Cunha	-	68,394.53 €	68,394.53 €	8,214.44 €	60,180.09 €

Quadro 19: Remunerações anuais do Conselho de Administração de 2014-2017

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Protecção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Valor			Identificar	Valor
José Carlos Caldeira Pinto de Sousa	4.27 €	787.56 €	Segurança Social	21,482.68 €	-	-	-	-
Miguel Botelho Gomes Barbosa	4.27 €	411.75 €	Segurança Social	14,478.71 €	-	-	-	-
António Paulo Sá e Cunha	4.27 €	633.79 €	Segurança Social	9,869.53 €	-	-	-	-

Quadro 20: Benefícios Sociais do Conselho de Administração 2014-2017

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
ANTÓNIO PAULO SÁ E CUNHA	80.00	1,552.69	1)
MIGUEL BOTELHO BARBOSA	80.00	1,154.63	1)
JOSÉ CARLOS CALDEIRA	80.00	1,227.30	1)

Quadro 21: Gastos com comunicações móveis do Conselho de Administração 2014-2017

Nota 1): O contrato de comunicações móveis em vigor com a NOS Comunicações, SA remonta a 21/12/2007 e encontra-se bastante desatualizado, razão principal do incremento do custo das

comunicações, nomeadamente no *roaming*. Dadas as restrições orçamentais e legislativas, não foi possível proceder em 2015, à celebração de novo contrato, mais adequado às necessidades da empresa e alinhado com as novas condições de mercado. Contudo, foi iniciada a preparação do procedimento de contratação pública destinado à celebração do novo contrato, durante o ano de 2016. Em todo o caso, durante o exercício de 2015, a empresa prestou uma atenção muito cuidada à renegociação dos seus FSE, sobretudo os emergentes de contratos que pudessem ser extintos ou que pudessem ser assegurados por via dos contratos centralizados pela Secretaria-Geral do Ministério da Economia no âmbito do plano de racionalização de tecnologias de informação e comunicação.

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	N.º Prest. Contratuais Remanescentes
José Carlos Caldeira Pinto de Sousa	S	N	1)	Aquisição	2003	-	-	-	-
Miguel Botelho Gomes Barbosa	S	N	1)	Aquisição	2008	-	-	-	-
António Paulo Sá e Cunha	S	N	1)	Aquisição	2004	-	-	-	-

Quadro 22: Encargos com viatura do Conselho de Administração 2014-2017

Nota 1): Não foi considerado qualquer valor de referência para as viaturas afetas aos Membros do Conselho de Administração dado que as viaturas se encontram totalmente depreciadas.

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Definido	Gastos Anuais Associados a Viaturas (€)				
		Combustível	Portagens	Outras reparações	Seguro	Observações
José Carlos Caldeira	457,82	1 703,71	595,60	1 926,66	511,21	1)
António Paulo Sá Cunha	366,25	4 263,93	2 524,30	1 531,74	663,31	1)
Miguel Botelho Barbosa	366,25	2 149,36	782,05	2 655,33	487,38	1)

Quadro 23: Gastos anuais associados às viaturas do Conselho de Administração 2014-2017

Nota 1): A ANI tem a sua sede no Porto e instalações em Lisboa sendo necessário a Administração, no âmbito das suas atividades, proceder a diversas deslocações semanais entre estes dois locais. Apesar de todas as medidas de contenção de despesa, nomeadamente reuniões via videoconferência e utilização de transportes alternativos como o comboio, nem sempre é possível, com estas duas soluções, suprir todas

as necessidades e solicitações ao Conselho de Administração, pelo que se verifica um incremento significativo no custo com combustível.

Do mesmo modo, o Eng.º. António Paulo Sá e Cunha teve um papel muito interventivo na preparação dos regulamentos dos Sistemas de Incentivos ao Portugal2020, tendo sido solicitada com muita frequência a sua participação em reuniões com as diversas Autoridades de Gestão (Alentejo, Algarve, Centro e Norte) o que redundou num acréscimo significativo nas deslocações nacionais.

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		
				Identificar	Valor	
José Carlos Caldeira	15 772,66	5 017,09	5 640,24	-	-	21 412,90
António Paulo Sá Cunha	6 379,34	1 238,50	1 371,51	-	-	7 750,85
Miguel Botelho Barbosa	533,67	0,00	0,00	-	-	533,67

Quadro 24: Gastos anuais associados a deslocações em serviço do Conselho de Administração 2014-2017

Fiscal Único

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Contratada
		Nome	Número	Forma (1)	Data	
2014 - 2017	Fiscal Único	ABC - Azevedo Rodrigues e Batalha, SROC, LDA representado pelo Professor Dr. José Maria Monteiro Azevedo Rodrigues	681	AG	19/09/2014	9 480,00
2014 - 2017	Fiscal Único Suplente	João da Rocha Abrantes Costa	742	AG	19/09/2014	

Quadro 25: Identificação Fiscal Único 2014-2017

Restantes Trabalhadores

Durante o ano de 2014 os funcionários do setor empresarial do Estado foram sujeitos a três regimes remuneratórios diferentes:

- O primeiro, aplicado entre 1 de janeiro e 31 de maio, resultou da aplicação da redução remuneratória prevista no OE para 2014, que implicava cortes entre os 2,5% e os 12% nos salários superiores a 675,00 €, incluindo os correspondentes duodécimos do subsídio de Natal.
- O segundo, aplicado entre 31 de maio e 12 de setembro, de acordo com o qual os salários não estiveram sujeitos a qualquer redução remuneratória em virtude do Acórdão nº 413/2014, de 30

de maio, do Tribunal Constitucional, que declarou a inconstitucionalidade do Artigo 33.º da LOE 2014 e anulou qualquer redução salarial para o período de 31 de maio a 12 de setembro de 2014;

- O último, aplicado a partir de 13 de setembro de 2014, de acordo com o qual volta a vigorar a redução remuneratória média de 5%, para salários acima dos 1500,00 €, tal como tinha sido aplicado em 2011, e foi a este corte, entre os 3,5 e os 10%, que o Governo retirou 20%, com o objetivo de repor gradualmente os salários do setor público até 2020.

Ao abrigo da Lei do Orçamento do Estado (OE) para 2015, a redução remuneratória aplicada aos funcionários públicos do setor empresarial do Estado com rendimentos mensais superiores a 1500,00 € foi reduzida em 20% face à percentagem que tinha voltado a vigorar a 13 de setembro de 2014.

Em 2015 manteve-se o pagamento do subsídio de Natal em duodécimos, nos termos do Artigo 35, da Lei 82-C/2013, de 31 dezembro.

Código de ética e conduta

Ainda no sentido de promover a adoção das melhores práticas de funcionamento das organizações o Conselho de Administração aprovou, em 24 de agosto de 2015, o novo Código de Ética e Normas de Conduta a ser observado pelos colaboradores da ANI no exercício das suas funções. Existia já um documento semelhante, aprovado pela anterior Administração em julho de 2012. Contudo, entendeu o atual Conselho de Administração ser importante reforçar a importância do cumprimento destas regras em especial, como instrumento de prevenção de conflitos de interesses.

Estatuto do Gestor Público

Nos termos do Estatuto do Gestor Público (EGP) aprovado pelo DL n.º 71/2007, de 27 de Março⁴, em conjugação com a RCM n.º 16/2012, que aprova os critérios de determinação do vencimento dos gestores públicos, assim como a classificações atribuídas às empresas constantes do seu anexo em três grupos (A, B e C), a ANI foi classificada no grupo C, com efeitos ao nível da fixação das remunerações dos membros dos órgãos sociais.

⁴ Alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro e pelo DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro e retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro.

O DL 133/2013⁵, de 3 de outubro que aprova o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, integra inequivocamente a ANI no seu âmbito de aplicação, estando a empresa obrigada ao cumprimento dos deveres e obrigações previstos no referido diploma e demais legislação conexas.

Em sede de Assembleia Geral, realizada a 19 de setembro de 2014, foi decidido proceder à eleição de novos Órgãos Sociais, sendo que o seu estatuto remuneratório foi calculado nos termos da classificação atribuída à ANI para efeitos de sua remuneração.

Mais se refere que a ANI cumpre o estipulado no artigo 32.º do EGP, nomeadamente, no que respeita à não utilização para uso pessoal de cartões de crédito pelo Conselho de Administração e o não reembolso de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Contratação Pública

No que respeita à aplicação das regras de contratação pública, a ANI está sujeita ao cumprimento do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo DL 18/2008, de 29 de janeiro, por força do disposto no seu Artigo 2.º, n.º 2, alínea a), bem como da demais legislação e regulamentação nacional e comunitária nesta matéria.

A ANI, nos seus processos aquisitivos, norteia-se pelos princípios gerais da contratação pública e, em especial, da igualdade, da não discriminação, concorrência e transparência sem, todavia, perder de vista outros valores igualmente relevantes como sejam a economicidade ou boa gestão financeira dos recursos públicos e a seleção da proposta mais adequada à realização do interesse público. As decisões que autorizam a realização de despesa têm como pressuposto a necessidade e justificação da contratação a par da proposta de escolha do procedimento mais adequado, seguindo a tramitação prevista no CCP. A condução e acompanhamento dos concretos procedimentos de contratação pública é feita no cumprimento do disposto no Código dos Contratos Públicos sendo que a ANI, no seguimento das melhores práticas adotadas neste âmbito, tramita os seus procedimentos de ajuste direto em plataforma eletrónica (ComprasPt).

⁵ Alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro.

Em cumprimento do disposto quer no CCP quer no da legislação aplicável ao Setor Público Empresarial as aquisições resultantes de procedimentos de contratação pública são publicitadas no Portal BASE e no site da ANI. A listagem dos procedimentos de contratação pública tramitados pela ANI, enquanto entidade adjudicante, pode ser consultada aqui:

<http://www.base.gov.pt/Base/pt/ResultadosPesquisa?type=contratos&query=adjudicanteid%3D39864>

Sistema Nacional das Compras Públicas

O Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) é gerido pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P. (eSPap). A ANI é uma entidade adquirente voluntária, vinculada ao SNCP por contrato de adesão celebrado com a eSPap, podendo, nessa qualidade beneficiar dos instrumentos de contratação disponibilizados por esta entidade, não sendo, todavia, obrigada a fazê-lo. Sempre que conveniente a ANI aderiu aos acordos-quadro em vigor, através da Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Economia.

Frota Automóvel

A 31 de dezembro de 2015, a ANI possuía 7 viaturas, sendo 4 disponíveis para uso dos colaboradores e distribuídas pelas instalações de Lisboa e Porto.

As viaturas operacionais encontravam-se totalmente obsoletas, com mais de 14 anos de utilização e uma média superior a 310.000 Km.

As viaturas adstritas à Administração encontravam-se igualmente em avançado estado de utilização, com mais de 7 anos de uso e uma média de mais de 360.000 Km.

Em sede das orientações previstas no n.º 4 do Artigo 61.º da Lei n.º 33/2015, de 27 de abril, verifica-se uma redução de 15% dos custos com a frota automóvel face a 2014, derivado, essencialmente, do controlo de custos implementado com as suas manutenções e da redução da utilização da frota com deslocações.

Medidas de Redução de Custos Operacionais

(valores em K€)

PRC	Meta	2015 Exec.	2014 Exec.	2013 Exec.	2012 Exec.	2011 Exec.	2010 Exec.	2015/2014		2015/2010	
								Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
EBITDA											
(1) CMVMC		0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
(2) FSE		2 202,42	1 946,15	1 055,34	1 127,08	1 196,10	1 446,74	256,27	13%	755,68	52,23%
Deslocações/Estadas		79,20	47,32	36,40	74,12	117,85	157,46	31,88	67%	-	-
Ajudas de custo		11,38	4,57	2,06	13,04	30,00	36,09	6,81	149%	-	-
Comunicações		49,75	52,35	60,79	71,00	76,70	78,73	-2,60	-5%	-	-
(3) Gastos com o pessoal		1 865,85	1 912,52	1 803,96	2 209,02	2 523,68	2 921,72	-46,67	-2%	-1 055,88	-36,14%
(3.1) dos quais indemnizações	n.a.	49,73	0,00	15,50	828,98	48,54	0,00	49,73	100%	-	-
(4) Total Gastos =(1)+(2)+(3)-(3.1)		4 018,54	3 858,66	2 843,79	2 507,11	3 671,24	4 368,46	159,87	4%	-349,93	-8,01%
(5) Volume de Negócios		34,38	46,70	112,12	1,04	4,82	0,67	-12,32	-26%	-	-
Peso dos Gastos/VM (4)/(5)		116,9	82,63	25,36	2 418,66	761,49	6 552,96	34,27	41%	-6 436,06	-98,22%
Número RH		84	55	57	72	81	n.a.	29,00	53%	n.a.	n.a.
N.º Efetivos		34	32	32	32	37	n.a.	2,00	6%	n.a.	n.a.
N.º Cargos de Direção		3	3	1	3	2	n.a.	0,00	0%	n.a.	n.a.
N.º Efetivos/Cargos Direção		11	11	32	11	19					
Viaturas											
N.º de viaturas		7	7	7	n.a.	n.a.	n.a.	0,00	0,00%	n.a.	n.a.
Gastos com viaturas		33,60	39,46	38,55	n.a.	n.a.	n.a.	-5,85	-15%	n.a.	n.a.

Quadro 26: Medidas de redução de custos operacionais

Em 2015 verificou-se uma redução dos custos operacionais de 8,01% face a 2010, consequência direta não só da redução significativa de 26 colaboradores entre os dois períodos, mas também de uma acrescida racionalização dos gastos com fornecimentos e serviços externos.

Extrapolando a análise entre os exercícios de 2014 e 2015, verificamos um incremento nos custos operacionais de 4% tendo sido influenciado significativamente pelos custos conexos com a necessidade imperativa de encerramento de projetos SI&DT em Co-Promoção no âmbito do QREN.

A ANI como Organismo Técnico competente para a gestão de projetos SI&DT em Co-Promoção e Mobilizadores rege-se por um conjunto de deveres e obrigações descritos nos Protocolos assinados com as diversas Autoridades de Gestão (POFC, POR Alentejo, POR Algarve, POR Centro, POR Lisboa e POR Norte). No âmbito dos seus deveres, destaca-se as metas de execução definidas pelas Autoridades de Gestão, e pelo próprio Governo, com influência significativa na necessidade de proceder ao encerramento de projetos SI&DT em Co-Promoção e consequentemente na obrigatoriedade da realização de visitas técnicas de acompanhamento *in loco* no sentido de aferir o cumprimento dos objetivos contratados e proceder ao respetivo encerramento de cada projeto SI&DT.

As visitas técnicas de acompanhamento são asseguradas pelos recursos técnicos da ANI em conjunto com um perito independente, especialista na área tecnológica do projeto, que emite um relatório técnico final da execução do projeto.

Em 2015 a ANI alcançou os objetivos propostos tendo realizado 308 visitas técnicas de acompanhamento e processado 248 FACIE de projetos em Co-Promoção.

O incremento do número de visitas técnicas de acompanhamento realizadas em 2015 face a 2014 (308 vs. 298), aliado ao custo de deslocações com peritos externos independentes condicionou e incrementou significativamente os custos com fornecimentos e serviços externos, nomeadamente as rubricas deslocações e estadas (67%) e ajudas de custo (149%). Contribuíram também para este aumento as deslocações internacionais inerentes à representação de Portugal na ESA e a outras iniciativas relevantes. Verifica-se, no entanto, o cumprimento da redução de custo na rubrica de comunicações (-5%).

Em sede de Recursos Humanos verifica-se o cumprimento do esforço de redimensionamento previsto no Plano de Atividades e Orçamento de 2015, elaborado conforme instruções da DGTF, autorizado por despacho do Sr. SEIIC e da Sr.ª SEC, ambos de 02/10/2015, contemplando a contratação de 61 trabalhadores.

No caso do indicador “Órgãos Sociais” a que corresponde o Conselho de Administração, cumpre especificar que nos termos do Artigo 18.º dos Estatutos da ANI, o Conselho de Administração deve ser composto por 3 membros.

No que diz respeito à frota automóvel, conforme já referido anteriormente, fruto do esforço demonstrado na contenção de despesa, a ANI conseguiu reduzir os gastos comparativamente com 2014, registando-se uma redução de 15% mesmo considerando a necessidade imperativa de proceder à manutenção da frota existente (deve notar-se que os 4 veículos operacionais foram adquiridos em 1998 e que o veículo mais recente, adquirido em 2008, se encontra em elevado estado de utilização).

Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Observando o Princípio de Unidade de Tesouraria e nos termos do Artigo 28.º do DL nº 133/2013, de 3 de outubro, a ANI dispõe de contas bancárias abertas junto do IGCP, EPE (IGCP), e encontra-se a terminar o processo de transição de gestão da tesouraria corrente da banca comercial para esta instituição. A sua

conclusão está dependente da resolução de algumas limitações de ordem técnica apresentadas no funcionamento da plataforma de “*online banking*”.

Por forma a fazer face a este constrangimento o CA optou por adotar uma postura preventiva, tendo decidido não encerrar por completo as operações junto da banca comercial. Será mantido numa instituição a designar um valor de €120.000 ou um montante não superior a 5% do total das disponibilidades da empresa.

Recomendações Resultantes de Auditorias do Tribunal de Contas

Em 2015, a ANI não foi objeto de qualquer auditoria pelo Tribunal de Contas não tendo por isso recebido recomendações de melhoria de procedimentos.

Informação a Constar do Site do SEE

As empresas públicas integram o Sector Público Empresarial, cujo regime jurídico foi aprovado pelo DL nº 133/2013, de 3 de outubro.

O SEE é constituído pelo conjunto das unidades produtivas do Estado, organizadas e geridas de forma empresarial, integrando as empresas públicas, as empresas participadas, e as entidades públicas empresariais.

O *site* do SEE é gerido e administrado pela Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) através do seguinte endereço: <http://www.dgtf.pt/sector-empresarial-do-estado-see/informacao-sobre-as-empresas>.

Recais sobre as empresas detidas diretamente pelo Estado a obrigação de apresentar informação institucional no referido site.

Sendo a ANI detida de forma indireta pelo Estado encontra-se dispensada de apresentar informação no *site* do SEE. Ainda assim, a empresa disponibiliza a toda a informação nos *sites* (www.ani.pt), e (www.adi.pt).

Quadro Resumo do Cumprimento das Orientações Legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação ou Identificação	Justificação/Referência ao ponto do Relatório
Objetivos de Gestão / Planos de Atividade e Orçamento			Ponto 2
Objetivos 1 ^(a)	N.A.		
Objetivos 2 ^(a)	N.A.		
Objetivos 3 ^(a)	N.A.		
Gestão de Risco Financeiro	N.A.		Ponto 7
Limites de Crescimento do Endividamento	N.A.		A empresa não detém endividamento
Evolução do PMP a fornecedores	N	43	Ponto 8
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	N.A.		
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			Ponto 9
Recomendação 1	N.A.		
Recomendação 2	N.A.		
Etc.	N.A.		
Remunerações			Ponto 10
Não atribuição de prêmios de gestão, nos termos art.º 41º e da Lei 83-C/2013	S	N.A.	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 73º da Lei 83-C/2013	N.A.		
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 39º da Lei 83-C/2013	S	N.A.	
Artigo 32º do EGP			Ponto 12
Utilização de cartões de crédito	S		
Reembolso de despesas de representação Pessoal	S		
Contratação Pública			Ponto 13
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S		
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.		
Auditorias do tribunal de Contas			Ponto 18
Recomendações	N.A.		
Parque Automóvel		0%	
N.º de Viaturas	S	7	
Gastos com Viaturas	N	-15%	Ponto 15
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 61º da Lei n.º 83-C/2013)	S		
Redução de Trabalhadores (artigo 60º da Lei n.º 83-C/2013)			Ponto 16
N.º de trabalhadores	N	53,00%	
N.º de cargos dirigentes	S	0%	
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 123º da Lei 83-C/2013)			Ponto 17
Disponibilidades Centralizadas no IGCP	N		Dificuldade na transferência das Disponibilidades devido a limitações nas funcionalidades disponibilizadas.
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.		

Quadro 27: Quadro resumo do cumprimento das orientações legais

Outras Informações Relevantes

Estão à guarda da ANI, S.A. fundos resultantes de recebimentos da parte reembolsável dos Incentivos atribuídos a Promotores no âmbito de candidaturas a medidas geridas pela ANI, S.A.

Em agosto de 2013, na sequência de parecer jurídico, foi decidido pelo Conselho de Administração em funções à data que parte desta verba poderia ser incluída em disponibilidades próprias na tesouraria da empresa.

O atual CA decidiu voltar a analisar o tema, tendo dado instruções para que a partir de 1 de outubro de 2014 essas verbas não fossem utilizadas para suprir necessidades de tesouraria, tendo ainda determinado a elaboração de uma proposta para a regularização dos saldos bancários durante o exercício de 2015.

Durante o exercício de 2015 foram repostos 250.000,00 € em disponibilidades não passíveis de uso no âmbito dos incentivos reembolsáveis de Promotores.

CONTAS DE 2015

CONTAS DE 2015	82
BALANÇO	84
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	86
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	86
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	88

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO



Agência Nacional de Inovação, S.A.

Balanço (Individual ou Consolidado) em 31.12.2015

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	551 955,25	582 772,38
Propriedades de Investimento	9	1 107 774,95	1 137 200,00
Goodwill		0,00	0,00
Ativos Intangíveis	7	5 398,25	110 813,87
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos		0,00	0,00
Acionistas / Sócios		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos	16	11 534,04	11 796,17
		1 676 662,49	1 842 582,42
Ativo Corrente			
Inventários		0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Clientes	17	753,25	42 709,53
Adiantamento a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	16	16 620,31	18 636,05
Acionistas / Sócios		0,00	0,00
Outras contas a receber	17	3 002 422,14	4 445 362,26
Diferimentos		35 734,35	42 258,05
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	7 507 952,27	4 432 788,47
		10 563 482,32	8 981 754,36
Total do Ativo		12 240 144,81	10 824 336,78

Agência Nacional de Inovação, S.A.

Balço (Individual ou Consolidado) em 31.12.2015

RUBRICAS	NOTAS	ANOS	
		2015	2014
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado		5 176 376,50	5 176 376,50
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prêmios de emissão		0,00	0,00
Reservas Legais		193 249,90	190 264,06
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados Transitados		-1 064 518,12	-1 090 515,73
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização	7;8	127 904,52	127 084,62
Outras variações no capital próprio	13	25 667,88	123 446,85
Resultado líquido do período		70 102,34	59 716,74
Interesses minoritários		0,00	0,00
Total do Capital próprio		4 528 783,02	4 586 373,04
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	16	43 315,30	72 815,31
Outras contas a pagar	17	3 825 940,62	0,00
		3 869 255,92	72 815,31
Passivo corrente			
Fornecedores	17	153 549,24	213 546,71
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	16	66 028,54	74 362,26
Acionistas / Sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	306,95
Outras contas a pagar	17	3 607 286,07	5 862 006,44
Diferimentos		15 242,02	14 926,07
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
		3 842 105,87	6 165 148,43
Total do Passivo		7 711 361,79	6 237 963,74
Total do Capital Próprio e do Passivo		12 240 144,81	10 824 336,78

Quadro 28: Balço

Administração

Contabilista Certificado Nº 43860

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS



Agência Nacional de Inovação, S.A.

Demonstração de Resultados por Naturezas (Individual / Consolidada)

Período Findo em 31.12.2015

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	11	34 375,00	46 696,26
Subsídios à exploração	13	4 021 164,49	3 934 300,02
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend. conj.		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-2 202 420,19	-1 946 147,89
Gastos com o pessoal	18	-1 865 848,65	-1 912 517,01
Imparidade de inventários (perdas / reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	10	-5 477,50	0,00
Provisões (aumentos / reduções)		0,00	0,00
Imparidades de ativos não depreciáveis/amortizáveis (perdas / reversões)		0,00	0,00
Aumentos / reduções de justo valor		0,00	-15 222,20
Outros rendimentos e ganhos	11	259 224,33	298 182,70
Outros gastos e perdas		-12 589,71	-177 098,11
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		228 427,77	228 193,77
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7;8	-178 975,84	-189 751,87
Imparidade de ativos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	-5 354,62
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		49 451,93	33 087,28
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		49 451,93	33 087,28
Imposto sobre o rendimento do período	16	-20 650,41	-26 629,46
Resultado líquido do período		70 102,34	59 716,74
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00
Resultado Líquido do período atribuível a: (2)			
Detentores do capital da empresa-mãe		0,00	0,00
Interesses minoritários		0,00	0,00
		0,00	0,00
Resultado por acção básico		0,00	0,00

Quadro 29: Demonstração resultados

Administração

Contabilista Certificado Nº 43860

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA



Agência Nacional de Inovação, S.A.

Demonstração de Fluxos de Caixa (Individual / Consolidada)

31.12.2015

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 015	2 014
Fluxos de Caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		188 318,94	99 998,69
Pagamentos a fornecedores		-2 281 940,59	-2 003 024,91
Pagamentos ao pessoal	18	-1 026 208,63	-1 081 505,59
Caixa gerada pelas operações		-3 119 830,28	-2 948 531,81
Pagamentos / recebimentos do imposto sobre o rendimento		-7 885,37	685,03
Outros recebimentos / pagamentos		6 200 828,22	987 546,49
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		3 073 112,57	-1 997 670,35
Fluxos de Caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	8	-10 208,34	-23 135,14
Ativos intangíveis	7	-2 286,75	-10 720,68
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		13 318,04	30 655,59
Juros e rendimentos similares	17	1 228,28	10 736,70
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		2 051,23	7 536,47
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		3 075 163,80	-1 990 133,88
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		4 432 788,47	6 422 922,35
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	7 507 952,27	4 432 788,47

Administração

Contabilista Certificado Nº 43860

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Demonstração (Individual ou Consolidado) das Alterações no Capital Próprio no Período 2014

Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe														
	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do período	Total	Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014 1	5.176.376,50	0,00	0,00	0,00	190.264,06	0,00	-1.013.657,2	0,00	144.756,27	215.021,79	-38.597,70	4.674.163,65	0,00	4.674.163,65
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contábilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contábilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.078,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-36.839,49	0,00	0,00	33.935,87	0,00	7.174,74	0,00	7.174,74
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-40.018,97	0,00	-27.750,01	-125.510,81	38.597,70	-154.682,09	0,00	-154.682,09
2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-76.858,46	0,00	-17.671,65	-91.574,94	38.597,70	-147.507,35	0,00	-147.507,35
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3														
RESULTADO INTEGRAL 4=2+3														
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prêmios de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2014 6=1+2+3+5	5.176.376,50	0,00	0,00	0,00	190.264,06	0,00	-1.090.515,7	0,00	127.084,62	123.446,85	59.716,74	4.586.373,04	0,00	4.586.373,04

Demonstração (Individual ou Consolidado) das Alterações no Capital Próprio no Período 2015

	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio	
	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Translatados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio		Resultado Líquido do período
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015 6	5.176.376,50	0,00	0,00	0,00	190.264,06	0,00	-1.090.515,73	0,00	127.084,62	123.446,85	59.716,74	4.586.373,04
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adoção de novo referencial contábilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contábilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-30.733,29	0,00	819,90	28.599,75	0,00	-1.313,64
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	2.985,84	0,00	56.730,90	0,00	0,00	-126.378,72	-59.716,74	-126.378,72
7	0,00	0,00	0,00	0,00	2.985,84	0,00	25.997,61	0,00	819,90	-97.778,97	-59.716,74	-127.692,36
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 8												
RESULTADO INTEGRAL 9=7+8												
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prêmios de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2015 11=6+7+8+10	5.176.376,50	0,00	0,00	0,00	193.249,90	0,00	-1.064.518,12	0,00	127.904,52	25.667,88	70.102,34	4.528.783,02

Quadro 30: Demonstração das alterações no capital próprio

Administração

Contabilista Certificado Nº 43860

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Evolução dos Indicadores de Projetos de I&I em Colaboração no QCA3 , QREN e 1 ^{os} concursos PT2020	3
Figura 2: Evolução da Balança de Pagamentos Tecnológica e Intenções de IDE no I&I	4
Figura 3: Modelo de Governação da ANI	9
Figura 4: Estrutura Acionista e Órgãos Sociais da ANI	10
Figura 5: Composição da Mesa da Assembleia Geral	10
Figura 6: Composição do Conselho de Administração	11
Figura 7: Composição do Conselho Consultivo	12
Figura 8: Composição do Órgão de Fiscalização	12
Figura 9: Orientações determinadas pela gestão e impacto na empresa	13
Figura 10: Macroestrutura Orgânica.....	13
Figura 11: Posicionamento da empresa e intervenção ao longo da cadeia de valor	15
Figura 12: Eixos estratégicos e linhas de atuação da empresa	16
Figura 13: Atividade Comercial ANI – Interação com clientes	19
Figura 14: Evolução níveis atividade sistemas de incentivos	20
Figura 15: Evolução custos operacionais ANI.....	20
Figura 16: Evolução processamento pedidos pagamento de promotores e stock de financiamento não processado	21
Figura 17: Evolução do encerramento projetos QREN (I&DT Co-Promoção e Mobilizadores)	22
Figura 18: Evolução do processamento de pedidos de pagamento e emissão de ordens de pagamento.....	22
Figura 19: Principais propostas ANI de inovação dos sistemas de incentivos à I&D empresarial no Portugal 2020	23
Figura 20: Gestão de Incentivos - reuniões com clientes e visitas in loco para o acompanhamento de projetos	34
Figura 21: I&D declarado e I&D apurado (até dezembro 2015).....	39
Figura 22: Crédito total solicitado e crédito aprovado (até dezembro 2015).....	39
Figura 23: Número de eventos organizados pelo GPPQ em 2015, por tipologia	45
Figura 24: Análise da evolução do financiamento captado por Portugal	48
Figura 25: Participação Nacional no Horizonte 2020 em 2015, por tipo de entidade	49
Figura 26: Gráficos representativos financiamento captado por tipo de entidade por pilar em 2015.....	50
Figura 27: Composição da Mesa da Assembleia Geral.....	66
Figura 28: Composição do Conselho de Administração	66
Figura 29: Composição do Conselho Consultivo	67
Figura 30: Composição do Órgão de Fiscalização	68

ÍNDICE QUADROS

Quadro 1: Indicadores Operacionais ANI	17
Quadro 2: Indicadores de gestão ANI	18
Quadro 3: Proposta de aplicação de resultados	31
Quadro 4: QREN e PT2020: N.º de candidaturas por AAC	35
Quadro 5: Projetos QREN e PT2020 financiados.....	36
Quadro 6: Co-Promoção e Mobilizadores - Evolução dos pagamentos em quantidade (2009 -2015)	36
Quadro 7: Evolução da procura QREN – Portugal 2020.....	37
Quadro 8: Áreas Tecnológicas das Candidaturas Portugal 2020 recebidas em 2015	37
Quadro 9: Perfil dos clientes com candidaturas no Portugal 2020	38
Quadro 10: Principais Atividades EEN 2015.....	42
Quadro 11: Resultados Atividades EEN 2015.....	43
Quadro 12: Apoio do GPPQ às propostas com participação nacional submetidas nos concursos de 2015 do H2020.	46
Quadro 13:Apoio do GPPQ às propostas com coordenação nacional submetidas nos concursos de 2015 do H2020.....	47
Quadro 14: Evolução do prazo médio de pagamentos	69
Quadro 15: Dívidas vencidas 2015.....	69
Quadro 16: Identificação Assembleia Geral 2014-2017.....	70
Quadro 17: Composição Conselho de Administração 2014-2017.....	71
Quadro 18: Remunerações mensais do Conselho de Administração de 2014-2017	71
Quadro 19: Remunerações anuais do Conselho de Administração de 2014-2017	71
Quadro 20: Benefícios Sociais do Conselho de Administração 2014-2017	71
Quadro 21: Gastos com comunicações móveis do Conselho de Administração 2014-2017	71
Quadro 22: Encargos com viatura do Conselho de Administração 2014-2017.....	72
Quadro 23: Gastos anuais associados às viaturas do Conselho de Administração 2014-2017	72
Quadro 24: Gastos anuais associados a deslocações em serviço do Conselho de Administração 2014-2017	73
Quadro 25: Identificação Fiscal Único 2014-2017	73
Quadro 26:Medidas de redução de gastos operacionais.....	77
Quadro 27: Quadro resumo do cumprimento das orientações legais.....	80
Quadro 28: Balanço	85
Quadro 29: Demonstração resultados.....	86
Quadro 30: Demonstração das alterações no capital próprio	89

ANEXO ÀS CONTAS DE 2015

1 - Identificação da entidade

1.1 - Designação da entidade

AGÊNCIA NACIONAL DE INOVAÇÃO, S.A.

1.2 - Sede

Rua de Sagres, N.º11

1.3 - Endereço Eletrónico

ani@ani.pt

1.4 - Página da Internet

www.ani.pt

1.5 - Natureza da atividade

Outras atividades de consultoria para os negócios e a gestão

2 - Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 - Referencial contabilístico utilizado:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomaram-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As Demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”.

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2015 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

2.2 - Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas Demonstrações Financeiras:

Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior:

Todas as contas são comparáveis com as contas do período anterior.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras:

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de “Juros e rendimentos similares obtidos” se favoráveis ou “Juros e gastos similares suportados” se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em “Outros rendimentos e ganhos” se favoráveis e “Outros gastos ou perdas” se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/installação, são integrados no item de “ativos fixos tangíveis” e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Trata-se de ativos que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços que fazem parte do objeto social da entidade, nem para fins administrativos ou para venda no decurso da sua atividade corrente.

O modelo de reconhecimento das propriedades de investimento é equivalente ao referido para os ativos fixos tangíveis.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem, nos respetivos itens de gastos. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados no item de propriedades de investimento.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridas. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de ativos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria coletável até 15.000 euros. e à taxa de 21% na parte que exceda aquela quantia. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

A Entidade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas e com base na taxa normal de IRC a vigorar no período seguinte à data do Balanço.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros Valores a Receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registradas na conta de "Perdas por Imparidade Acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expetativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registradas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item de “Outras variações nos capitais próprios”. São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes:

Para além das políticas contabilísticas referidas anteriormente, existe uma metodologia contabilística própria desde 2006, que visa espelhar com clareza os fluxos de Projetos com Assistência Técnica (“Projetos ANI”) e os fluxos dos Projetos de Promotores.

Esta metodologia de contabilização está refletida na conta 278 – “Outros Devedores e Credores”, que suporta todo o fluxo contabilístico desde o momento da celebração do contrato com a Entidade Financiadora até ao seu encerramento e respetivo apuramento de resultados.

3.3 — Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Foi entendimento da Administração da ANI, S.A. que valor dos incentivos reembolsáveis à guarda da ANI, S.A. no montante de € 3.825.940,62 sejam classificados como Passivo Não Corrente pelos seguintes motivos:

Não se espera que o referido montante seja liquidado durante o ciclo operacional normal da ANI, S.A.;

O montante não é detido com a finalidade de ser negociado;

Não se espera que seja liquidado num período até doze meses após a data de Balanço (em concordância com a atividade histórica relativa à gestão deste montante);

Apesar de não existir um direito incondicional de diferir a liquidação do Passivo, a Administração da ANI, S.A. está segura que a exigência do mesmo, caso exista, será sempre programada para ocorrer fora do último Plano de Atividades e Orçamento aprovado em Assembleia Geral.

3.4 — Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

À data do Encerramento de Contas do Exercício Económico de 2015 pressupõe-se a continuidade de operações por parte da Agência Nacional de Inovação, S.A. durante o ano de 2016.

3.5 — Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

À data do Encerramento de Contas do Exercício Económico de 2015, não existem estimativas com risco significativo de provocar ajustamentos materialmente relevantes durante o ano financeiro de 2016.

4 - Fluxos de caixa

4.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários, conforme quadro abaixo discriminado.

Mapa Nota 4.1

(NCRF 1)

Valores expressos em milhares

Meios financeiros líquidos constantes do balanço:

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2015		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	2.000	0.000	2.000
	Subtotais	2.000	0.000	2.000
Depósitos bancários	Depósitos à ordem (Próprios)	2.786.290,93	0.000	2.786.290,93
	Depósitos à Ordem (Terceiros)	0.000	4.719.661,34	4.719.661,34
	Subtotais	2.786.290,93	4.719.661,34	7.505.952,27
	Subtotais	0.000	0.000	0.000
Totais		2.788.290,93	4.719.661,34	7.507.952,27

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2014		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	2.000	0.000	0.000
	Subtotais	2.000	0.000	2.000
Depósitos bancários	Depósitos à Ordem (Próprios)	1.092.530,40	0.000	1.092.530,40
	Depósitos à Ordem (De Terceiros)	0.000	3.338.258,07	3.338.258,07
	Subtotais	1.092.530,40	3.338.258,07	4.430.788,47
Totais		1.094.530,40	3.338.258,07	4.432.788,47

4.2 Outras informações, conforme quadro abaixo discriminado.

Mapa Nota 4.2

Outras Informações:

Descrição	Valor Período
Recebimentos provenientes de:	
Subsídios à exploração	7.181.908,75
Imposto sobre o rendimento	27.445,85
Multas e outras penalidades contratuais (dec. tribunal)	347,70
Pagamentos provenientes de:	
Imposto sobre o rendimento	35.331,22

4.3 Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Estão à guarda da ANI, S.A. fundos resultantes de recebimentos da parte reembolsável dos Incentivos atribuídos a Promotores no âmbito de candidaturas a medidas geridas pela ANI.S.A.

Em agosto de 2013, na sequência de parecer jurídico, foi decidido pelo Conselho de Administração em funções à data que parte desta verba poderia ser incluída em disponibilidades próprias na tesouraria da empresa.

O novo CA decidiu voltar a analisar o tema, tendo dado instruções para que a partir de 1 de outubro de 2014 essas verbas não fossem utilizadas para suprir necessidades de tesouraria, tendo ainda determinado a elaboração de uma proposta para a regularização dos saldos bancários durante o exercício de 2015.

Durante o exercício de 2015 foram repostos € 250.000,00 em disponibilidades não passíveis de uso no âmbito dos incentivos reembolsáveis de Promotores.

5 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1. Outras divulgações:

Não existem alterações nas políticas e nas estimativas contabilísticas.

6 - Partes relacionadas

6.1 - Identificação das partes relacionadas

6.1.1. Entidades participantes

6.1.1.1. Participação no capital social da entidade, conforme quadro abaixo discriminado.

Mapa Nota 6.1.1.1.

(NCRF 5)

Valores expressos em milhares

Entidades que participam diretamente no capital da entidade:

NIF	503904040
Denominação	Fundação para a Ciência e Tecnologia
Sede (País)	PT
Part. direta capital (%)	50,000000%
Part. direta direitos voto (%)	50,000000%
Data início da participação	06-08-1993
Data de fim da participação	

NIF	501373357
Denominação	IAPMEI
Sede (País)	PT
Part. direta capital (%)	50,000000%
Part. direta direitos voto (%)	50,000000%
Data início da participação	06-08-1993
Data de fim da participação	

6.1.1.2. Entidades que participam diretamente no capital da entidade:

No final do exercício de 2015 as entidades que participavam em partes iguais no capital da ANI, S.A. eram o IAPMEI-Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. e a FCT-Fundação Para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

6.2 - Transações entre partes relacionadas:

6.2.1 Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

Relacionamento com o IAPMEI-Agência Para a Competitividade e Inovação, I.P., durante o exercício de 2015:

Foram efetuadas prestações de serviços no âmbito da comparticipação do IAPMEI, I.P. nos encargos com o SIFIDE, de acordo com o Despacho N^o4488 de 29 de março de 2012;

Foram adquiridos serviços no âmbito do aluguer à ANI, S.A. do espaço pertença do IAPMEI, I.P. em Lisboa. O contrato remonta ao ano de 2004 e tem vindo a ser revisto em função dos coeficientes de atualização e das necessidades da ANI, S.A.

Relacionamento com a FCT-Fundação Para a Ciência e a Tecnologia, I.P., durante o exercício de 2015:

Não houve qualquer relacionamento comercial com esta entidade.

Existem outros relacionamentos com as entidades acima mencionadas, mas sempre no âmbito da ação da ANI, S.A. como Organismo intermédio na gestão dos Fundos Comunitários e outros Programas de Financiamento Europeu.

6.2.2 Transações e saldos pendentes, conforme quadros seguintes:

Mapa Nota 6.2.2.

Valores expressos em milhares

(NCRF 5)

Transações com as partes relacionadas:

Transações com as partes relacionadas		Período 31.12.2015			Período 31.12.2014		
		Prestações de Serviços	Aquisições de Serviços	Compras	Prestações de Serviços	Aquisições de serviços	Compras
Empresa-mãe	IAPMEI	34.375,00	228.937,41	0.000	37.390,48	227.264,87	0.000
	Subtotais	34.375,00	228.937,41	0.000	37.390,48	227.264,87	0.000
Totais		34.375,00	228.937,41	0.000	105.283,11	245.543,67	0.000

Quantias dos saldos pendentes com partes relacionadas, respetivas perdas por imparidade acumuladas e gastos reconhecidos a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas:

Quantias dos saldos pendentes com partes relacionadas, respetivas perdas por imparidade acumuladas e gastos reconhecidos a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas		Período 31.12.2015						
		Saldos pendentes em 31.12.2015				Perdas por imparidade relacionadas com os saldos pendentes		Gastos de incobrabilidade reconhecidos no período
		Clientes	Fornecedores	Accionista	Org. Intermédio	Reforços ou reversões no período	Quantias acumuladas no fim do período	
Empresa-mãe	IAPMEI	0,00	-18 957,46	721 991,20		0.000	0.000	0.000
	FCT			169 435,40	-72 380,37			
	Subtotais	0,00	-18 957,46	891 426,60	-72 380,37	0.000	0.000	0.000
Totais		0,00	-18 957,46	891 426,60	-72 380,37	0.000	0.000	0.000

7 - Ativos intangíveis

7.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, conforme quadro seguinte:

Mapa Nota 7.1

Valores expressos em milhares

(NCRF 6)

Ativos Intangíveis:

Activos intangíveis		Goodwill	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis	Activos intangíveis em curso	Totais
Em 01.01.2014	Quantias brutas escrituradas	0.000	78.327,24	1.063.071,09	0.000	35.608,50	0.000	1.177.006,83
	Amortizações acumuladas	0.000	78.327,24	868.814,42	0.000	11.317,45	0.000	958.459,11
	Quantias líquidas escrituradas	0.000	0.000	194.256,67	0.000	24.291,05	0.000	218.547,72
Adições		0.000	0.000	7.520,45	0.000	0.000	0.000	7.520,45
Amortizações		0.000	0.000	103.385,98	0.000	11.868,32	0.000	115.254,30
Em 31.12.2014 (01.01.2015)	Quantias brutas escrituradas	0.000	78.327,24	1.070.591,54	0.000	35.608,50	0.000	1.184.527,28
	Amortizações acumuladas	0.000	78.327,24	972.200,40	0.000	23.185,77	0.000	1.073.713,41
	Quantias líquidas escrituradas	0.000	0.000	98.391,14	0.000	12.422,73	0.000	110.813,87
Adições		0.000	0.000	2.284,61	0.000	0.000	0.000	2.284,61
Transferências		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
Alienações, sinistros e abates		0.000	0.000	0.000	0.00	0.000	0.000	0.000
Outras alterações		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
Amortizações		0.000	0.000	96.101,10	0.000	11.599,13	0.000	107.700,23
Em 31.12.2015	Quantias brutas escrituradas	0.000	78.327,24	1.072.876,15	0.000	35.608,50	0.000	1.186.811,89
	Amortizações acumuladas	0.000	78.327,24	1.068.301,50	0.000	34.784,90	0.000	1.181.413,64
	Quantias líquidas escrituradas	0.000	0.000	4.574,65	0.000	823,60	0.000	5.398,25

8 - Ativos fixos tangíveis

8.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro abaixo discriminado.

Mapa Nota 8.1

Valores expressos em euros

(NCRF 7)

Ativos fixos tangíveis:

Activos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais (1)	Edifícios e outras construções	
			Terrenos (2)	Edifícios (3)
Em 01.01.2014	Quantias brutas escrituradas	0.000	276.426,00	358.146,82
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0.000	0.000	57.120,51
	Quantias líquidas escrituradas	0.000	276.426,00	301.026,31
Adições		0.000	0.000	0.000
Alienações, sinistros e abates		0.000	0.000	0.000
Outras alterações		0.000	(27.750,00)	0.000
Depreciações		0.000	0.000	10.047,69
Perdas por imparidade		0.000	0.000	5.354,62
Em 31.12.2014 (01.01.2015)	Quantias brutas escrituradas	0.000	248.676,00	358.146,82
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0.000	0.000	72.522,82
	Quantias líquidas escrituradas	0.000	248.676,00	285.624,00
Adições		0.000	0.000	0.000
Alienações, sinistros e abates		0.000	0.000	20.095,38
Depreciações		0.000	0.000	9.854,03
Perdas por imparidade		0.000	0.000	52.427,44
Em 31.12.2015	Quantias brutas escrituradas	0.000	248.676,00	338.051,44
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0.000	0.000	62.281,47
	Quantias líquidas escrituradas	0.000	248.676,00	275.769,97

Activos fixos tangíveis		Equipamento básico (4)	Equipamento de transporte (5)	Equipamento administrativo (6)	Equipamentos biológicos (7)
Em 01.01.2014	Quantias brutas escrituradas	79.504,19	206.589,38	1.295.908,95	0.000
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	79.504,19	206.589,38	1.237.145,82	0.000
	Quantias líquidas escrituradas	0.000	0.000	58.763,13	0.000
Adições		0.000	0.000	22.475,34	0.000
Alienações, sinistros e abates		0.000	0.000	30.588,51	0.000
Outras alterações		0.000	0.000	24.787,39	0.000
Depreciações		0.000	0.000	30.951,38	0.000
Perdas por imparidade		0.000	0.000	0.000	0.000
Em 31.12.2014 (01.01.2015)	Quantias brutas escrituradas	79.504,19	206.589,38	1.287.795,78	0.000
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	79.504,19	206.589,38	1.243.309,81	0.000
	Quantias líquidas escrituradas	0.000	0.000	44.485,97	0.000
Adições		0.000	0.000	9.353,53	0.000
Alienações, sinistros e abates		0.000	0.000	0.000	0.000
Depreciações		0.000	0.000	28.172,93	0.000
Perdas por imparidade		0.000	0.000	0.000	0.000
Em 31.12.2015	Quantias brutas escrituradas	79.504,19	206.589,38	1.297.149,31	0.000
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	79.504,19	206.589,38	1.271.482,74	0.000
	Quantias líquidas escrituradas	0.000	0.000	25.666,57	0.000

Activos fixos tangíveis		Outros activos fixos tangíveis (8)	Activos fixos tangíveis em curso (9)	Totais (1+2+3+4+5+6+7+8+9)
Em 01.01.2014	Quantias brutas escrituradas	193.128,03	0.000	2.409.703,37
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	185.641,82	0.000	1.766.001,72
	Quantias líquidas escrituradas	7.486,21	0.000	643.701,65
Adições		659,80	0.000	23.135,14
Alienações, sinistros e abates		(1.000,00)	0.000	29.588,51
Outras alterações		1.000	0.000	(1.962,61)
Depreciações		4.159,60	0.000	45.158,67
Perdas por imparidade		0.000	0.000	5.354,62
Em 31.12.2014 (01.01.2015)	Quantias brutas escrituradas	192.787,83	0.000	2.373.500,00
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	188.801,42	0.000	1.790.727,62
	Quantias líquidas escrituradas	3.986,41	0.000	582.772,38
0.Adições		1.679,90	0.000	11.033,43
Alienações, sinistros e abates		(100,00)	0.000	19.995,38
Depreciações		3.823,60	0.000	41.850,56
Perdas por imparidade		0.000	0.000	52.427,44
Em 31.12.2015	Quantias brutas escrituradas	194.367,73	0.000	2.364.338,05
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	192.525,02	0.000	1.812.382,80
	Quantias líquidas escrituradas	1.842,71	0.000	551.955,25

Depreciações reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos:

Depreciações de activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Totais
Acumuladas em 01.01.2014	10.047,69	79.504,19	206.589,38	1.237.145,82	0.000	185.641,82	1.718.928,90
Reforços	10.047,69	0.000	0.000	6.163,99	0.000	3.159,60	19.371,28
Revalorizações	72.522,82	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	72.522,82
Acumuladas em 31.12.2014 (01.01.2015)	20.095,38	79.504,19	206.598,38	1.243.309,81	0.000	188.801,42	1.738.309,18
Reforços	10.241,35	0.000	0.000	28.172,93	0.000	3.723,60	42.137,88
Abates	20.095,38	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	20.095,38
Acumuladas em 31.12.2015	9.854,03	79.504,19	206.598,38	1.271.482,74	0.000	192.525,02	1.759.964,36

8.2 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis contabilizados por quantias revalorizadas:

O Imóvel incluído no quadro da Nota 8.1. situa-se no Porto, mais precisamente na Rua de Sagres Nº11.

No momento da transição do POC para SNC o referido imóvel foi revalorizado, utilizando-se a isenção prevista no nº10 b) da NCRF Nº3. Foi utilizada como base para aferir o Justo Valor, uma avaliação efetuada em 15 de janeiro de 2010 pela empresa “Value Thinking – Avaliação e Consultoria Imobiliária, Lda” que se encontra registada na CMVM como “perito avaliador de Imóveis de Fundos de Investimento Imobiliário”. O valor de mercado do referido imóvel foi apurado pelo Método do Custo de Substituição Depreciado.

A 31-12-2012 foi promovida uma nova avaliação do imóvel acima referido efetuada pelos mesmos peritos, tendo-se assistido a uma desvalorização de € 167.991,82 sobre o valor líquido escriturado até à data da avaliação. A depreciação deste Ativo Fixo Tangível tem sido contabilizada pelo método do custo durante os exercícios de 2012 e 2013, sendo este também o método a utilizar futuramente.

A 31-12-2014 foi efetuada nova avaliação do imóvel, realizada novamente pela "Value Thinking", tendo sido verificada uma desvalorização de € 33.104,62 sobre o valor líquido escriturado até à data da avaliação. A respetiva depreciação tem sido contabilizada pelo método do custo durante os exercícios anteriores, sendo este também o método a utilizar futuramente.

A Administração da ANI, S.A. considera que o valor líquido do imóvel à data de Balanço não difere materialmente do seu justo valor à mesma data.

Mapa Nota 8.2.

Valores expressos em euros

(NCRF 7)

Excedentes de revalorização dos ativos fixos tangíveis reconhecidos por quantias revalorizadas:

Excedentes de revalorização dos activos fixos tangíveis reconhecidos por quantias revalorizadas	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipam. básico	Equipam. transporte	Equip. administ.	Equipament. biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Totais
		Terrenos	Edifícios						
Em 01.01.2014	0.000	0.000	144.756,27	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	144.756,27
Outras	0.000	0.000	(17.671,64)	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	(17.671,64)
Em 31.12.2014 (01.01.2015)	0.000	0.000	127.084,62	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	127.084,62
Outras	0.000	0.000	819,90	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	819,90
Em 31.12.2015	0.000	0.000	127.904,52	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	127.904,52

8.3 - Outras divulgações

No final do Exercício Económico de 2015 encontram-se em posse de Terceiros, Ativos Fixos Tangíveis no valor bruto de € 27.542,34, os quais se encontram totalmente amortizados.

9 - Propriedades de investimento

9.1. Divulgações sobre propriedades de investimento ao custo, conforme quadro abaixo discriminado.

A Propriedade de Investimento situa-se em Lisboa, na Avenida dos Combatentes nº10, Frações C e D e respetivos Parqueamentos.

A referida propriedade de Investimento, no momento da transição de POC para SNC foi revalorizada, utilizando-se a isenção prevista no nº 10 b) da NCRF nº3. Foi utilizada como base para aferir o Justo Valor uma avaliação efetuada em 15 de janeiro de 2010 elaborada pela empresa “Value Thinking - Avaliação e Consultoria Imobiliária, Lda” que se encontra registada na CMVM como “perito avaliador de Imóveis de Fundos de Investimento Imobiliário”.

O valor de mercado do referido imóvel foi apurado com base nas “Rendas de Mercado”.

A 31-12-2012 foi promovida uma nova avaliação da Propriedade de Investimento acima referida efetuada pelos mesmos peritos, tendo-se assistido a uma desvalorização de € 218.319,55 sobre o valor líquido escriturado até à data daquela avaliação

A 31-12-2014 foi efetuada pela "Value Thinking" uma nova avaliação da Propriedade de Investimento detida pela ANI, S.A., tendo-se verificado uma desvalorização de € 15.222,20 face ao valor líquido escriturado até à data desta avaliação.

A Administração da ANI, S.A. considera que o valor líquido do imóvel à data de Balanço não difere materialmente do seu justo valor à mesma data.

Mapa Nota 9.1.

Valores expressos em euros

(NCRF 11)

Quantias escrituradas das propriedades de investimento mensuradas pelo modelo do custo - Ano 2015:

Quantias escrituradas das propriedades de investimento mensuradas pelo modelo do custo		Período 31.12.2015				
		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Outras propriedades de investimento	Propriedades de investimento em curso	Totais
No começo do período	Quantias brutas escrituradas	284.300,00	882.238,90	0.000	0.000	1.166.538,90
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	0.000	29.338,90	0.000	0.000	29.338,90
	Quantias líquidas escrituradas	284.300,00	852.900,00	0.000	0.000	1.137.200,00
Depreciações		0.000	29.425,05	0.000	0.000	29.425,05
No fim do período	Quantias brutas escrituradas	284.300,00	852.900,00	0.000	0.000	1.137.200,00
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	0.000	29.425,05	0.000	0.000	29.425,05
	Quantias líquidas escrituradas	284.300,00	823.474,95	0.000	0.000	1.107.774,95

Mapa Nota 9.1. (cont.)

Valores expressos em euros

(NCRF 11)

Quantias escrituradas das propriedades de investimento mensuradas pelo modelo do custo - Ano 2014

Quantias escrituradas das propriedades de investimento mensuradas pelo modelo do custo		Período 31.12.2014				
		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Outras propriedades de investimento	Propriedades de investimento em curso	Totais
No começo do período	Quantias brutas escrituradas	302.775,00	908.325,00	0.000	0.000	1.211.100,00
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	0.000	29.338,90	0.000	0.000	29.338,90
	Quantias líquidas escrituradas	302.775,00	878.986,10	0.000	0.000	1.181.761,10
Depreciações		0.000	29.338,90	0.000	0.000	29.338,90
Outras alterações		(18.475,00)	3.252,80	0.000	0.000	(15.222,20)
No fim do período	Quantias brutas escrituradas	302.775,00	882.238,90	0.000	0.000	1.185.013,90
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	0.000	29.338,90	0.000	0.000	29.338,90
	Quantias líquidas escrituradas	284.300,00	852.900,00	0.000	0.000	1.137.200,00

9.2. Informação adicional sobre propriedades de investimento, conforme quadro seguinte:

Mapa Nota 9.2.

(NCRF 11)

Valores expressos em euros

Quantias reconhecidas nos resultados para rendimentos de rendas de propriedades de investimento e respetivos gastos operacionais directos:

Quantias reconhecidas nos resultados para rendimentos de rendas de propriedades de investimento e respectivos gastos operacionais directos		Período 31.12.2015			Período 31.12.2014		
		Rendimentos de rendas	Gastos operacionais directos	Diferenças	Rendimentos de rendas	Gastos operacionais directos	Diferenças
Propriedades arrendadas	Av. Combatentes-Lisboa	100.857,00	2.692,35	98.164,65	99.950,71	2.943,52	97.016,19
	Totais	100.857,00	2.692,35	98.164,65	99.950,71	2.943,52	97.016,19

9.3. Outras divulgações:

Não existem outras divulgações dignas de Nota, além das mencionadas anteriormente.

10 - Imparidade de ativos

10.1. - Movimento das perdas por imparidade, por classes de ativos, conforme quadros seguintes:

Mapa Nota 10.1.

(NCRF 12)

Valores expressos em euros

Quantias das perdas por imparidade e respetivas reversões reconhecidas durante o período:

Quantias das perdas por imparidade e respectivas reversões reconhecidas durante o período			Activos fixos tangíveis	Propriedades de investimento	Activos intangíveis	Investimentos financeiros	Investimentos em curso
Período 31.12.2015	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
	Totais		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
Período 31.12.2014	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos	5.354,62	0.000	0.000	0.000	0.000
	Totais		5.354,62	0.000	0.000	0.000	0.000

Mapa Nota 10.1. (cont.)

Valores expressos em euros

(NCRF 12)

Quantias das perdas por imparidade e respetivas reversões reconhecidas durante o período (cont.)

Quantias das perdas por imparidade e respectivas reversões reconhecidas durante o período			Inventários	Clientes	Outros devedores	Activos não correntes detidos para venda	Totais
Período 31.12.2015	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos	0.000	5.477,50	0.000	0.000	5.477,50
	Totais		0.000	5.477,50	0.000	0.000	5.477,50
Período 31.12.2014	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos	0.000	0.000	0.000	0.000	5.354,62
	Totais		0.000	0.000	0.000	0.000	5.354,62

10.2. - Por cada perda material por imparidade reconhecida ou revertida durante o período para um ativo individual (incluindo goodwill), ou para uma unidade geradora de caixa:

A ANI, S.A. é proprietária de um edifício situado na Rua de sagres no Porto, conforme já foi mencionado em notas anteriores. O Valor Líquido escriturado do Edifício antes da avaliação promovida a 31-12-2014 era de € 290.978,62, tendo-lhe sido atribuído um valor de apenas € 285.624,00 após a referida peritagem. O diferencial foi reconhecido como Perda por Imparidade em 2014.

A ANI, S.A. reconheceu como Perda por Imparidade no exercício de 2015 as dívidas de dois clientes no valor total de € 5.477,50, que apesar dos esforços de cobrança, se encontram em mora há mais de 10 anos.

11 - Rédito

11.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços:

Rédito é o influxo de benefícios económicos durante o período, proveniente do curso das atividades ordinárias de uma entidade quando esses influxos resultam em aumentos de capital próprio, que não sejam aumentos relacionados com contribuições de participantes no capital próprio.

O rédito foi mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável. É provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos de serviços prestados foram reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

11.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Mapa Nota 11.2.

Valores expressos em euros

(NCRF 20)

Quantias dos réditos reconhecidas no período:

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 31.12.2015			Período 31.12.2014		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Prestação de serviços	34.375,00	95,6 %	+14,4 %	46.696,26	81,2 %	-2,5 %
Juros	1.228,28	3,4 %	-15,3 %	10.736,70	18,7 %	+2,5 %
Outros Réditos	347,70	1,0 %	+0,9 %	83,93	0,1 %	+100,0 %
Totais	35.950,98	100,0 %	0,000	57.516,89	100,0 %	100,00

12 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

12.1 - Saldos à data do balanço e movimentos do período de cada classe de provisão, conforme quadro abaixo discriminado.

Conforme informação dos peritos consultados, não impendem sobre a ANI, S.A. processos que possam representar contingências para a empresa, pelo que à data de 31-12-2015 não existem quaisquer situações que justifiquem a constituição de provisões nas Demonstrações Financeiras da ANI, S.A.

Mapa Nota 12.1.

Valores expressos em euros

(NCRF 21)

Saldos à data do balanço e movimentos do período de cada classe de provisão:

Movimento das Provisões	31.12.2015	31.12.2014
Impostos	0.000	0.000
Garantias Clientes	0.000	0.000
Processos Judiciais em Curso	0.000	0.000
Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	0.000	0.000
Mat. Ambientais	0.000	0.000
Contratos Onerosos	0.000	0.000
Reestruturação	0.000	0.000
Outras Provisões	0.000	0.000
Totais	0.000	0.000

12.2 - Divulgações para cada classe de passivo contingente à data do balanço:

À data de 31-12-2015 não existem quaisquer situações que justifiquem a divulgação de passivos contingentes nas Demonstrações Financeiras da ANI, S.A.

12.3 - Descrição da natureza dos ativos contingentes à data do balanço (probabilidade de um influxo de benefícios económicos) e estimativa do seu efeito financeiro. (Caso seja impraticável fazer esta divulgação, declarar esse facto):

Não existem quaisquer ativos contingentes à data do Balanço.

13 - Subsídios do Governo e apoios do Governo

13.1. Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras:

Os Subsídios do Governo são tratados de acordo com uma metodologia contabilística própria desde o exercício de 2006 até ao presente. A adoção deste esquema visou espelhar com mais clareza os fluxos existentes de Projetos com Assistência Técnica (“projetos ANI”) e os fluxos dos Projetos de Promotores, ambos financiados com verbas do Orçamento de Estado.

Esta metodologia de contabilização está refletida na conta 278-“Outros Devedores e Credores”, que suporta todo o fluxo contabilístico desde o momento da celebração do contrato com a Entidade Financiadora até ao seu encerramento e respetivo apuramento de resultados.

13.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:

Mapa Nota 13.2.

Valores expressos em euros

(NCRF 22)

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço:

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			Período 31.12.2015				
			Demonstração dos resultados		Balanço		
			Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo	
						Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com activos	AFT	0.000	31.996,53	11.033,43	0.000	0.000
		AI	0.000	107.700,23	2.284,61	0.000	0.000
		Subtotais	0.000	139.696,76	13.318,04	0.000	0.000
	Subsídios relacionados com resultados	Do Estado e Outros Entes Públicos	4.021.164,49	0.000	0.000	0.000	0.000
		Subtotais	4.021.164,49	0.000	0.000	0.000	0.000
	Totais			4.021.164,49	139.696,76	13.318,04	0.000

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			Período 31.12.2014				
			Demonstração dos resultados		Balanço		
			Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo	
						Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com activos	...AFT	0.000	35.110,98	23.135,14	0.000	0.000
		...AI	0.000	115.254,30	7.520,45	0.000	0.000
		Subtotais	0.000	150.365,28	30.655,59	0.000	0.000
	Subsídios relacionados com resultados	Do Estado e Outros Entes Públicos	3.934.300,02	0.000	0.000	0.000	0.000
		Subtotais	3.934.300,02	0.000	0.000	0.000	0.000
	Totais			3.934.300,02	150.365,28	30.655,59	0.000

14 - Efeitos de alterações em taxas de câmbio

14.1. Quantia das diferenças de câmbio reconhecidas nos capitais próprios e nos resultados (com exceção das resultantes de instrumentos financeiros mensurados pelo justo valor através de resultados), conforme quadros abaixo discriminados.

Mapa Nota 14.1.

Valores expressos em euros

(NCRF 23)

Quantias das diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados:

Quantias das diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados		Período 31.12.2015		
		Positivas	Negativas	Totais
Actividade operacional	Negativas	0.000	4,14	-4,14
	Positivas	2,98	0.000	2,98
	Subtotais	0.000	0.000	1,16
Totais		2,98	4,14	1,16

Quantias das diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados		Período 31.12.2014		
		Positivas	Negativas	Totais
Totais		0.000	0.000	0.000

14.2. Razão para o uso de uma moeda de apresentação diferente da moeda funcional:

Não foi utilizada moeda de apresentação diferente da moeda funcional.

14.3. Razão para a alteração na moeda funcional (em relação quer à entidade que relata quer a uma unidade operacional estrangeira significativa):

Não houve alteração da moeda funcional.

15 - Acontecimentos após a data do balanço

15.1 — Autorização para emissão:

As Demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração da Agência Nacional de Inovação, S.A. a 17 de junho de 2016.

15.2 — Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições:

Não foram recebidas informações adicionais após a data do Balanço sobre condições que existiam à data do Balanço

15.3 — Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos:

Não houve qualquer ajustamento proveniente de acontecimentos ocorridos após a data do Balanço.

16 - Impostos sobre o rendimento

16.1. Divulgação dos principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento, conforme quadro abaixo discriminado.

Mapa Nota 16.1.

Valores expressos em euros

(NCRF 26)

Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	49.451,93	33.087,28
Imposto Corrente	9.901,11	11.894,63
Imposto diferido	(30.551,52)	(38.524,09)
Imposto sobre o rendimento do período	(20.650,41)	(26.629,46)
Tributações autónomas	7.518,14	7.092,98
Taxa efectiva de imposto	(41,76)	(80,48)

16.2 — Imposto diferido e corrente reconhecido nos resultados e em capitais próprios, conforme quadro seguinte:

Mapa Nota 16.2.

Valores expressos em euros

(NCRF 26)

Descrição	Resultados	Capitais Próprios	Total	Resultados Per. Anterior	Capitais próprios Per. anterior	Total Período anterior
Imposto do Período	-20.650,41		-20.650,41	-26.629,46		-26.629,46
Imposto do período - discriminação						
Imposto diferido	-30.551,52		-30.551,52	-38.524,09		-38.524,09
Imposto corrente	9.901,11		9.901,11	11.894,63		11.894,63

16.3 — Divulgações de diferenças temporárias, conforme quadro seguinte:

Mapa Nota 16.3.

Valores expressos em euros

(NCRF 26)

Descrição	Período	Período anterior
Diferenças temporárias que originaram Ativos por impostos diferidos		
Perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis	52.427,44	47.072,82
Soma A	52.427,44	47.072,82
Diferenças temporárias que originaram passivos por impostos diferidos		
Revalorização de ativos	163.980,16	163.980,16
Subsídios relacionados com ativos	32.907,54	159.286,26
Soma B	196.887,70	323.266,42
Valores refletidos no Balanço		
Ativos por impostos diferidos (Soma A x taxa(s))	11.534,04	11.796,17
Passivos por impostos diferidos (Soma B x taxa(s))	43.315,30	72.734,95
Taxa de IRC Aplicável	21%	23%

16.4 — Outras divulgações relacionadas com impostos sobre o rendimento.

Não existem outras divulgações dignas de Nota, além das já mencionadas anteriormente.

16.5 — Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições, conforme quadro seguinte:

Mapa Nota 16.5.

Valores expressos em euros

(NCRF 26)

Descrição	Período 31.12.2015			Período 31.12.2014		
	Saldo Devedor	Saldo Credor	Totais	Saldo Devedor	Saldo Credor	Totais
Imposto sobre o rendimento	26.521,42	9.901,11	16.620,31	30.530,68	11.894,63	18.636,05
Pagamentos por conta			0,00			0,00
Pagamentos especiais	1.000,00		1.000,00	3.024,23		3.024,23
Retenções efectuadas por terceiros	25.521,42		25.521,42	27.506,45		27.506,45
Imposto estimado		9.901,11	-9.901,11		11.894,63	-11.894,63
Retenção de impostos sobre rendimentos		29.608,11	-29.608,11		31.073,06	-31.073,06
Imposto sobre valor acrescentado (IVA)		1.285,87	-1.285,87		1.816,96	-1.816,96
Contribuições para a Segurança Social		34.937,76	-34.937,76		41.297,79	-41.297,79
Outras tributações		196,80	-196,80		174,45	-174,45
Total	26.521,42	75.929,65	-49.408,23	30.530,68	86.256,89	-55.726,21

17 - Instrumentos financeiros

17.1 — Discriminação das dívidas de cobrança duvidosa, conforme quadro abaixo apresentado.

Mapa Nota 17.1.

Valores expressos em euros

(NCRF 1)

Discriminação das dívidas de cobrança duvidosa:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Relativos a processos de insolvência e recuperação	0.000	0.000
Reclamadas judicialmente	0.000	0.000
Em mora:	44.964,57	39.487,07
Há mais de seis meses e até doze meses	0.000	0.000
Há mais de doze meses e até dezoito meses	0.000	0.000
Há mais de dezoito e até vinte e quatro meses	0.000	0.000
Há mais de vinte e quatro meses	44.964,57	39.487,07
Total	44.964,57	39.487,07

17.2 — Categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro abaixo discriminado.

Mapa Nota 17.2.

Valores expressos em euros

(NCRF 1)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadros seguintes:

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros			31.12.2015		
			Quantias Brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
	Activos financeiros mensurados ao Custo	Clientes	45.717,82	44.964,57	753,25
		Outras Contas a Receber	3.002.422,14	0.000	3.002.422,14
		Subtotais	3.048.139,96	44.964,57	3.003.175,39
		Totais	3.048.139,96	44.964,57	3.003.175,39
	Passivos financeiros mensurados ao custo	Fornecedores	153.549,24	0.000	153.549,24
		Outras Contas a Pagar	7.433.226,69	0.000	7.433.226,69
		Subtotais	7.586.775,93	0.000	7.586.775,93
		Totais	7.586.777,93	0.000	7.586.775,93

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros			31.12.2014		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
	Activos financeiros mensurados ao custo	Clientes	82.196,60	39.487,07	42.709,53
		Outras Contas a Receber	4.445.362,26	0.000	4.445.362,26
		Subtotais	4.488.071,79	0.000	4.488.071,79
		Totais	4.527.558,86	39.487,07	4.488.071,79
	Passivos financeiros mensurados ao custo	Fornecedores	213.546,71	0.000	213.546,71
		Financiamentos Obtidos	306,95		306,95
		Outras Contas a Pagar	5.862.006,44	0.000	5.862.006,44
		Subtotais	6.075.860,10	0.000	6.075.860,10
		Totais	6.075.860,10	0.000	6.075.860,10

Bases de determinação do justo valor dos activos financeiros e dos passivos financeiros mensurados ao justo valor		31.12.2015			31.12.2014		
		Bases de mensuração		Quantias escrituradas	Bases de mensuração		Quantias escrituradas
		Cotações de mercado	Técnicas de avaliação		Cotações de mercado	Técnicas de avaliação	
	Rendimentos e gastos de juros	1.228,28	0.000	1.228,28	10.820,63	0.000	10.820,63
	Totais	1.228,28	0.000	1.228,28	10.820,63	0.000	10.820,63

17.3 — Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras:

Os rendimentos de Ativos Financeiros foram mensurados ao Justo Valor de acordo com o nº15 da NCRF nº27 – “Instrumentos Financeiros”.

17.4 — Divulgações para cada classe ativos financeiros transferidos para uma outra entidade em transações que não se qualificaram para desreconhecimento:

Não houve transferência de ativos financeiros para outra entidade em transações que não se qualificaram para desreconhecimento.

17.5 — Situações de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço:

Não foram contraídos quaisquer empréstimos nem existe qualquer incumprimento relacionado com empréstimos.

17.6 — Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização:

O capital social da Agência de Inovação, S.A. ascende a € 5.176.376,50, o qual se encontra totalmente subscrito e realizado.

17.7 — Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal:

O número de ações nominativas representativas do capital social ascende a 1.037.350, sendo o seu valor nominal de € 4,99.

17.8 — Reconciliação, para cada classe de ações, entre o número de ações em circulação no início e no fim do período. (Identificando separadamente cada tipo de alterações verificadas no período, incluindo novas emissões, exercício de opções, direitos e warrants, conversões de valores mobiliários convertíveis, transações com ações próprias, fusões ou cisões e emissões de bónus (aumentos de capital por incorporação de reservas) ou splits de ações):

O número de ações no início e no final de 2015 permaneceu inalterado.

17.9 — Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão:

Não foi realizado qualquer aumento de capital durante o exercício de 2015.

17.10 — Quantias e descrição de outros instrumentos de capital próprio emitidos e a respetiva quantia acumulada à data do balanço:

Não foram emitidos quaisquer outros instrumentos de Capital Próprio durante o ano de 2015.

18 - Benefícios dos empregados

18.1 — PESSOAL AO SERVIÇO DA EMPRESA E HORAS TRABALHADAS, CONFORME QUADRO ABAIXO DISCRIMINADO.

Mapa Nota 18.1.

Valores expressos em euros

(NCRF 28)

Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas:

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº Horas Trabalhadas	Nº Médio Pessoas Per. Anterior	Nº Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao Serviço da empresa	53,00	96.159,00	55,00	102.490,00
Pessoas ao Serviço da empresa por tipo horário	53,00	96.159,00	55,00	102.490,00
Tempo Completo	53,00	96.159,00	55,00	102.490,00
Tempo Parcial	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoas ao Serviço da Empresa or Sexo	53,00	96.159,00	55,00	102.490,00
Masculino	14,00	24.888,00	15,00	27.951,82
Feminino	39,00	71.271,00	40,00	74.538,18
Prestadores de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00

18.2 — Benefícios dos empregados e encargos da entidade, conforme quadro abaixo discriminado.

Mapa Nota 18.2.

Valores expressos em euros

(NCRF 28)

Outros benefícios dos empregados e encargos da entidade:

Outros benefícios a longo prazo dos empregados	Período 31.12.2015				Período 31.12.2014			
	31.12.2015			Ganhos/ (perdas) actuarias	31.12.2014			Ganhos/ (perdas) actuarias
	Quantias das obrigações	Nível de cobertura das obrigações			Quantias das obrigações	Nível de cobertura das obrigações		
Quantias reconhecidas		Em % das obrigações	Quantias reconhecidas	Em % das obrigações				
Gastos com o pessoal	1.865.848,65	0.000	0.000	0.000	1.912.517,01	0.000	0.000	0.000
Remunerações dos Órgãos Sociais	220.396,79	0.000	0.000	0.000	117.544,74	0.000	0.000	0.000
Remunerações do Pessoal	1.236.018,27	0.000	0.000	0.000	1.420.555,52	0.000	0.000	0.000
Indemnizações	49.731,74	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
Encargos sobre as remunerações	323.136,61	0.000	0.000	0.000	342.150,77	0.000	0.000	0.000
Seg. Ac. Trabalho e Doenças Profissionais	9.144,33	0.000	0.000	0.000	6.499,68	0.000	0.000	0.000
Outros gastos c/ pessoal dos quais:	27.420,91	0.000	0.000	0.000	25.766,30	0.000	0.000	0.000
- formação	4.145,00	0.000	0.000	0.000	482	0.000	0.000	0.000
Totais	1.865.848,65	0.000	0.000	0.000	1.912.517,01	0.000	0.000	0.000

18.3 — Benefícios pós-emprego:

A Agência Nacional de Inovação, S.A. não tem nem criou quaisquer “Benefícios Pós-Emprego” aos seus colaboradores.

18.4 — Outros benefícios a longo prazo de empregados:

Não existem benefícios a longo prazo para os empregados da Agência Nacional de Inovação, S.A.

18.5 — Benefícios de cessação de emprego:

Não existem atualmente quaisquer benefícios aquando da cessação dos contratos de trabalho.

18.6 — Outras divulgações:

Não existem outras divulgações dignas de Nota para além das mencionadas anteriormente.

19 - Divulgações exigidas por diplomas legais

19.1. - Informação por atividade económica:

Mapa Nota 19.1.

Valores expressos em euros

Informação por atividade económica:

Descrição	Período 31.12.2015			Período 31.12.2014		
	Actividade CAE nº 70220	...	Totais	Actividade CAE nº 70220	...	Totais
Prestações de Serviços	34.375,00		34.375,00	46.696,26		46.696,26
FSE	2.202.420,19		2.202.420,19	1.946.147,89		1.946.147,89
Nº Médio de pessoas ao serviço	53		53	55,00		55,00
Gastos com o pessoal	1.865.848,65		1.865.848,65	1.912.517,01		1.912.517,01
Remunerações	1.456.415,06		1.456.415,06	1.538.100,26		1.538.100,26
Outros Gastos	197.043,05		197.043,05	375.930,21		375.930,21
Activo Fixo Tangível (AFT)						
AFT - Valor líquido final	551.955,25		551.955,25	582.772,38		582.772,38
AFT- Total das Aquisições	11.033,43		11.033,43	23.135,14		23.135,14
Propriedades de investimento						
Valor líquido final	1.107.774,95		1.107.774,95	1.137.200,00		1.137.200,00

19.2. - Informação por mercado geográfico:

Mapa Nota 19.2.

Valores expressos em euros

Informação por mercado geográfico:

Descrição	Período 31.12.2015				Período 31.12.2014			
	Mercado Interno	Comunitário	Extra Comunitário	Total	Mercado Interno	Comunitário	Extra Comunitário	Totais
Prestações de Serviços	34.375,00			34.375,00	46.696,26			46.696,26
FSE	2.195.041,74	4.795,24	2.583,21	2.202.420,19	1.943.073,13	3.074,76		1.946.147,89
Aquisições Activo Fixo Tangível	11.033,43			11.033,43	23.135,14			23.135,14
Aquisições Activo Intangível	2.284,61			2.284,61	7.520,45			7.520,45

19.3. - Outras divulgações exigidas por diplomas legais:

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados. Não existem acordos de regularização de dívidas.

- Prémios sobre os resultados com base em ações

A Entidade não distribuiu qualquer prémio sobre os resultados com base em ações.

- Ações próprias

A Entidade não detém ações próprias, nem efetuou quaisquer transações com ações próprias durante o período económico a que respeitam as demonstrações financeiras.

20 - Outras informações

20.1 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos, conforme quadro seguinte:

Mapa Nota 20.1.

Descriminação dos fornecimentos e serviços externos:

Descrição	Valor Período (N)	Valor do Período (N-1)
Serviços Especializados	1.722.997,76	1.516.943,26
Trabalhos Especializados	1.291.473,92	1.190.775,98
Vigilância e Segurança	45.778,82	45.031,81
Honorários	324.834,16	145.735,98
Comissões	233,42	335,81
Conservação e reparação	11.752,73	15.887,55
Outros	48.299,15	119.176,13
 Materiais	22.677,66	27.037,65
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	356,23	500,66
Material de escritório	21.886,86	24.142,99
Artigos para oferta	100,00	2.062,70
Outros	334,57	331,30
Energia e fluidos	24.362,05	26.264,21
Electricidade	8.273,14	7.883,39
Combustíveis	15.033,42	17.089,28
Água	1.055,49	1.291,54
Deslocações, estadas e transportes	79.197,66	47.316,28
Deslocações e estadas	72.968,36	40.351,73
Outros	6.229,30	6.964,55
Serviços diversos	353.185,06	328.586,49
Rendas e alugueres	228.902,86	230.411,26
Comunicação	49.748,73	52.349,46
Seguros	3.807,98	4.955,98
Contencioso e notariado	120,00	105,00
Despesas de representação	378,14	1.107,52
Limpeza, higiene e conforto	44.669,58	32.346,85
Outros serviços	25.557,77	7.310,42
Total	2.202.420,19	1.946.147,89

20.2 - Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

Não existem outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreender a posição financeira e os resultados para além das já mencionadas anteriormente.

Parecer do Fiscal Único



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados, Costa & Associados, Oficiais de Contas, Lda.



RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Acionistas

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhamos, durante o ano de 2015, a atividade da empresa Agência de Inovação - Inovação Empresarial e Transferência de Tecnologia, S.A. examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos sempre da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

Na qualidade de Fiscal Único, cumpre-nos apresentar o Relatório e formular o Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os respetivo Anexo, bem como sobre a Proposta de Aplicação de Resultados, apresentados pelo Conselho de Administração da ANI - AGÊNCIA NACIONAL DE INOVAÇÃO, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Procedemos à leitura e análise das Atas do Conselho de Administração, bem como à verificação de outros elementos que julgámos apropriados nas circunstâncias, incluindo a documentação contabilística de suporte às operações, numa base de teste, de forma a dar cumprimento às funções que nos foram cometidas.

O Conselho de Administração e os diversos serviços da empresa prestaram-nos com prontidão todos os esclarecimentos e informações que solicitámos.

No âmbito do processo de apreciação das contas do exercício, analisámos o conteúdo do Relatório de Gestão, da responsabilidade do Conselho de Administração, concluindo que o mesmo aborda de forma adequada a atividade da empresa no exercício de 2015, bem como as perspetivas de desenvolvimento estratégico e da atividade futuras, satisfazendo os requisitos legalmente exigidos.

Do conteúdo do Relatório de Gestão salienta-se a caracterização detalhada da atividade desenvolvida, quer em termos quantitativos, quer no que se refere ao respetivo impacte económico e financeiro.

Os documentos de prestação de contas integram ainda um Relatório Autónomo de Boas Práticas de Governo Societário Relatório que contempla a informação sobre o Governo da Sociedade, em cumprimento do estabelecido no nº 1 do artigo 54º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, detalhando de forma suficiente os diversos assuntos relacionados com as boas práticas de governo societário, respeitando a estrutura definida pela Direção Geral do Tesouro e Finanças, no seu ofício circular nº 714 (EPE), de 12 de fevereiro de 2016.

O.R.O.C. Inscrição nº 115 • Registada na C.M.U.M. nº 8936 • Registada na Conservatória do Reg. Comercial de Lisboa • nipc 503188220

Sede:
Campo Grande, 380 - lote 3C - Piso 0
Escritório B, 1700 - 097 Lisboa
Tel. 217 575 950/917 Fax. 217 574 037

Escritório:
Rua Manuel Jacinto - lote 31, R/C
Ap. 155 - Bairro do Salvador - Sítio da Nazaré, 2450 - 071 Nazaré
Tel/Fax: 262 382 991





Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados Oficiais de Contas, Lda.

Verificámos ainda a conformidade da informação contida no Relatório de Gestão com a informação constante dos demais Documentos de Prestação de Contas apresentados pelo Conselho de Administração.

Os critérios de valorimetria adotados no exercício, e descritos no Anexo estão em conformidade com os normativos contabilísticos aplicáveis em Portugal à empresa, tendo sido aplicados de forma consistente com o período anterior.

Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, e de acordo com as disposições constantes nos artigos 413º e 420º do Código das Sociedades Comerciais, procedemos à emissão da Certificação Legal das Contas, que não inclui qualquer qualificação.

Face ao trabalho desenvolvido, entendemos que os documentos de prestação de contas referidos, quando lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma boa compreensão da situação financeira da ANI - AGÊNCIA NACIONAL DE INOVAÇÃO, S.A., em 31 de dezembro de 2015, bem como o resultado das suas operações do período findo naquela data.

A Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração, está em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis, pelo que reúne as condições necessárias para a sua aprovação.

PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. Matérias relacionadas com as contas

Face ao trabalho desenvolvido, de acordo com o exposto, somos de parecer que os acionistas da ANI - AGÊNCIA NACIONAL DE INOVAÇÃO, S.A.:

- a) Aproveem o Relatório de Gestão e os demais Documentos de Prestação de Contas, referentes ao exercício de 2015, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Aproveem a Proposta expressa pelo Conselho de Administração no seu Relatório de Gestão, relativa à seguinte aplicação dos resultados do lucro de 70.102,34 euros:
 - i) Reforço da Reserva Legal no valor de 3.505,12 euros;
 - ii) Transferência do valor remanescente de 66.597,22 euros para a conta "Resultados Transitados".
- c) Procedam à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade, nos termos previstos no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados Oficiais de Contas, Lda.

2. Outras matérias

De acordo com o trabalho que desenvolvemos, no âmbito das competências e atribuições cometidas ao Fiscal Único e em resposta a diversas determinações formuladas por entidades representativas do detentor da capital estatutário, expressamos ainda as seguintes opiniões:

- a) No âmbito do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, atento o solicitado expressamente pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, confirmamos, tanto quanto é do nosso conhecimento, que a **ANI - AGÊNCIA NACIONAL DE INOVAÇÃO, S.A.**, deu cumprimento à execução das obrigações legais relacionadas com a manutenção das reduções remuneratórias vigentes em 2015.
- b) Nos termos do nº 2 do art.º 54º do decreto-lei nº 133/2013, de 3 de outubro, expressamos ainda a nossa concordância com a informação constante do Relatório Autónomo de Boas Práticas de Governo Societário, elaborado pelo Conselho de Administração e que constitui parte integrante do conjunto dos documentos de prestação de contas, entendendo que o mesmo dá cumprimento ao exigido no capítulo II daquele diploma legal.
- c) Relativamente às demais orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado importa destacar o bom nível de cumprimento das orientações legais aplicáveis e cumpriu com os deveres de informação, tendo efetuado os reportes obrigatórios às várias entidades.
- d) Não foi integralmente assegurado o respeito pelo princípio da unidade de tesouraria do Estado, situação apresentada no Relatório Autónomo de Boas Práticas de Governo Societário, tendo a entidade justificado que se encontra a terminar o processo de transição de gestão da tesouraria corrente da banca comercial para o IGCP, sendo que a sua conclusão depende da resolução de algumas limitações de ordem técnica apresentadas no funcionamento da plataforma de "online banking".

Lisboa, 13 de julho de 2016

O FISCAL ÚNICO

ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA, COSTA & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115
Registada na C.M.U.M.

representada pelo sócio

José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues
ROC n.º 681

O.R.O.C. Inscrição nº 115 • Registada na C.M.U.M. nº 8936 • Registada na Conservatória do Reg. Comercial de Lisboa • nipc 503188 220

Sede:
Campo Grande, 380 - lote 3C - Piso 0
Escritório B, 1700 - 097 Lisboa
Tel. 217 575 950/917 Fax. 217 574 037

Escritório:
Rua Manuel Jacinto - lote 31, A/C
Ap. 155 - Bairro do Salvador - Sítio da Nazaré, 2450-071 Nazaré
Tel/Fax: 262 382 991

Certificação Legal das Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da empresa **ANI - Agência Nacional de Inovação, S.A.** reportadas a 31 de Dezembro de 2015, as quais compreendem o Balanço, (que evidencia um total de balanço de **€ 12.240.144,81** (doze milhões, duzentos e quarenta mil, cento e quarenta e quatro euros e oitenta e um cêntimos) e um total de capital próprio de **€ 4.528.783,02** (quatro milhões, quinhentos e vinte e oito mil, setecentos e oitenta e três euros e dois cêntimos), incluindo um resultado líquido de **€ 70.102,34** (setenta mil, cento e dois euros e trinta e quatro cêntimos)), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e os resultados das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados Oficiais de Contas, Lda.

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **ANI - Agência Nacional de Inovação, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2015, os resultados das suas operações e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Lisboa, 13 de julho de 2016

ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA, COSTA & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115

Registada na C.M.V.M

representada pelo sócio

José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues

ROC nº 681

D.R.O.C. Inscrição nº 115 • Registada na C.M.U.M. nº 8936 • Registada na Conservatória do Reg. Comercial de Lisboa • nipc 503188220

Sede:
Campo Grande, 380 - lote 3C - Piso 0
Escritório B, 1700 - 097 Lisboa
Tel. 217 575 950/917 Fax. 217 574 037

Escritório:
Rua Manuel Jacinto - lote 31, R/C
Ap. 155 - Bairro do Salvador - Sítio da Nazaré, 2450 - 071 Nazaré
Tel/Fax: 262 382 991

ABC - Azevedo Rodrigues, Batalha, Costa & Associados - CRPC, Lda é membro do ABC & Associados - CRPC, AF

